

SISTEMA **BNDES**

Relatório de Atividades

1986

**Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social**

SEPLAN

Secretaria de Planejamento da
Presidência da República

MINISTRO

João Sayad

SECRETÁRIO GERAL

Henri Philippe Reichstul

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social

PRESIDENTE

André Franco Montoro Filho

MEMBROS DO CONSELHO

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Eduardo Pereira de Carvalho
Eduardo Tapajós
Francisco Vidal Luna
Henri Philippe Reichstul
José Lobo Fernandes Braga Júnior
Luiz André Rico Vicente
Paulo Francini
Raimundo Emerson Machado Bacelar

DIRETORES

Carlos Lessa
Cláudio de Araújo Peçanha
Francisco Roberto André Gros
Ivandro Cunha Lima
José Augusto Amaral de Souza
Romulo Almeida
Ronaldo Tostes Mascarenhas

SUPERINTENDENTES

Adilson Tostes Drubscky
Antonio Cláudio Sochaczewski
Danilo Fabiano da Costa
Henrique Dittmar Filho
José Adauto Soares Ferreira
José Eduardo de Carvalho Pereira
Júlio Olímpio Fusaro Mourão
Nildemar Secches
Sérgio Barcala Baptista

CONSELHO FISCAL**Membros**

João do Carmo Oliveira
Paulo Domingos Knippel Galleta
Julio Sérgio Gomes de Almeida

Suplentes

Abelardo Bayma Azevedo
João Carlos Silvestre Fernandes
Eduardo de Freitas Teixeira

SISTEMA BNDES

Relatório de Atividades

SUMÁRIO

Apresentação

1. A Economia Brasileira em 1986
2. O Sistema BNDES e a Economia Brasileira
3. Desempenho do BNDES
4. Desempenho das Subsidiárias
5. Demonstrações Financeiras
6. Balanço das Subsidiárias

Anexos

Apresentação

1986 foi um ano que ficará marcado na História Econômica do Brasil. Foi o ano do sucesso e das dificuldades do Plano Cruzado. Foi o ano que mostrou ser possível crescer com estabilidade e ao mesmo tempo provou ser esta uma tarefa difícil e extremamente complexa. Foi o ano que indicou o enorme dinamismo do mercado interno mas deixou evidentes os problemas que este dinamismo pode acarretar. Foi o ano onde substanciais e indispensáveis melhorias na distribuição de renda foram obtidas mas revelou as dificuldades estruturais para sua continuidade.

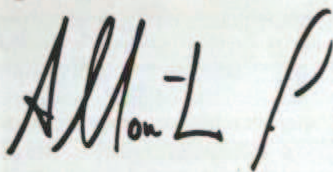
1986 foi um ano que mostrou ao mesmo tempo a potencialidade do Brasil e os monumentais desafios que precisam ser vencidos.

Na área política observou-se a continuidade do processo de democratização com a eleição direta de governadores que substituirão governadores também eleitos pelo povo, e principalmente pela eleição da Assembléia Nacional Constituinte que irá redigir a Constituição do Brasil Democrático.

Neste ano de marcantes acontecimentos, a atuação do Sistema BNDES mostrou um extraordinário dinamismo. A economia brasileira e especialmente o processo de investimentos, que já vinham observando um acentuado dinamismo desde o segundo semestre de 1984, aceleraram-se após a edição do Plano Cruzado.

As solicitações de colaboração financeira em projetos de investimento se generalizaram em todos os setores e em todas as regiões do País. O crescimento do orçamento do BNDES (22%) e sua eficiente administração permitiram que não faltassem recursos para o apoio aos projetos de investimento fixo das empresas nacionais. Devido tanto a seu dinamismo quanto à prioridade política concedida pela Diretoria do BNDES, destaque especial deve ser feito ao crescimento do apoio concedido às micro, pequenas e médias empresas nacionais, cujas aprovações cresceram 80% no POC e mais de 300% na FINAME, com conhecidos efeitos positivos sobre salários e desconcentração regional.

Repito e reitero, ao submeter este Relatório de Atividades à apreciação da sociedade brasileira, o que afirmei no relatório do ano passado: meu reconhecimento à dedicação do corpo de funcionários do Sistema BNDES e à orientação e apoio recebidos dos Excelentíssimos Ministros João Sayad, à frente da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e Dilson Funaro, da Fazenda, a quem tive a honra de suceder no exercício da presidência do BNDES.



André Montoro Filho
PRESIDENTE
31 de dezembro de 1986

A Economia Brasileira em 1986

A economia brasileira manteve, em 1986, ritmo acelerado de crescimento, com taxa de expansão real do Produto Interno Bruto de cerca de 8,2%, levemente superior à que se verificou em 1985. Com esse resultado, o PIB *per capita* aumentou 6% pelo segundo ano consecutivo, ultrapassando o patamar máximo anterior, registrado em 1980.

O setor industrial consolidou sua liderança no processo de crescimento, expandindo-se 12,1%. Tal desempenho reflete a elevação do investimento no mercado interno e da demanda de bens de consumo.

Estima-se que a taxa de investimento da economia brasileira tenha-se elevado de 17% para cerca de 19%, concentrando-se na introdução de inovações tecnológicas e na ampliação em unidades de produção. Tal estimativa decorre do crescimento de 21,6% nas indústrias produtoras de bens de capital, de 21% na importação de máquinas e equipamentos e de 20% na construção civil.

O processo de elevação do salário real médio e do nível de emprego, já constatado em 1985, reforçou-se

com o conjunto de medidas de política econômica adotado em 28 de fevereiro de 1986. A expansão da massa salarial e de outros rendimentos, associada ao congelamento de preços, permitiu elevar a demanda de bens de consumo: a produção de bens duráveis aumentou 20,3% e a de bens não-duráveis 8,9%. Considerando a expansão de 8,4% na produção de bens intermediários, obtém-se a taxa de crescimento de 11,2% para o conjunto da indústria de transformação.

Os serviços de utilidade pública (basicamente energia elétrica) cresceram 9% e a indústria extrativa mineral 3,6%, devido ao incremento menor da produção de petróleo.

O crescimento da renda interna e da produção industrial refletiu-se na expansão de 8,3% das atividades terciárias, com destaque para comunicações (20,9%), transportes (11,6%) e comércio (9,9%). O setor financeiro expandiu-se 7,2%, cabendo ao governo taxa semelhante à do crescimento populacional, cerca de 2,4%.

A produção agropecuária, que aumentara significativamente no ano anterior, experimentou queda de 7,3%, por conta da crise na

pecuária bovina e de frustrações de safra decorrentes de problemas climáticos. Acréscimos da área plantada e do volume da aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas fazem prever, no entanto, recuperação acentuada na próxima safra.

No setor externo, o resultado final do balanço de pagamentos indicou déficit de aproximadamente US\$ 3 bilhões. Um terço dessa quantia corresponde ao valor das importações não previstas de produtos agrícolas.

O superávit comercial, que em 1985 alcançara US\$ 12,4 bilhões, caiu para US\$ 9,5 bilhões, devido, principalmente, à queda do volume de exportações a partir de setembro. O País exportou, durante o ano, US\$ 22,4 bilhões. Quanto às importações, o elevado nível de aquisição de bens de capital e de produtos alimentares para o abastecimento interno foi compensado pela queda dos preços internacionais do petróleo; deste modo, o montante importado permaneceu no mesmo patamar do ano anterior, totalizando US\$ 12,9 bilhões.

Na conta de capitais, a queda das taxas de juros internacionais (a Libor baixou de 8% para 6% durante o ano) permitiu diminuir o montante do pagamento de juros. No entanto, houve elevada remessa de lucros por parte de empresas estrangeiras, o que implicou desinvestimento externo líquido da ordem de US\$ 100 milhões.

O crescimento econômico teve forte impacto positivo sobre as receitas fiscais: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) arrecadou mais 82% do que no ano anterior; o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mais 34%; o Finsocial, mais 39%. O Imposto de Renda, apesar da sensível diminuição dos coeficientes de retenção na fonte dos rendimentos das pessoas físicas, cresceu 3,7% em termos reais. O aumento do consumo impulsionou a arrecadação dos Estados, com incremento de 31% na receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

Os indicadores monetários e creditícios denotam uma política de liquidez compatível com a expansão das atividades econômicas e com o processo de remonetização ocorrido nos meses seguintes a fevereiro de 1986. A base monetária teve expansão nominal de 350%, elevando-se de 3,3% para 4,2% do PIB. Os créditos concedidos pelo sistema financeiro ao setor privado cresceram nominalmente 116%, de acordo com os saldos de final de ano. Ressalte-se o prosseguimento da recuperação do Banco do Brasil, que expandiu em 285% suas operações, passando de 11% do total do sistema de crédito, em 1985, para 16%, em 1986.

A condução da política econômica sofreu importantes mudanças em 1986. A 28 de fevereiro, iniciou-se a aplicação de um plano objetivando a estabilização dos preços e a manutenção de crescimento da economia, com a introdução de novo padrão monetário, o cruzado, em substituição ao cruzeiro, na paridade 1/1.000. Proibiu-se cláusula de correção monetária em contratos com duração inferior a um ano, salvo cadernetas de

poupança, PIS/Pasep e FGTS; congelaram-se preços e taxas de câmbio; fixaram-se salários com base no valor real médio dos últimos seis meses, protegendo-se esse valor pela adoção de reajustes sempre que a inflação atingisse 20%.

A súbita queda da inflação (que evoluiu da média mensal de 10,6% no primeiro trimestre para 0,09% no segundo, 1,02% no terceiro e 3,83% no quarto) iria conjugar-se com a expansão da massa salarial: não só cresceu o volume de emprego, como muitas categorias profissionais, em particular no setor industrial, obtiveram ganhos de salário reais. Esses fatores, somados à existência de crédito ao consumidor a juros mais baixos, determinaram vigoroso crescimento na demanda de bens de consumo, sobretudo duráveis.

Em meados do ano, a elevada demanda e a estrutura parcialmente inadequada dos preços congelados fizeram intensificar-se os primeiros problemas na área do abastecimento. Em perspectiva de prazo mais longo, colocou-se para as autoridades econômicas a necessidade de definir fontes de financiamento capazes de promover novo ciclo de investimentos, em particular para os grandes projetos de insumos básicos a serem geridos pelo setor público.

Em agosto, foi instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), destinado ao aporte de recursos para investimento nos setores prioritários definidos no Plano de Metas 1986-1989. Para a constituição desse fundo, criaram-se empréstimos compulsórios sobre o consumo de combustíveis para veículos leves (álcool e gasolina), sobre a aquisição de automóveis, passagens internacionais e a compra de dólares para viagens ao exterior.

Os valores arrecadados logo se revelaram insuficientes, quer para acionar o programa de investimentos, quer para restringir a demanda dos bens taxados. Assim, no final de novembro,

adotaram-se medidas complementares de mais alcance: a ampliação significativa da tributação sobre o consumo de bebidas, cigarros e automóveis; o reajuste das tarifas de energia elétrica e comunicações; e a instituição de incentivos fiscais às exportações.

Esse conjunto de providências compôs um quadro inicial de realinhamento dos preços relativos, visando transferir recursos do consumo para o investimento público e recuperar as exportações, com o objetivo de garantir o crescimento econômico em longo prazo.

O desempenho da economia brasileira em 1986, expresso em números tão significativos, repõe, em primeiro plano, para 1987, algumas questões centrais da política econômica. Uma delas é a necessidade de evitar que o processo de inflação — relacionado, agora, ao realinhamento de preços — alcance intensidade incompatível com o objetivo de crescimento econômico e redução das desigualdades sociais.

O Sistema BNDES e a Economia Brasileira

A manutenção de significativa taxa de crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da parcela mais carente da população brasileira foram as orientações básicas da política governamental que nortearam a atuação do Sistema BNDES em 1986.

A estratégia de ação do Sistema — constituído pelo Banco e suas subsidiárias FINAME e BNDESPAR — vinculou-se às prioridades definidas pelo Plano Estratégico para o Triênio 1985-1987:

- implantação e desenvolvimento dos setores tecnológicos de ponta;
- modernização e expansão da capacidade produtiva;
- expansão e modernização da infra-estrutura econômica;
- aproveitamento das oportunidades agrícolas disponíveis;
- ampliação e modernização dos serviços sociais.

Um importante indicador da retomada dos investimentos em 1986 foi a elevação da demanda de crédito do Sistema BNDES: cresceram de valor tanto as consultas recebidas quanto as prioridades concedidas. Tal

fenômeno, com variações de intensidade, ocorreu nos diversos setores apoiados, em todas as regiões do País, nas atividades empresariais privadas e nas do setor público.

O vigoroso crescimento da economia nacional durante o ano veio confirmar as previsões dos *Novos Cenários para a Economia Brasileira — 1985/1990*, trabalho realizado no âmbito das atividades de planejamento do Sistema BNDES, cuja contribuição às políticas desenvolvimentistas manifestou-se igualmente em iniciativas institucionais. Dentre estas, destaca-se a Campanha de Fomento ao Investimento, desenvolvida em sucessivos encontros e seminários que reuniram representantes do meio empresarial e de entidades voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

Os recursos financeiros desembolsados pelo Sistema BNDES concentraram-se, em 1986, no suporte aos investimentos do setor privado, quer em projetos de implantação, ampliação e modernização da capacidade produtiva, quer na comercialização de máquinas e equipamentos nacionais.

Ao apoiar o setor industrial, o Sistema BNDES procurou garantir

a expansão da capacidade produtiva para atender à elevação do consumo interno e à manutenção dos mercados para produtos exportáveis. Elevaram-se os desembolsos para as indústrias produtoras de bens de capital, componentes e bens de consumo. Apesar do incremento ocorrido na química e petroquímica, houve queda no setor de insumos básicos, devida ao pequeno grau de realização dos programas de investimento em siderurgia e metalurgia de não-ferrosos.

O apoio do Sistema BNDES aos setores tecnológicos de ponta — como informática, microeletrônica, química fina, biotecnologia e novos materiais — intensificou-se de dupla forma: pela aprovação e concessão de novos financiamentos e pela atividade institucional constante, em articulação com as demais entidades envolvidas na formulação de políticas para essas áreas.

A análise do orçamento de investimentos do Sistema BNDES revela que se manteve elevada a participação do setor de infra-estrutura. O apoio ao transporte ferroviário e hidroviário orientou-se no sentido de privilegiar a

integração intermodal e o escoamento da produção voltada para o mercado interno. No caso das ferrovias, procurou-se estimular uma política comercial mais agressiva. Houve significativo incremento dos desembolsos para o transporte urbano de passageiros, tanto na ampliação e consolidação dos serviços de metrô e trens suburbanos quanto na implantação e expansão de sistemas integrados de ônibus e trólebus.

Ao lado do tradicional suporte financeiro a obras de infraestrutura — construção de rodovias vicinais, eletrificação e sistemas de armazenagem —, a atuação do Sistema BNDES na agricultura ampliou-se significativamente em 1986, com o início das operações de crédito rural, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional. Considerando a empresa rural como instrumento de modernização da produção agropecuária, o Sistema passou a participar do financiamento a investimentos de propriedades e cooperativas, destinados à compra de máquinas e equipamentos, irrigação, tratamento do solo e demais obras básicas.

O impulso da ação do Sistema BNDES através dos bancos estaduais e regionais de desenvolvimento refletiu-se no elevado incremento dos desembolsos tradicionais de repasse: o Programa de Operações Conjuntas (POC) e o Programa de Apoio à Microempresa (Promicro). O planejamento interativo do BNDES com os demais bancos de desenvolvimento procurou aprofundar-se, com a observância de diretrizes gerais: ênfase no apoio à indústria, em particular às pequenas e médias empresas; prioridade para as aplicações em investimentos fixos e mistos; desconcentração da atividade econômica, através da alocação de investimentos no interior dos Estados; e apoio ao setor de informática.

Dado o longo prazo de maturação próprio do setor, o BNDES, como administrador do Fundo da Marinha Mercante (FMM), manteve os objetivos prioritários definidos

em seu Plano de Ação de 1985, desde o aumento da competitividade do transporte aquaviário até o desenvolvimento da capacidade financeira e gerencial das empresas de navegação e o apoio a pesquisas, objetivando o aumento da produtividade nas áreas de navegação e de construção naval.

No âmbito do Finsocial, o Sistema BNDES deu prioridade aos investimentos sociais que, tendo cunho modernizador, resultassem em efetiva melhoria da qualidade de vida de grupos específicos da população carente e servissem como paradigma para reprodução em outras áreas. Procurou-se consolidar e garantir a estabilidade econômica da produção das pequenas propriedades rurais, bem como apoiar os projetos de assentamento no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária. No meio urbano, o apoio financeiro do Sistema buscou a expansão dos serviços sociais básicos nas áreas de saúde, saneamento e educação.

A carteira acionária do BNDESPAR possibilitou, através do mercado de capitais, nos meses imediatamente seguintes à adoção do Plano de Estabilização Econômica, vultosos recursos para o apoio a novos projetos e empresas. Merecem destaque também os processos de privatização das controladas Companhia Nacional de Tecidos Nova América e Máquinas Piratininga; a operação, escritural, de capitalização da Caraíba Metais, complexo minero-metalúrgico para produção e beneficiamento de cobre cujo desempenho melhorou expressivamente em 1986; e as operações destinadas a apoiar a abertura de capital de empresas privadas.

Demanda de crédito

Os pedidos de financiamento encaminhados ao Sistema BNDES em 1986 respondem ao estímulo gerado na economia pelo aumento da demanda interna, sobretudo de bens duráveis. As empresas privadas, principalmente as micro, pequenas e médias, levaram adiante sua intenção de investir, já manifestada no ano anterior,

concentrando-se na sua ampliação e modernização e na aquisição de novas máquinas e equipamentos.

As consultas encaminhadas ao Banco para apreciação pela Comissão de Prioridades atingiram o montante de Cz\$ 61,3 bilhões (Tabela 1). Observa-se a ampliação da participação relativa dos pedidos para novos investimentos na ampliação ou adequação da capacidade produtiva (93%, para 86% no ano anterior e 69% em 1984), enquanto se reduziam acentuadamente as solicitações para fortalecimento e saneamento financeiro (4%, para 10% no ano anterior e 26% em 1984).

Com intensidade diferenciada, o crescimento dessa variável ocorreu nos diversos setores apoiados pelo Sistema e em todas as regiões do País. As consultas de empresas privadas elevaram-se 91%, enquanto as de empresas públicas alcançaram 33%.

Tal como aconteceu em 1985, parcela substancial dos investimentos do setor público manteve-se moderada, em que pese a elevação da demanda por produtos (siderúrgicos, destacadamente) e serviços, como os de energia e transporte. Isto resulta da política macroeconômica que determina o controle rígido dos dispêndios globais, bem como de restrições financeiras, tanto no âmbito das empresas quanto em diversos níveis da administração pública.

Após análise, a Comissão de Prioridades aprecia as consultas formuladas. Os pedidos de financiamento acolhidos somaram Cz\$ 55,9 bilhões (Tabela 2). Registraram-se as mesmas tendências de crescimento dos recursos destinados à ampliação ou adequação da capacidade produtiva (89%) e de redução dos montantes para fortalecimento e saneamento financeiro (9%).

Setorialmente, a indústria manteve a liderança, com Cz\$ 30,4 bilhões das prioridades concedidas. É notável, no entanto, a elevação de 90%, de 1985 para 1986, no acolhimento de pedidos de financiamento destinados ao setor

agrícola. A concessão de prioridades aumentou 97% para as empresas privadas e 29% para as empresas públicas.

Os valores correspondentes ao movimento de consultas ao BNDES e de prioridades concedidas não incluem as operações do Finsocial e do Fundo da Marinha Mercante (FMM), nem os repasses do Tesouro Nacional para aumento de capital de empresas, vinculados a aumentos de capital do BNDES; nesses casos, as operações independem do exame de prioridade a que são submetidos os demais projetos.

Aprovações e desembolsos

O total das aprovações de novas operações no âmbito do Sistema BNDES, em 1986, foi de Cz\$ 56,7 bilhões (Tabela 3), com elevação real de 7% em relação ao ano anterior. Esse número tem significação maior do que parece à primeira vista, como indicativo do ritmo acelerado de crescimento da economia durante o ano: é que houve decréscimo de 75% nas aprovações com recursos vinculados, particularmente os do Finsocial (Tabela 4). Este decréscimo nas aplicações teve como contrapartida uma maior autonomia por parte do Sistema BNDES na alocação de recursos dessa espécie, principalmente os do Finsocial.

O acréscimo das aprovações com recursos ordinários foi de 44%, em valores reais, de 1985 a 1986. As novas operações para ampliação ou adequação da capacidade produtiva elevaram-se 171% de um ano para outro; sua participação no total das aprovações do Sistema, que era de 61% em 1984, alcançou 70% em 1985 e 73% em 1986.

Na indústria, foi significativo o crescimento das aprovações com recursos ordinários para os setores de bens de capital e componentes (68%), bens de consumo (71%) e construção civil (172%); na agricultura, para agroindústrias (137%) e máquinas e implementos agrícolas (285%); em energia, para

TABELA 1

BNDES — Consultas Recebidas no Âmbito da Comissão de Prioridades¹

Cz\$ milhões correntes

OBJETIVO	1984		1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Ampliação ou adequação da capacidade produtiva	2.752,8	69	14.194,0	86	57.134,7	93
Fortalecimento e saneamento financeiro	1.019,0	26	1.737,0	10	2.675,5	4
Outros	194,4	5	582,0	4	1.492,3	3
TOTAL	3.966,2	100	16.513,0	100	61.302,5	100

1) Exclusive Finsocial, FMM e operações de capitalização para repasse específico.

TABELA 2

Sistema BNDES — Prioridades Concedidas¹

Cz\$ milhões correntes

OBJETIVO	1984		1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Ampliação ou adequação da capacidade produtiva	4.136,1	82	11.874,6	85	49.909,3	89
Fortalecimento e saneamento financeiro	883,0	18	1.709,8	12	5.060,9	9
Outros	21,2	—	378,1	3	922,1	2
TOTAL	5.040,3	100	13.962,6	100	55.892,3	100

1) Exclusive Finsocial, FMM e operações de capitalização para repasse específico.

TABELA 3

Sistema BNDES — Aprovações¹

ANO	VALORES CORRENTES		VALORES CONSTANTES ²	
	Cz\$ MILHÕES	CRESCIMENTO (%)	Cz\$ MILHÕES	CRESCIMENTO (%)
1979	136,0	— 11	71.840,6	—42
1980	305,9	+ 125	80.794,3	+ 12
1981	717,3	+ 134	90.238,3	+ 12
1982	830,4	+ 16	53.432,5	—41
1983	2.313,8	+ 179	58.493,7	+ 9
1984	7.997,9	+ 246	63.091,4	+ 8
1985	21.839,4	+ 173	52.904,2	—16
1986 ³	56.676,4	+ 160	56.676,4	+ 7

1) Exclusive operações de prestação de garantia.

2) Valores atualizados para preços de 1986, com base no IGP médio anual (Coluna 2, Conjuntura Econômica, FGV).

3) Exclusive operação escritural da Caraíba (Cz\$ 10.899,5 milhões).

TABELA 4

Sistema BNDES — Aprovações Segundo Objetivos

Cz\$ milhões correntes

OBJETIVO	1985		1986 ¹		CRESCIMENTO (B/A)	
	VALOR (A)	%	VALOR (B)	%	NOMINAL (%)	REAL ² (%)
Ampliação ou adequação da capacidade produtiva ³	15.254,3	70	41.288,9	73	171	12
Fortalecimento e saneamento financeiro	3.991,9	18	12.750,6	22	219	32
Social	1.597,4	7	511,3	1	(68)	(87)
Outros	995,8	5	2.125,6	4	113	(12)
TOTAL	21.839,4	100	56.676,4	100	160	7

1) Exclusive operação escritural da Caraíba (Cz\$ 10.899,5 milhões).

2) Valores atualizados para preços de 1986, com base no IGP médio anual (Coluna 2, Conjuntura Econômica, FGV).

3) Inclusive financiamentos à comercialização de equipamentos nacionais através da FINAME e para a substituição de fontes energéticas (Conserve).

o setor de carvão e rochas oleígenas (247%); em infra-estrutura, para comunicação (242%).

Os desembolsos do BNDES e suas subsidiárias, em 1986, atingiram Cz\$ 42,6 bilhões (aumento de 22%) com recursos ordinários e Cz\$ 6,1 bilhões (redução de 44%) com recursos vinculados. Assim, as aplicações totais somaram Cz\$ 48,7 bilhões (Tabela 5), com decréscimo real de 2% em relação ao ano anterior. Esses números excluem as operações escriturais da Caraíba Metais e da Usimec, no valor de Cz\$ 13,2 bilhões.

Os mesmos fatores que explicam o significativo crescimento da demanda por crédito do Sistema BNDES motivaram o crescimento generalizado dos desembolsos com recursos ordinários: a continuidade do processo de crescimento da economia, as medidas de estabilização econômica adotadas em 1986 e a elevação da taxa de investimento agregado de 17% para cerca de 19%.

Os investimentos foram realizados predominantemente pelo setor privado, que se responsabilizou por 56% dos desembolsos de 1986, enquanto a participação do setor público decaía de 54% em 1985 para 44% em 1986. Merece registro o desempenho do segmento das pequenas e médias empresas: além de sua participação em programas como o de Longo Prazo, elas determinaram crescimento recorde do Programa Pequena e Média Empresa, da FINAME, com elevação de 221,1% nas liberações de recursos e 366,9% nas aprovações.

Em fase de expansão da economia, os desembolsos para saneamento financeiro de empresas mantiveram pequena participação relativa, restringindo-se basicamente às operações do Grupo Siderbrás (Tabela 6).

Capitalização e mercado de capitais

O Sistema BNDES participa da emissão de debêntures e de ações, como *underwriter*, seja com recursos ordinários, seja com os

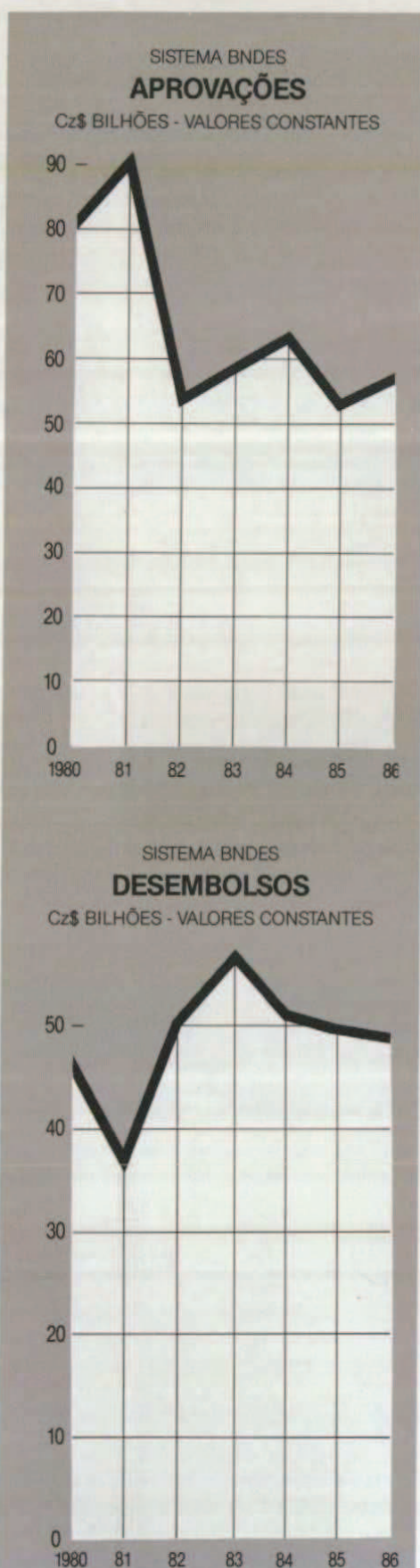
provenientes do Fundo de Participação Social (FPS), subconta do Fundo PIS/Pasep. No mercado secundário, opera com títulos e valores mobiliários como administrador da carteira do FPS e efetua operações de compra ou venda das ações integrantes das carteiras do BNDES, BNDESPAR e Fapes.

A participação do Banco no mercado primário de ações foi particularmente expressiva, superando os bons resultados de 1985 e, até mesmo, em valores corrigidos, o recorde histórico de 1971. Foram apoiados 92 lançamentos públicos de ações, no montante de Cz\$ 705,1 milhões, sob o regime de garantia firme (94%) e de melhores esforços (6%). Para se ter um termo de comparação, note-se que o BNDES participou, em 1985, de 27 *underwritings*.

Além do apoio à capitalização de empresas já abertas, com a substituição dos credores por acionistas, foi importante a contribuição para a abertura do capital de empresas fechadas: 40 das companhias apoiadas demandaram pela primeira vez recursos não exigíveis do mercado.

O BNDES participou de 66% das 140 ofertas de ações e de 78% do valor total de lançamentos públicos registrados em 1986 pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nessas emissões, foram subscritas, pela carteira do FPS ou pela da Fapes, ações no montante de Cz\$ 215,1 milhões, correspondentes a 31% do valor garantido.

O mercado secundário de ações teve comportamento singular em 1986, com dois períodos bem caracterizados: após a decretação das medidas de estabilização econômica, houve acentuado crescimento do volume de negócios e intensa valorização; em seguida, pelo contrário, as cotações caíram e o volume de negócios em bolsa reduziu-se. Contribuíram para a queda, entre outros fatores: as mudanças na regulamentação das aplicações de fundos mútuos, fundações e clubes de investimento; a realização de lucros e ofertas maciças de ações no mercado primário; e, no final do ano, a elevação das taxas de juros. Nesse contexto, foram postergadas algumas operações de captação de



recursos do mercado, após a fase de intensa atividade dos primeiros meses do ano.

Percurso inverso teve o mercado de debêntures. Permaneceu estagnado até perto do final do ano, quer como consequência do aquecimento do mercado acionário — o que abriu às empresas a perspectiva de capitalização, em lugar do endividamento —, quer pelo desinteresse dos tomadores, desmotivados pela elevada taxa dos títulos e pela perspectiva inicial de baixo retorno, dada a não-indexação dos papéis. Nos últimos meses de 1986, o interesse por novos lançamentos ressurgiu, principalmente para a modalidade de taxas de juros periodicamente repactuadas e atreladas à remuneração dos Certificados de Depósito Bancário (CDB).

O BNDES foi um dos coordenadores da emissão de debêntures conversíveis em ações da Elebra S.A. — Eletrônica Brasileira, com a qual a empresa captou recursos no montante de Cz\$ 300 milhões. A remuneração prevista corresponde à taxa referencial para depósitos a prazo de 60 dias, divulgada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), acrescida de sobretaxa de 0,5% ao ano. Ficou decidida também a participação em lançamento da Construtora Mendes Júnior S.A. para emissão de debêntures conversíveis em ações no valor de Cz\$ 1 bilhão. A taxa de juros será a da Anbid, com *spread* de 6% ao ano e conversibilidade a preço previamente definido.

As operações do Fundo de Participação Social (FPS) no mercado de capitais, geridas pelo BNDES, elevaram-se 256% sobre as do ano anterior, alcançando Cz\$ 1,5 bilhão. O maior aumento relativo registrou-se no mercado primário de ações e debêntures conversíveis, com elevação de 902% sobre os números de 1985 e um valor total de Cz\$ 240,6 milhões.

A carteira do FPS, avaliada em dezembro de 1986 a preços de mercado, apresentou acréscimo de 68% sobre o ano anterior. O patrimônio líquido do Fundo cresceu 52,2%, chegando a perto de Cz\$ 8,2 bilhões em 31 de dezembro de 1986. Comparado com os fundos

TABELA 5

Sistema BNDES — Desembolsos

ANO	VALORES CORRENTES		VALORES CONSTANTES ¹	
	Cz\$ MILHÕES	CRESCIMENTO (%)	Cz\$ MILHÕES	CRESCIMENTO (%)
1979	111,9	+ 51	59.110,1	— 2
1980	175,5	+ 57	46.333,1	—12
1981 ²	292,7	+ 67	36.822,5	—21
1982 ²	780,2	+ 167	50.202,4	+ 36
1983 ²	2.237,0	+ 187	56.552,1	+ 13
1984 ²	6.445,1	+ 190	50.842,1	—10
1985 ²	20.443,9	+ 217	49.523,7	— 3
1986 ²⁺³	48.774,5	+ 139	48.774,5	— 2

1) Valores atualizados para preços de 1986, com base no IGP médio anual (Coluna 2, Conjuntura Econômica, FGV).

2) Inclusive valores correspondentes à honra de garantias prestadas.

3) Exclusive operações escriturais da Caraíba (Cz\$ 12.464,8 milhões) e da Usimec (Cz\$ 736,0 milhões).

TABELA 6

Sistema BNDES — Desembolsos Segundo Objetivos

Cz\$ milhões correntes

OBJETIVO	1985		1986 ¹		CRESCIMENTO (B/A)	
	VALOR (A)	%	VALOR (B)	%	NOMINAL (%)	REAL ² (%)
Ampliação ou adequação da capacidade produtiva ³	13.208,7	65	34.040,2	69	+ 158	6
Fortalecimento e saneamento financeiro	4.661,6	23	12.019,0	26	+ 158	6
Social	1.689,2	8	585,3	1	— 65	(86)
Outros	884,4	4	2.130,0	4	143	—
TOTAL	20.443,9	100	48.774,5	100	+ 139	(2)

1) Exclusive operações escriturais da Caraíba (Cz\$ 12.464,8 milhões) e da Usimec (Cz\$ 736,0 milhões).

2) Valores atualizados para preços de 1986, com base no IGP médio anual (Coluna 2, Conjuntura Econômica, FGV).

3) Inclusive financiamentos à comercialização de equipamentos nacionais através da FINAME e para a substituição de fontes energéticas (Conserve).

TABELA 7

Sistema BNDES — Desembolsos — Distribuição Regional

Cz\$ milhões correntes

REGIÃO	1981		1982		1983		1984		1985		1986 ¹	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Norte	5,8	2	60,7	8	232,8	11	370,6	6	1.348,1	7	2.657,4	5
Nordeste	57,3	20	161,9	21	603,0	27	1.740,9	27	4.155,2	20	8.007,3	16
Sudeste	155,3	53	378,0	48	907,1	43	3.139,2	49	10.730,4	53	28.060,5	58
Sul	62,4	21	130,8	17	356,4	16	970,8	15	2.918,3	14	8.309,1	17
Centro-Oeste	11,9	4	48,8	6	74,7	3	223,6	3	1.291,9	6	1.740,2	4
BRASIL	292,7	100	780,2	100	2.237,0	100	6.445,1	100	20.443,9	100	48.774,5	100

1) Exclusive operações escriturais da Caraíba (Cz\$ 12.464,8 milhões) e da Usimec (Cz\$ 736,0 milhões).

mútuos, com os quais guarda similitudes, manteve ele o primeiro lugar, em termos patrimoniais.

O patrimônio do FPS é dividido em cotas, cujo valor acompanha as perdas e ganhos do período. A valorização da cota do FPS, até dezembro de 1986, situou-se em torno de 50%, em relação ao final do ano anterior, superando a dos quatro maiores fundos de ações de idêntico porte (em média, 45,4%),

bem como o índice Bovespa, que, no mesmo período, elevou-se 41,2%.

A BNDESPAR participa, transitória e minoritariamente, do capital de empresas privadas nacionais, com o objetivo de apoiar sua capitalização. No final de 1986, o valor da sua carteira de participações societárias atingiu Cz\$ 32 bilhões. Das 191 empresas

que compõem esta carteira, 185 são privadas e as seis restantes estão sob seu controle. Destas, estavam em processo de privatização a Sibra, a Máquinas Piratininga e, em fase final, a Companhia Nacional de Tecidos Nova América.

Para reciclar constantemente seus recursos, a BNDESPAR promove operações de desinvestimento, preferencialmente em bolsas de valores, sempre que os empreendimentos que apóia atingem a maturidade. Nesse processo, foram vendidas, em 1986, ações que totalizam Cz\$ 610 milhões.

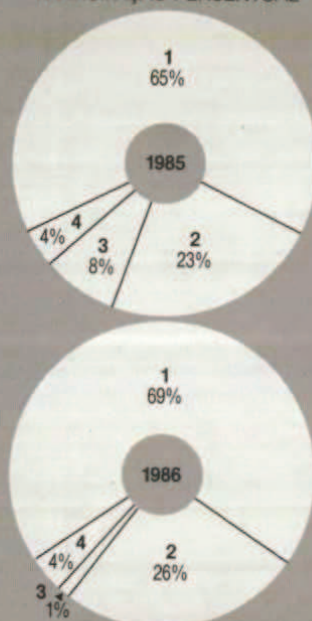
Desconcentração do crescimento econômico

Um dos objetivos do Sistema BNDES é promover a desconcentração do crescimento econômico. Este conceito compreende: o aproveitamento de recursos naturais, situações de vantagem comparativa e vocações regionais; o combate e prevenção dos efeitos da saturação em áreas de industrialização muito densa; e o apoio às micro, pequenas e médias empresas, que desempenham papel relevante no desenvolvimento regional e na ampliação do mercado de trabalho.

Os empreendimentos localizados em regiões de menor desenvolvimento relativo dispõem de benefícios, dentro de uma política de condições operacionais diferenciadas. O Banco e suas subsidiárias FINAME e BNDESPAR consideram a localização em seus critérios de análise e cuidam de articular o desenvolvimento regional com os objetivos e prioridades nacionais de desenvolvimento.

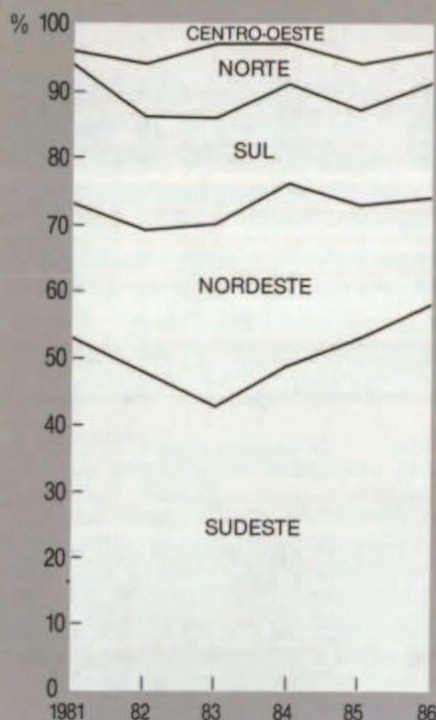
Em 1986, diversos fatores provocaram a redução da participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no total dos desembolsos do Sistema BNDES (Tabela 7). Em primeiro lugar citam-se as modificações na sistemática do repasse de recursos do Finsocial, que passaram, em grande parte, a ser transferidos diretamente do Orçamento da União, via ministérios, sem a intervenção do Banco. Ao lado disso, a conclusão de alguns

SISTEMA BNDES
**DESEMBOLSOS
SEGUNDO OBJETIVOS**
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL



1. Ampliação ou adequação da capacidade produtiva
2. Fortalecimento e saneamento financeiro
3. Social 4. Outros

SISTEMA BNDES
DESEMBOLSOS
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL



projetos do setor público e a contenção dos investimentos em novos projetos, sobretudo das empresas controladas pela União, conjugaram-se para reduzir as aplicações nessas regiões. Em 1986, especificamente, a elevação da demanda de bens de consumo duráveis contribuiu para aumentar os investimentos nas regiões Sul e Sudeste, onde tradicionalmente se concentra a maior parte das indústrias que, pressionadas pelo mercado, foram levadas a ampliar suas escalas de produção. Em ambas as regiões a participação, em termos relativos, retomou o perfil dos períodos anteriores de aceleração da economia nacional.

Resultados mais significativos de descentralização do crescimento econômico foram obtidos através dos programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas: Promicro, Proinfo (Programa Especial de Apoio ao Setor de Informática) e POC, conduzidos pelo Banco; e Programa Pequena e Média Empresa, operacionalizado pela FINAME. A realização dessas aplicações mobiliza ampla rede de agentes financeiros, que atuam em todo o País, com destaque para os bancos estaduais e regionais de desenvolvimento e os bancos de investimento.

O número de empresas beneficiadas pelo POC em 1986 elevou-se a 3.427, mais que o dobro do ano anterior. As aprovações totalizaram Cz\$ 6,1 bilhões (80% a mais do que em 1985) e os desembolsos Cz\$ 5,1 bilhões (56% a mais). A chamada Região I, que compreende o Norte, Nordeste, Centro-Oeste (exceto o Distrito Federal), Espírito Santo e a área de Minas Gerais compreendida no âmbito de atuação da Sudene, obteve 35% dessas aplicações; a Região II (Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a área de Minas Gerais excluída da Sudene), 46%; e a Região III (São Paulo), 19%.

No Promicro, foram aprovadas 11.660 operações, no montante de Cz\$ 1 bilhão, o que representou um crescimento de 69%, com o direcionamento para a Região I de recursos da ordem de Cz\$ 870 milhões.

O Proinfo consolidou-se no decorrer de 1986, com a aprovação de financiamento para 234 empresas

do setor de informática, no valor de Cz\$ 356 milhões.

O Programa Pequena e Média Empresa da FINAME, exclusivamente utilizado pelo setor privado, foi o que apresentou maiores índices de crescimento real em relação a 1985: 221,1% nos desembolsos e 366,9% nas aprovações. Os valores correspondentes foram, respectivamente, Cz\$ 3,5 bilhões e Cz\$ 7 bilhões.

O BNDES organizou, em 1986, um Programa de Análise e Desenvolvimento Organizacional-Gerencial, procurando identificar diretrizes e meios para melhoria na promoção do desenvolvimento regional. Dado o aumento da demanda por financiamentos a longo prazo, foram revistas as modalidades de apoio, passando-se a privilegiar, nos programas de desenvolvimento regional, apenas as operações para investimentos fixos ou mistos. Destinaram-se Cz\$ 106,4 milhões para o aumento do capital social dos bancos de desenvolvimento.

Atuação setorial

O BNDES tem compromisso fundamental com o apoio à indústria brasileira. O estímulo da demanda de produtos industriais tornou esta vocação mais evidente, em 1986, com forte aumento da participação relativa do setor entre as atividades apoiadas pelo Sistema: as aprovações elevaram-se a 55% do total (Tabela 8) e os desembolsos alcançaram 50% (Tabela 9).

O aumento do número de aprovações para projetos agrícolas (de 9%, em 1985, para 16%, em 1986) indica maior demanda de apoio do Banco para o setor. Fenômeno inverso observa-se nos investimentos em infra-estrutura, com os desembolsos excedendo de muito as aprovações, tanto em números relativos quanto em números absolutos. No setor de energia, as aprovações e os desembolsos estiveram abaixo da média histórica, como resultado da política macroeconômica de controle dos gastos públicos.

TABELA 8

Sistema BNDES — Aprovações¹ — Distribuição Setorial

Cz\$ milhões correntes

SETOR	1982		1983		1984		1985		1986 ²	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Indústria ³	393,9	47	848,0	36	2.998,3	37	9.477,9	43	31.110,4	55
Agricultura ⁴	72,8	9	132,0	6	682,7	9	2.013,9	9	9.012,7	16
Energia ⁵	165,3	20	367,0	16	737,0	9	2.126,8	10	4.816,5	8
Infra-Estrutura ⁶	131,3	16	409,5	18	1.851,6	23	5.421,9	25	7.409,4	13
Social	60,8	7	484,4	21	1.491,4	19	1.597,4	7	511,3	1
Outros	6,3	1	72,9	3	236,9	3	1.201,5	6	3.816,1	7
TOTAL	830,4	100	2.313,8	100	7.997,9	100	21.839,4	100	56.676,4	100

1) Exclusive operações de prestação de garantia.

2) Exclusive operação escritural da Caraíba (Cz\$ 10.899,5 milhões).

3) As operações da FINAME estão distribuídas de acordo com o setor comprador do equipamento.

4) Inclusive produção de insumos agrícolas, infra-estrutura rural e agroindústrias.

5) As operações do Conserve estão distribuídas de acordo com o setor beneficiado.

6) Exclusive infra-estrutura rural.

TABELA 9

Sistema BNDES — Desembolsos — Distribuição Setorial

Cz\$ milhões correntes

SETOR	1982		1983		1984		1985		1986 ¹	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Indústria ²	424,6	54	1.015,7	45	3.002,5	47	8.399,2	41	24.619,0	50
Agricultura ³	51,8	7	156,4	7	522,6	8	2.222,2	11	5.826,2	12
Energia ⁴	156,8	20	442,4	20	495,4	8	1.658,4	8	2.897,0	6
Infra-Estrutura ⁵	93,9	12	202,2	9	1.237,7	19	5.260,5	26	11.618,2	24
Social	37,4	5	338,2	15	962,5	15	1.689,2	8	585,3	1
Outros	15,7	2	82,1	4	224,4	3	1.214,4	6	3.228,8	7
TOTAL	780,2	100	2.237,0	100	6.445,1	100	20.443,9	100	48.774,5	100

1) Exclusive operações escriturais da Caraíba (Cz\$ 12.464,8 milhões) e da Usimec (Cz\$ 736,0 milhões).

2) As operações da FINAME estão distribuídas de acordo com o setor comprador do equipamento.

3) Inclusive produção de insumos agrícolas, infra-estrutura rural e agroindústrias.

4) As operações do Conserve estão distribuídas de acordo com o setor beneficiado.

5) Exclusive infra-estrutura rural.

TABELA 10

Sistema BNDES — Aprovações e Desembolsos — Indústria

Cz\$ milhões correntes

INDÚSTRIA	APROVAÇÕES ¹				DESEMBOLSOS			
	1985		1986 ²		1985		1986 ³	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Insumos Básicos	6.028,2	64	16.268,0	53	5.833,0	69	15.380,5	63
• Mineração	1.211,1	13	1.008,4	3	685,9	8	1.523,5	6
• Siderurgia	2.588,2	28	8.099,9	26	2.622,6	31	8.042,9	33
• Metalurgia de Não-Ferrosos	636,8	7	1.198,0	4	1.168,5	14	1.398,2	6
• Química e Petroquímica	788,7	8	3.565,7	12	663,6	8	2.130,2	9
• Papel e Celulose	784,4	8	2.278,3	7	653,1	8	2.212,3	9
• Cimento	19,0	0	104,3	1	39,3	—	60,4	—
• Outros	—	—	13,4	—	—	—	13,1	—
Bens de Capital ⁴	1.491,7	16	5.417,8	17	972,0	12	2.872,9	12
Bens de Consumo	978,2	10	3.740,2	12	744,2	9	2.811,3	11
Construção Civil	597,0	6	3.579,7	11	574,4	7	2.299,4	9
Outros	382,8	4	2.104,7	7	275,6	3	1.254,9	5
TOTAL	9.477,9	100	31.110,4	100	8.399,2	100	24.619,0	100

1) Exclusive prestação de garantia.

2) Exclusive operação escritural da Caraíba (Cz\$ 10.899,5 milhões).

3) Exclusive operações escriturais da Caraíba (Cz\$ 12.464,8 milhões) e da Usimec (Cz\$ 736,0 milhões).

4) As operações da FINAME estão distribuídas de acordo com o setor comprador do equipamento.

A diminuição acentuada das operações na área social decorre da decisão governamental de reduzir a parcela de recursos do Finsocial aplicados diretamente pelo BNDES.

INDÚSTRIA

O valor total das operações aprovadas pelo Sistema para o setor industrial elevou-se a Cz\$ 31,1 bilhões, ou 55% do total de aprovações, o que representa participação recorde nesta década (Tabelas 8 e 10). Os desembolsos somaram Cz\$ 24,6 bilhões, com incrementos relativos dos itens bens de consumo, bens de capital e química e petroquímica.

Insumos básicos

O subsetor de insumos básicos manteve a liderança relativa nas aprovações (53%) e desembolsos (63%) do Sistema para projetos industriais.

O apoio à siderurgia objetivou a continuidade da implantação de projetos, a modernização e capacitação tecnológica, a racionalização do uso de energia e a preservação do meio ambiente. Em 1986, foram liberados para estes fins Cz\$ 818,4 milhões, não incluído o montante relativo à rolagem da dívida do Grupo Siderbrás. O orçamento siderúrgico realizou-se em 97,4%.

A rolagem da dívida do Grupo Siderbrás, *holding* estatal de siderurgia, foi aprovada e estava, ao final do ano, em fase de contratação. A Diretoria do BNDES aprovou o plano de saneamento do Grupo, em estudo que iria subsidiar a apreciação da matéria por uma comissão interministerial. Procedeu-se ainda ao acompanhamento do programa trienal de investimentos da Siderbrás e da elaboração de propostas para o II Plano Siderúrgico.

Dependendo da implantação do plano de saneamento do Grupo, permaneceram em fase de análise de prioridade, ao longo de 1986, os

projetos de melhoria e modernização para aumento da produtividade da Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas e Cosipa, subsidiárias da Siderbrás. Outra subsidiária, a Açominas, teve aprovada e contratada a prestação de garantia do BNDES para uma operação destinada à conclusão das obras de implantação da usina siderúrgica de Ouro Branco (MG).

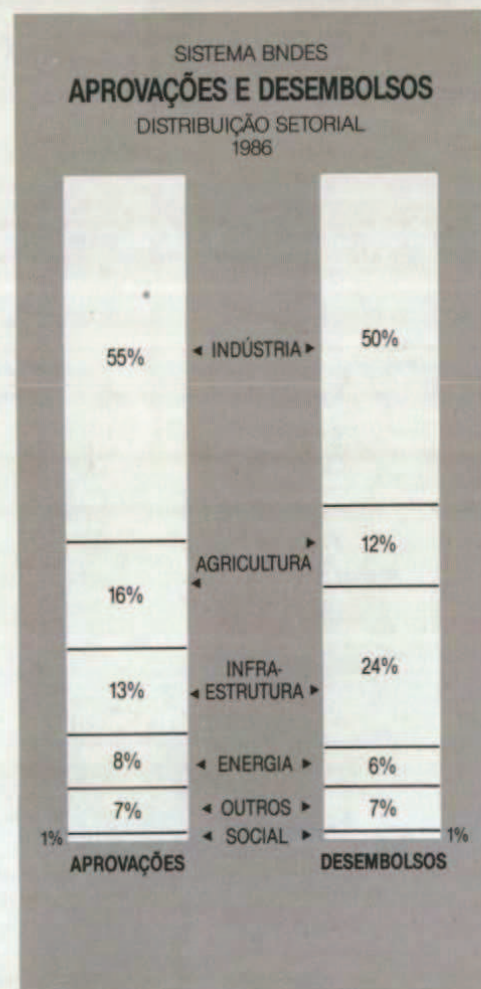
Dentre as prioridades concedidas na área da siderurgia destacam-se o projeto de expansão no setor de silício metálico da Liasa, em Pirapora (MG), com investimento de Cz\$ 396,1 milhões, e o de expansão e desenvolvimento tecnológico no setor de metalurgia do pó, pela Metalpo, com investimento total de Cz\$ 19,5 milhões. O projeto da Prometal para uma fábrica de ferroligas em Carajás, com prioridade já concedida, dependia de decisão quanto à utilização de carvão vegetal como redutor.

Em 1986, o Sistema BNDES continuou a dar prioridade à pesquisa de minérios, à consolidação de projetos minero-metalúrgicos prioritários, à avaliação de projetos de metalurgia

de metais carentes, à substituição e conservação de fontes energéticas e à preservação do meio ambiente.

Importante passo para a recuperação da Caraíba Metais, empresa controlada, foi dado com a aprovação de operação escritural de saneamento financeiro e o reescalonamento de dívidas remanescentes. Entre as muitas iniciativas relacionadas ao setor mineral apreciadas pelo Banco, destaca-se uma série de projetos em Currais Novos (RN): uma mina de ouro da Mineração Xapetuba, cujo financiamento foi aprovado; e várias usinas, para as quais se concedeu prioridade, da Metais do Seridó S.A., destinadas ao beneficiamento de xelita, produção de carbureto de tungstênio e ferro-tungstênio. Estão em acompanhamento projetos em execução para beneficiamento de alumínio, chumbo, cobre, estanho, ferro, manganês, titânio, tungstênio e zinco.

A petroquímica esteve em ampla discussão, em 1986, no BNDES, dada a constatação de que, já no início da próxima década, as centrais de matérias-primas da Copene, Copesul e Petroquímica União não serão suficientes para atender à crescente demanda projetada. As hipóteses aventadas junto a empresas, entidades representativas do setor e órgãos governamentais contemplam a possibilidade de duplicação da Copene, na Bahia, de implantação de novo pólo petroquímico em Campos, no Rio de Janeiro, e de eliminação de gargalos nas unidades produtivas da Copesul e Petroquímica União, o que atenderia apenas em parte às necessidades previstas. Foram aprovados durante o ano projetos para a produção de MVC e PVC, em Alagoas, catalisadores em Duque de Caxias (RJ) e isopreno em Camaçari (BA). Concedeu-se prioridade aos projetos de argilas ácidas ativadas da Alclor, em Alagoas, de ampliação das unidades de cloro-soda da Salgema, e de meto-etil-cetona da Oxiten, no Pólo Petroquímico do Sul.



A atuação do Sistema BNDES consolidou, em 1986, a prioridade dada à química fina, como comprovam as condições de financiamento e participação privilegiadas, a realização de diversas atividades de fomento e a participação de representantes do Banco em comissões e grupos ministeriais. O objetivo central reside na produção interna dos insumos e produtos intermediários principais, de cuja importação o País é ainda dependente em mais de 80% de suas necessidades, o que exige o desenvolvimento ou absorção de tecnologia.

Os principais projetos aprovados, neste campo, pelo Sistema BNDES, em 1986, foram: da Fábrica Carioca de Catalisadores, para produção de catalisadores para craqueamento catalítico de petróleo; da Carbonor, para produção dos ácidos salicílico e acetil-salicílico e de sulfitos; da Enia, para produção intermediária de corantes; da Petroflex, para catalisadores utilizados na produção de elastômeros; e da IQP, para produção de cloreto de benzila e derivados. Entraram em operação, durante o ano, a Nitronor, produtora de *indigo-blue*, e a fábrica de aminas da Química da Bahia, prevendo-se para 1987 o início da produção da Nitroclor, fabricante de derivados cloro-nitratados de benzeno. Estão em análise outros projetos para produção de pesticidas e de intermediários farmacêuticos e para instalação de uma unidade de formulação de insulinas.

O ano de 1986 caracterizou-se pelo incremento da demanda de produtos de celulose e papel, o que permitiu consolidar segmentos em que havia capacidade de produção ociosa, como os de papéis absorventes e papéis de imprensa. Atingiu-se, no entanto, situação crítica quanto ao abastecimento de celulose, papel de embalagem e papel para imprimir e escrever. O trabalho de fomento do BNDES permitiu identificar cerca de 40 projetos em perspectiva, dos quais 25 deverão requerer apoio financeiro durante o ano de 1987. Os principais projetos aprovados foram: a expansão e controle ambiental da Suzano; a expansão

da Klabin; o reflorestamento e otimização do processo de produção da Simão; o controle da poluição da Riocell; a consolidação financeira da Pisa e da De Zorzi; e o término de implantação da Cia. Papeleira do Sul (CPS).

O crescimento da demanda de cimento não bastou para eliminar totalmente a ociosidade imposta ao setor pelo período de recessão que antecedeu a recuperação econômica. Por este motivo, apenas um projeto de expansão teve prioridade concedida em 1986, ao lado de outros que prevêem a racionalização do uso de energia. Foram identificados, no entanto, outros projetos de expansão que poderão ser contemplados caso o consumo prossiga em ascensão, sobretudo em regiões carentes de oferta.

Bens de capital

A atuação do Sistema BNDES no setor de bens de capital faz-se tradicionalmente através de financiamentos para instalação, melhoria ou ampliação de unidades fabris e do estímulo à compra de máquinas e equipamentos de fabricação nacional. Neste campo, ressalta-se o papel da FINAME, que, em 1986, operou sob forte influência do aumento da demanda por parte da indústria de bens de consumo, estimulada pelo aquecimento da economia.

A FINAME, em 1986, desembolsou recursos no total de Cz\$ 16,5 bilhões e aprovou operações no montante de Cz\$ 26,4 bilhões, com crescimento real, respectivamente, de 39,1% e de 34,9% (Tabela 11). Afora o crescimento recorde no Programa Pequena e Média Empresa, o Programa Longo Prazo, em sua quase totalidade utilizado pelo setor privado, apresentou também resultados positivos, com 35,6% de incremento nos desembolsos e 44,3% nas aprovações.

As grandes compras de máquinas e equipamentos beneficiaram, em 1986, o setor de bens produzidos em série. A repercussão foi menos intensa, embora significativa, no segmento de bens de capital sob encomenda, que depende muito do investimento público em grandes

projetos. A estratégia do BNDES consistiu em manter o núcleo básico de produção, neste campo, quer dando continuidade a programas de saneamento financeiro, quer apoiando a modernização e procurando incrementar exportações.

No setor da informática, prioritário para o Banco, muitas das iniciativas apoiadas destinavam-se a permitir a oferta, pela indústria nacional, de computadores com porte superior aos até então disponíveis. Dentro deste enfoque, foi aprovada a aplicação de Cz\$ 330 milhões e liberados cerca de Cz\$ 70 milhões para que a Cobra, uma das maiores empresas nacionais do ramo, promovesse a nacionalização de superminicomputadores e pudesse oferecer seus produtos em *leasing*, de modo a competir com as concorrentes multinacionais.

Em fevereiro de 1986, o presidente da República aprovou exposição de motivos conjunta dos ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Ciência e Tecnologia, colocando a Cobra, empresa estatal, sob a orientação do último. Em julho, um acordo de acionistas, entre o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, permitiu a concretização dessa medida. Daí em diante, coube ao BNDES contribuir para a consolidação da nova estrutura administrativa.

A Digirede, uma das empresas líderes do segmento de automação bancária, teve aprovada a concessão de colaboração financeira no valor de Cz\$ 276 milhões, dos quais Cz\$ 50 milhões foram liberados. Tais recursos destinam-se ao desenvolvimento, com tecnologia própria, de superminicomputadores de uso geral e à fabricação de discos magnéticos *winchester*. Foram liberados ainda Cz\$ 65 milhões para que a SID Microeletrônica promovesse a modernização e capacitação tecnológica em projetos de dispositivos eletrônicos.

Outro projeto importante apoiado pelo BNDES na área de informática é o da Heliodinâmica — única empresa integrada do Hemisfério Sul que atua em energia solar —,

para a produção de silício, matéria-prima dos *chips*. Além de situar o Brasil no grupo restrito dos países produtores deste insumo da microeletrônica, o projeto ampliará a fabricação de lâminas e células solares. Para tal fim, já foram liberados Cz\$ 15 milhões do total de Cz\$ 85 milhões de recursos do Banco envolvidos.

Bens de consumo

A elevação dos financiamentos destinados à comercialização de equipamentos, em particular os produzidos em série pela indústria de bens de capital, é um indicador a mais da grande expansão experimentada, em 1986, pelo setor de bens de consumo. O Sistema BNDES mobilizou-se rapidamente para atender à situação criada pelo aumento da demanda interna, permitindo que milhares de empresas, sob tal estímulo, ampliassem ou modernizassem suas instalações e equipamentos.

Dentre as maiores operações neste setor destacam-se: o apoio ao saneamento financeiro e aporte de capital de giro à Bicycles Caló, que realizou com êxito lançamento público de ações e completou o ano já com resultados positivos; a operação de saneamento financeiro das Indústrias Madeirit S.A., líder do segmento de chapas e placas de madeira compensada; o financiamento de US\$ 1,2 milhão para importação de equipamentos pela Freios Varga, fabricante de autopeças; e o desembolso de recursos em cruzados e dólares (provenientes de convênio BNDES-BID) para modernização, melhoria do controle de qualidade e desenvolvimento de produtos pela Dabi Atlante S.A., a maior produtora nacional de equipamentos odontológicos. A garantia firme de subscrição e colocação pública de ações e a fiança a 50% da colocação de debêntures pelo BNDES contribuíram para a Persico Pizzamiglio S.A., produtora de tubos de aço com costura, chegar a um acordo comercial com a Cosipa que elevou substancialmente a competitividade das exportações desses tubos, abrindo a

possibilidade de acesso a mercados como a China, a União Soviética e o Oriente Médio.

ENERGIA

Durante 1986, as aprovações de novas operações do Sistema BNDES para o setor de energia atingiram Cz\$ 4,8 bilhões e os desembolsos Cz\$ 2,9 bilhões. Tais financiamentos concentraram-se intensamente nos segmentos de geração e distribuição de eletricidade, ramos que absorveram, conjuntamente, 89% dos recursos aprovados e 84% dos desembolsos no período (Tabela 12).

A ampliação do consumo, em decorrência da expansão geral da economia, tornou evidente a necessidade de se acelerarem os investimentos nesta área. Sendo a eletricidade, no Brasil, predominantemente obtida por geração hidrelétrica em grandes usinas que se situam, em geral, distantes dos centros urbanos, os custos iniciais são elevados e devem ser previstos a prazos relativamente

longos. Estão neste caso, principalmente, os investimentos feitos pela FINAME, que na rubrica "serviços industriais de utilidade pública" (onde a eletricidade predomina de modo absoluto) liberou, em 1986, Cz\$ 1,7 bilhão, correspondentes a 10,4% dos recursos desembolsados, contra 14% em 1985. Entraram em operação, no período, a Unidade 6 da Hidrelétrica de Tucuruí, da Eletronorte, e a Unidade 4 da Hidrelétrica de Itaipu, da Itaipu Binacional, ambos empreendimentos apoiados pelo Sistema.

Embora concentrando recursos no setor elétrico, o BNDES manteve o apoio a empreendimentos de outras áreas energéticas, como álcool, biogás, xisto, turfa, carvão mineral, carvão vegetal e aproveitamento de resíduos agrícolas. A conservação de energia, ao lado da busca de alternativas energéticas para combustíveis importados, dispõe de programa específico, o Conserve, através do qual o Banco desembolsou, em 1986, Cz\$ 116 milhões (Tabela 13).

TABELA 11

FINAME — Créditos à Comercialização de Equipamentos — Distribuição Setorial
Cz\$ milhões correntes

SETOR	APROVAÇÕES				DESEMBOLSOS			
	1985		1986		1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Indústria	3.784,9	41	14.370,6	54	2.198,5	40	8.811,1	53
Agricultura	970,2	10	4.743,4	18	680,9	12	2.500,1	15
Energia	1.969,9	21	2.554,8	10	852,4	16	1.516,9	9
Infra-Estrutura	1.830,6	20	3.283,1	12	1.238,6	22	2.729,8	17
Outros	732,9	8	1.455,8	6	561,2	10	992,6	6
TOTAL	9.288,5	100	26.407,7	100	5.531,6	100	16.550,5	100

TABELA 12

Sistema BNDES — Aprovações e Desembolsos — Energia
Cz\$ milhões correntes

ENERGIA	APROVAÇÕES ¹				DESEMBOLSOS			
	1985		1986		1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Petróleo e Gás Natural	5,7	0	27,5	1	1,2	0	13,4	—
Carvão e Rochas Oleígenas	8,6	1	59,8	1	16,6	1	60,6	2
Elétrica	1.983,7	93	4.281,7	89	1.242,4	75	2.421,8	84
Nuclear	—	—	—	—	1,3	0	—	—
Alcool	125,7	6	291,9	6	341,2	21	317,9	11
Outros	3,1	0	155,6	3	55,7	3	83,3	3
TOTAL	2.126,8	100	4.816,5	100	1.658,4	100	2.897,0	100

1) Exclusive prestação de garantia.

No setor de gás natural, foi aprovada operação de financiamento à Companhia Estadual do Gás (CEG), do Rio de Janeiro, e se analisa um programa de expansão da Comgás, de São Paulo, para distribuição de gás na Região Metropolitana paulista e no Vale do Paraíba. O setor beneficiou-se, em 1986, com a edição de portaria do Ministério das Minas e Energia, eliminando um impasse que vinha impedindo a expansão do uso do gás: a regulamentação das atividades no âmbito da produção, transmissão e distribuição.

Com a maturação do Programa Nacional do Alcool, os investimentos estão sendo redirecionados para a busca de máximo aproveitamento das unidades industriais implantadas, seja pela utilização de resíduos e efluentes do processo industrial, seja pela eliminação dos gargalos ou do desbalanceamento da produção alcooleira.

A contratação do projeto de Manacapuru, da Companhia Energética do Amazonas (Ceam), iniciou o programa de pequenas centrais termoeletricas à base de lenha na região amazônica. Trata-se de um programa de maturação demorada, que exigirá avaliação constante ao longo de seu desenvolvimento.

INFRA-ESTRUTURA

O setor de infra-estrutura participou com Cz\$ 7,4 bilhões (13%) nas aprovações de operações do BNDES e Cz\$ 11,6 bilhões (24%) nos desembolsos de recursos em 1986, beneficiando principalmente os sistemas de transporte de cargas e de transporte urbano de passageiros (Tabela 14).

A principal meta estabelecida para os projetos de transporte de cargas é superar os gargalos da oferta setorial, o que implica tanto a recuperação e modernização do sistema quanto a racionalização energética, reduzindo o consumo de combustíveis através do estímulo à adoção de modos mais econômicos. Já no transporte urbano, a preocupação dominante é social,

com a busca de serviço adequado ao atendimento das camadas de menor renda.

Foram aprovados em 1986 projetos de transporte urbano em Belo Horizonte e Aracaju; nos portos de Paranaguá, Recife e Suape; de transporte ferroviário, para recuperação de material rodante, introdução da informática e melhoria do transporte suburbano paulista a cargo da Fepasa; de transporte ferroviário de passageiros para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU); e de armazenagem, no Paraná. Entre os desembolsos, destacam-se os que se relacionam à implantação da linha Leste-Oeste do metrô de São Paulo, à Hidrovia do Tietê, ao complexo ferroviário de Carajás, aos programas da Rede Ferroviária

Federal, de trólebus e da Portobrás, este em início de aplicação.

Como administrador do Fundo da Marinha Mercante, o BNDES vem desenvolvendo intenso trabalho para incorporar ao setor naval seus habituais critérios de análise de projetos. Trata-se de reforma profunda, que objetiva mudar os procedimentos e a própria filosofia de gestão do Fundo, com destaque para a exigência de apresentação de projetos de viabilidade, sua análise rigorosa e a restauração das responsabilidades de compradores e vendedores. Os objetivos centrais, em 1986, foram a melhoria quantitativa do desempenho da frota mercante e a preservação da indústria de construção naval brasileira.

TABELA 13

Operações Conserve¹ — Distribuição Setorial

Cz\$ mil correntes

SETOR	APROVAÇÕES		DESEMBOLSOS	
	1985	1986	1985	1986
Indústria	58.533	17.508	91.044	108.103
• Insumos Básicos	51.334	17.508	80.677	96.674
Mineração	5.205	—	2.260	1.611
Siderurgia	36.924	17.508	52.509	88.776
Metalurgia de Não-Ferrosos	—	—	—	—
Química e Petroquímica	—	—	10.115	—
Papel e Celulose	6.521	—	15.687	1.242
Cimento	2.684	—	106	4.045
• Bens de Capital	1.265	—	6.684	4.374
• Bens de Consumo	5.853	—	2.950	6.915
• Construção Civil	—	—	—	—
• Outras	81	—	733	140
Agricultura	5.657	—	4.275	7.166
Energia	—	—	2.753	1.368
Outros	—	—	861	—
TOTAL	64.190	17.508	96.933	116.637

1) BNDES e FINAME.

TABELA 14

Sistema BNDES — Aprovações e Desembolsos — Infra-Estrutura¹

Cz\$ milhões correntes

INFRA-ESTRUTURA	APROVAÇÕES ²				DESEMBOLSOS			
	1985		1986		1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Urbana	2.128,1	39	4.252,4	57	2.032,6	39	5.330,8	46
Industrial	3,3	0	3,9	—	6,5	0	24,5	—
Comunicações	4,9	0	35,7	1	3,9	0	213,2	2
Transporte/Armazenagem	3.285,6	61	3.117,4	42	3.204,1	61	6.005,4	52
Outros	—	—	—	—	13,4	—	44,3	—
TOTAL	5.421,9	100	7.409,4	100	5.260,5	100	11.618,2	100

1) Exclusive infra-estrutura rural.

2) Exclusive prestação de garantia.

Esta indústria só agora começa a sair do período recessivo, com o surgimento de novas encomendas, dentre as quais ressalta a proposta da Petrobrás para a compra de nove petroleiros, com dispêndio superior a US\$ 300 milhões. Ao longo de 1986, o BNDES desembolsou para o setor Cz\$ 2 bilhões, com 150 liberações de créditos destinadas à construção de embarcações. Dos oito relatórios de análise aprovados, cinco prevêem a utilização de recursos do Fundo, para a construção de dois navios-tanque, dois *suppliers* para estimulação de poços, dois rebocadores, um navio fluvial, três empurradores e 12 balsas, no total de Cz\$ 15 bilhões; e três estipulam a utilização de linhas de crédito externo para importação de US\$ 24 milhões em componentes.

Convênio firmado entre o BNDES, Banco da Amazônia, Banco do Estado do Pará e Banco do Estado do Amazonas permitirá o repasse dos recursos do FMM para a construção de embarcações destinadas ao transporte de populações de baixa renda na região amazônica em condições extremamente subsidiadas, o que se justifica, ali, pelas grandes distâncias e pela inexistência de alternativas às viagens pelos rios.

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, em dezembro de 1986, autorizou o BNDES a contratar linhas de crédito externo, como seu agente, no total aproximado de US\$ 100 milhões, para importação de componentes destinados à indústria de construção naval em condições mais favoráveis do que as atualmente conseguidas por armadores e estaleiros.

No setor de telecomunicações, o BNDES aprovou o projeto da PHT Tecnologia, de vital importância para viabilização da concepção, detalhamento e fabricação, integralmente nacional, da central de programa armazenado temporal (CPA). O chamado Projeto Trópico, que utiliza o estado de arte em comutação, permitirá a participação de empresas brasileiras em mercado atualmente ocupado pelas multinacionais do setor. A parcela de investimento

que caberá ao Banco é de Cz\$ 121 milhões, dos quais Cz\$ 45 milhões foram liberados em 1986.

DESENVOLVIMENTO RURAL

As aprovações de projetos do setor agrícola pelo BNDES elevaram-se de 9% do total de aprovações, em 1985, para 16%, em 1986; no mesmo período, os desembolsos evoluíram de 11% para 12%. Do total de Cz\$ 9 bilhões aprovados, 67% destinaram-se a agroindústrias e 16% à infraestrutura rural. Em relação aos desembolsos, essas porcentagens foram, respectivamente, de 60% e 27% sobre o total do setor, que foi de Cz\$ 5,8 bilhões (Tabela 15).

A agricultura — principalmente as agroindústrias, a infra-estrutura agrícola e os insumos rurais, máquinas, equipamentos e fertilizantes — constitui já a segunda área de investimento do Banco em aprovações e a terceira em desembolsos. O sentido geral dessa contribuição do BNDES tem sido o apoio a investimentos realizados por empresas rurais, objetivando a modernização do complexo de produção agroindustrial e a ampliação da oferta de alimentos no País.

O ano marcou o início da atuação do BNDES diretamente junto ao setor agrícola, através do financiamento às empresas rurais. O volume expressivo de consultas encaminhadas ao Banco indica a pronta resposta dada pelos produtores rurais a uma linha de crédito criada em janeiro de 1986.

De modo geral, são considerados prioritários os empreendimentos integrados agricultura-pecuária e os de maior conteúdo tecnológico, isto é, os que assegurem maior produtividade. Critérios específicos aprovados pelo BNDES em 1986 garantem o apoio aos setores avícola e de produção de leite. No setor da irrigação, convênio de intenções firmado com o Programa Nacional de Irrigação prevê atuação limitada do Banco nos projetos de natureza privada, desenvolvidos por empresas rurais.

A atuação direta do BNDES no setor agrícola veio complementar o apoio à infra-estrutura, que consiste basicamente em projetos de

rodovias vicinais, eletrificação rural e armazenagem reguladora. No caso das estradas, destacam-se as aplicações realizadas no âmbito do terceiro convênio entre o BNDES, o Banco Mundial e o DNER.

O maior dentre todos os financiamentos aprovados em 1986 para uma empresa privada destinou-se a um produtor de máquinas e equipamentos agrícolas. A Massey Perkins S.A. obteve o apoio para a expansão e modernização das fábricas de tratores e colheitadeiras de Canoas (RS) e da fábrica de motores de São Bernardo do Campo (SP). O financiamento de Cz\$ 684 milhões, que corresponde a 55,3% da primeira parte do plano quinquenal de investimentos da empresa, permitirá expandir a produção anual para 55 mil motores, 27 mil tratores e 2.100 colheitadeiras, em 1989, assegurando a introdução de aperfeiçoamentos técnicos nos modelos.

Entre os projetos relevantes aprovados para o desenvolvimento rural figuram: o da Biomatrix, para implantação de laboratório de biotecnologia vegetal, em Teresópolis (RJ), destinado à produção de mudas e sementes através da cultura de tecidos; a melhoria e implantação de 31 trechos de rodovias vicinais pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, servindo a regiões produtoras de leite e com extensão total de 796 km; a implantação de infra-estrutura de irrigação, armazenagem e beneficiamento de arroz, em área de 1.900 hectares no Vale do Parnaíba (PI); e a capitalização, através do Estado de Pernambuco, do aumento da capacidade de processamento de leite das usinas da empresa Cilpe e de sua subsidiária Garanhuns Industrial S.A. (Gisa).

FINSOCIAL

Embora o orçamento do Finsocial continue crescendo em termos reais, a parcela de seus recursos administrada pelo BNDES vem-se

reduzindo substancialmente, de modo que os desembolsos, que em 1983 representavam 15% do total do Banco, não passaram, em 1986, de 1%.

Esse declínio, evidenciado na Tabela 16, condiciona as linhas de atuação a serem seguidas, com base em critérios rígidos de viabilidade e utilidade. Na área sanitária, estas linhas consistiram, em 1986: no estímulo à construção de esgotos sanitários com tecnologias simples, eficientes e apropriadas aos modelos de aglomerações de populações de baixa renda; no apoio à construção de fábricas de argamassa armada, em parte com a finalidade de produzir a baixo custo alguns insumos para obras de saneamento; e na deflagração de linha de financiamento para a construção de usinas de beneficiamento de lixo, com aproveitamento da mão-de-obra dos catadores, que constituem no Brasil conjunto numeroso de

trabalhadores com rendas extremamente baixas.

Uma série de experiências com características inovadoras com relação às atuais práticas extensivas permitirá avaliar novas formas de atendimento a menores carentes nos segmentos de 0 a 6 anos e de 7 a 18 anos. O assunto foi objeto de convênio entre o BNDES e o Ministério da Previdência e Assistência Social, firmado em dezembro de 1986.

Em co-financiamento com o Ministério da Justiça, o Banco está atuando na consolidação do Programa de Informatização do Sistema Penitenciário (Proinfopen), que se destina a instalar ou adequar centrais integradas de processamento de dados, para dinamizar o processo decisório nos sistemas penitenciários estaduais e permitir, nos limites e conveniências legais, o acesso às informações relativas à situação da população carcerária.

Na área do apoio ao pequeno produtor rural, realizaram-se as primeiras operações de crédito no âmbito do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), desenvolvido em articulação com o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os benefícios iniciais destinaram-se a famílias de trabalhadores assentados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

No campo da habitação rural, irrigação e eletrificação rural simplificadas, armazenagem comunitária, recuperação produtiva de microbacias e distribuição de sementes, foram apoiados prioritariamente projetos caracterizados pelo estímulo à organização dos produtores em associações, cooperativas ou entidades afins. Com investimentos em infra-estrutura e habitação rural, foram beneficiados os estados do Pará e Acre; para armazenagem comunitária, em articulação com a Cibrazem, apoiaram-se produtores rurais de dez estados; em aplicações em nível de propriedade, foram beneficiados produtores de todo o Nordeste, de Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No setor de abastecimento popular, o Banco ampliou em 1986 seu apoio a programas estaduais e municipais que associam produção local e abastecimento de populações de baixa renda. O projeto mais significativo deste tipo é o que se realiza há três anos na Região Metropolitana de Curitiba.

Foram avaliados 26 projetos de reforma agrária em todas as regiões do País, além de outros programas locais de interesse das comunidades, principalmente do Nordeste.

Iniciou-se em 1986 a publicação periódica dos *Cadernos Finsocial*,

TABELA 15

Sistema BNDES — Aprovações e Desembolsos — Agricultura¹

Cz\$ milhões correntes

AGRICULTURA	APROVAÇÕES ²				DESEMBOLSOS			
	1985		1986		1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Fertilizantes	37,1	2	90,0	1	26,9	1	103,8	2
Produtos Agropecuários	174,1	9	598,2	7	122,9	6	411,7	7
Agroindústrias	1.138,6	56	6.064,8	67	894,8	40	3.521,0	60
Máquinas e Implementos Agrícolas	91,6	4	820,0	9	53,8	2	212,7	4
Infra-Estrutura Rural	560,6	28	1.400,9	16	1.112,1	50	1.545,8	27
Outros	11,9	1	38,8	—	11,7	1	31,2	—
TOTAL	2.013,9	100	9.012,7	100	2.222,2	100	5.826,2	100

1) Exclusive produção de álcool.

2) Exclusive prestação de garantia.

TABELA 16

Sistema BNDES — Aprovações e Desembolsos — Finsocial

Cz\$ milhões correntes

FINSOCIAL	APROVAÇÕES				DESEMBOLSOS			
	1985		1986		1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Habitação	67,0	4	9,5	2	86,9	5	3,0	—
Amparo ao Pequeno Produtor Rural	806,4	51	198,5	39	599,5	35	295,9	51
Saúde	326,5	20	72,8	14	549,1	33	145,6	25
Educação	84,7	5	104,7	20	76,1	5	74,0	13
Alimentação	312,8	20	27,1	6	377,6	22	66,8	11
Outros	—	—	98,7	19	—	—	—	—
TOTAL	1.597,4	100	511,3	100	1.689,2	100	585,3	100

com a edição de dois estudos: um sobre o programa nacional de distribuição de leite para crianças carentes e o outro sobre o esgotamento sanitário condominial da cidade de Natal.

RECURSOS

As entradas de recursos no Sistema BNDES em 1986 alcançaram, em termos globais, Cz\$ 86,5 bilhões, 57% dos quais correspondendo a recursos operacionais, 8% a recursos do Tesouro Nacional e outros 8% a operações de crédito (Tabela 17).

A principal modificação ocorrida na composição dos recursos financeiros do Sistema foi, no entanto, o aumento da participação relativa do PIS/Pasep, que evoluiu de 5% em 1984 para 7% em 1985 e 17% em 1986. Os recursos vinculados e as dotações do Fundo da Marinha Mercante mantiveram participação declinante, em termos relativos.

Os financiamentos e linhas de crédito de organismos internacionais contratados pelo BNDES em anos anteriores significaram, em 1986, ingressos de divisas da ordem de US\$ 250 milhões. Paralelamente, foram iniciadas negociações com o Banco Mundial para o apoio ao segundo programa de controle da poluição, em São Paulo. Deu-se, ainda, prosseguimento às negociações com o KFW, da República Federal da Alemanha, para o financiamento do Promicro.

Em setembro, encerrou-se o acordo de cooperação técnica entre o BNDES e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que incluiu a cessão temporária de dois técnicos brasileiros e a administração de três seminários sobre avaliação de projetos a técnicos de todos os países africanos de expressão portuguesa. O acordo BNDES-BNA (Banco Nacional de Angola), assinado em fevereiro, está sendo posto em prática, com o envio de três técnicos à África. Além disso, ainda no âmbito da cooperação técnica, o BNDES participou da elaboração do Acordo Brasil-Argentina.

TABELA 17

Sistema BNDES — Execução Orçamentária¹

Cz\$ milhões correntes

DISCRIMINAÇÃO	1984		1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
(+) RECURSOS	9.200,6	100	29.182,8	100	86.568,1	100
Recursos Operacionais	4.734,8	51	17.700,8	61	49.753,6	57
Retorno	3.467,3	38	11.993,5	41	31.812,6	37
Ret. Outros Exerc./Caraíba-Usimec	—	—	—	—	10.607,7	12
Outros	1.267,5	14	5.787,4	20	7.333,3	8
Recursos Não-Operacionais	37,4	—	155,6	—	287,2	—
Recursos do Tesouro	1.278,1	14	3.389,0	12	6.961,6	8
Ressarcimento D.-L. 1.452	267,2	3	1.142,1	4	4.667,7	5
FND	—	—	—	—	847,8	1
Vinculados	1.010,9	11	2.246,9	8	1.446,1	2
• Finsocial	874,3	10	1.947,5	7	790,1	1
• Outros	136,6	1	299,4	—	656,0	1
Operações de Crédito	1.319,3	14	2.752,2	9	6.644,5	8
Externos — Moeda	837,4	9	1.803,3	6	863,9	1
BIRD/POC e BIRD/Industrial	—	—	—	—	1.273,1	1
Assunção Op. Ext./Caraíba-Usimec	—	—	—	—	2.593,1	3
Vinculados	481,9	5	948,9	3	1.914,3	2
Outros Recursos	1.831,0	20	5.105,2	16	22.921,1	26
PIS/Pasep	477,6	5	1.955,0	7	14.930,5	17
Vinculados	1.353,3	15	3.150,2	11	7.990,6	9
• Finsocial	—	—	—	—	39,2	—
• FMM	1.353,3	15	3.150,2	11	7.951,4	9
(—) DISPÊNDIOS	8.090,2	100	26.555,8	100	79.072,4	100
Despesas de Capital	720,6	9	2.756,2	10	9.354,2	12
Imobilizado	1,6	—	5,3	—	20,3	—
Amortizações e Outras	719,0	9	2.750,9	10	9.334,0	12
Despesas Correntes	924,6	11	3.355,8	13	7.742,8	10
Encargos Financeiros	751,4	9	2.564,0	10	5.394,7	7
Despesas Administrativas	173,2	2	791,8	3	2.348,1	3
Aplicações	6.445,1	76	20.443,9	77	61.975,3	78
Recursos Ordinários Disp.	4.289,2	50	15.591,7	59	42.630,6	54
Rec. Ord. Escrit./Caraíba-Usimec	—	—	—	—	13.200,8	17
Recursos Vinculados	2.155,9	27	4.852,2	18	6.143,9	8
FLUXO						
(+) Saldo Inicial	62,0		1.313,8		4.136,8	
(+) Operações de Curto Prazo	—		203,4		—757,1	
(+) Variação de Valores de Terceiros	141,5		—7,4		936,2	
(=) Saldo Final	1.313,8		4.136,8		11.811,7	

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios são decorrentes dos arredondamentos realizados mecanicamente.

1) Esta tabela substitui a anteriormente denominada "Fluxo de Recursos Consolidado", em razão de a Diretoria do BNDES ter decidido adotar para acompanhamento da execução orçamentária, a partir de 1986, o modelo utilizado pela SEST.

Desempenho do BNDES

O Ativo do BNDES atingiu Cz\$ 330,7 bilhões ao final de 1986 (Tabela 18), com crescimento de 6% em relação ao exercício anterior, segundo o índice das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). Desse total, 95% correspondem a operações-fins do Banco — empréstimo ou investimentos em empresas e atividades de fomento — e os 5% restantes do imobilizado a outras aplicações e ao saldo de recursos para aplicações futuras.

As alterações na estrutura do Ativo não foram grandes. O decréscimo de 15,1% no conjunto dos financiamentos e empréstimos realizados com recursos do BNDES deve-se, principalmente, a três fatores: a) à transferência dos recursos dessa rubrica, no valor de Cz\$ 7,3 bilhões, para a conta de adiantamentos para futuro aumento de capital da BNDESPAR, em parte para permitir a reorganização econômico-financeira da Carajás Metais; b) aos ajustes do Programa de Estabilização Econômica; c) à redução real do montante dos créditos a receber do Tesouro Nacional, relativos ao benefício da correção monetária concedido a mutuários conforme os Decretos-Leis 1.452/76 e 1.679/79.

A soma do montante da Carteira de Participações Societárias com os adiantamentos para o futuro

TABELA 18

BNDES — Aspectos Relevantes da Estrutura Patrimonial

Posição em 31 de dezembro — Cz\$ milhões correntes

DISCRIMINAÇÃO	1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%
ATIVO	185.100,9	100	330.740,7	100
Empréstimos e Financiamentos	126.919,9	69	228.731,6	69
Créditos Perante o Tesouro Nacional	10.685,5	6	14.196,2	4
Investimentos	35.662,5	19	64.974,1	20
Outros Ativos	11.833,0	6	22.838,8	7
PASSIVO	185.100,9	100	330.740,7	100
Fundo de Participação PIS/Pasep	95.704,2	52	187.182,3	57
Finsocial	930,0	—	1.602,9	1
Empréstimos e Financiamentos no País *	7.345,3	4	10.979,6	3
Empréstimos e Financiamentos no Exterior **	34.303,1	19	49.074,0	15
Outros Exigíveis *	9.325,6	5	14.664,3	4
Patrimônio Líquido	37.492,7	20	67.237,6	20

* Reclassificado.

** Inclusive debêntures.

aumento de capital das empresas controladas e coligadas alcança Cz\$ 64,7 bilhões, o que indica crescimento real de 7% em relação à mesma cifra no ano anterior.

Com a expansão de 13% em termos reais, os financiamentos à conta do PIS/Pasep atingiram 55% do Ativo do Banco, enquanto, em 1985, representavam menos de 52%.

Na sistemática adotada para a contabilização do Balanço, o Ativo não contém o total das aplicações do Banco: foram lançadas a débito no Passivo as aplicações do Fundo da Marinha Mercante, de outros

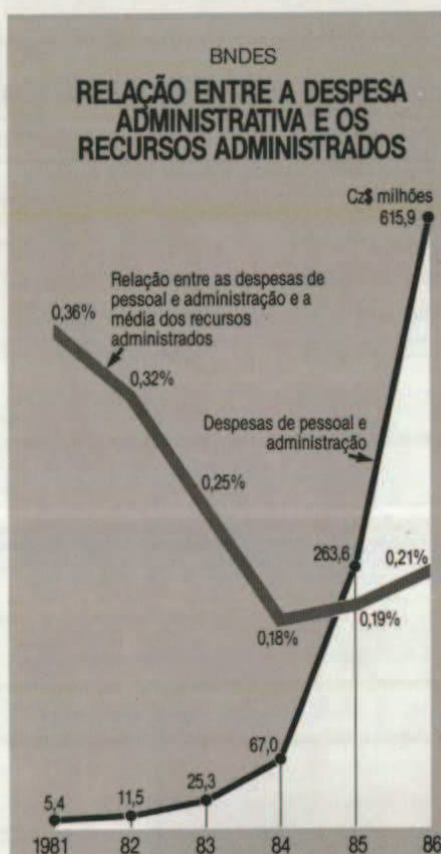
recursos repassados por terceiros e as do Fundo de Participação Social PIS/Pasep no mercado de capitais. Assim, consideradas as operações-fins consignadas tanto no Ativo quanto no Passivo, obtém-se um total de aplicações de Cz\$ 359,4 bilhões, correspondente a cerca de US\$ 24 bilhões, com crescimento real de 4% no exercício. Tais operações foram realizadas da seguinte forma: 54% com recursos do PIS/Pasep; 35% com recursos próprios do BNDES; 10% com recursos do Fundo da Marinha Mercante; e 1% com outros recursos.

De acordo com as práticas bancárias correntes, o BNDES, além de acompanhar permanentemente a situação econômico-financeira dos projetos e empresas financiados, contrata e libera recursos mediante exigência de garantias reais por parte dos mutuários. Nos últimos anos, no entanto, vinha-se agravando a inadimplência de mutuários, atribuída aos efeitos de recente período recessivo. Este fenômeno declinou em 1986. O índice de comprometimento da carteira de empréstimos (o saldo dos contratos com prestações vencidas e não pagas, em cobrança simples ou com contencioso, em relação ao saldo total da carteira) reduziu-se à metade. A redução continua sendo significativa, mesmo quando excluídos os débitos da Caraíba Metais, regularizados em 1986 mediante consolidação, reescalonamento e cessão de créditos do Banco.

A Carteira de Participações Societárias do BNDES atingiu Cz\$ 47,9 bilhões no final de 1986. O Banco manteve relativamente estável a participação das empresas controladas neste montante, mas reduziu o das empresas coligadas (de 52% em 1985 para 40% em 1986), em benefício de sua maior participação como acionista minoritário (de 12% para 22%).

O Patrimônio Líquido do BNDES alcançou Cz\$ 67,2 bilhões em 1986, com crescimento real de 6% sobre o ano anterior, considerada a variação da OTN. Desse total, Cz\$ 35 bilhões distribuem-se sob a forma de reservas e Cz\$ 32,1 bilhões referem-se ao capital social, representado por ações da União, embora com 5% de seus direitos atribuídos ao PIS/Pasep. Os recursos próprios cobriam integralmente as aplicações do Ativo Permanente, no montante de Cz\$ 66,2 bilhões.

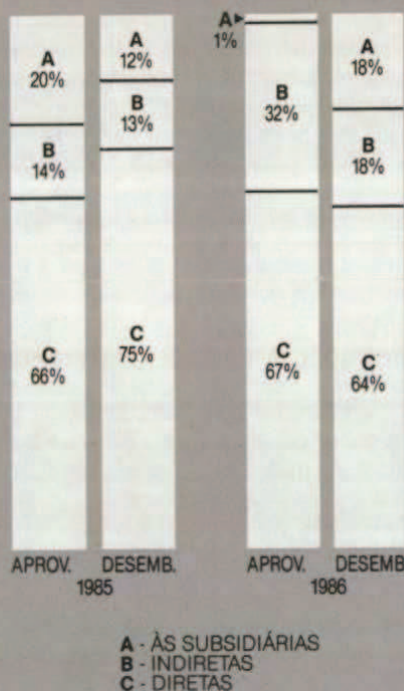
O BNDES obteve lucro líquido de Cz\$ 3,7 bilhões em 1986, o que corresponde a 5,5% do Patrimônio Líquido no período. As receitas de financiamentos e empréstimos responderam por 72% da receita operacional, cabendo 21% às receitas de participações societárias e 7% às aplicações em títulos federais. A despesa operacional elevou-se de 84% da receita



BNDES

APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL



operacional, em 1984, para 89%, em 1985, e 91%, em 1986.

Com referência às despesas de pessoal e administração, foram gastos Cz\$ 615,9 milhões, o que representou 0,21% da média dos recursos administrados pelo Banco. Esse percentual continuou bem abaixo do limite de 1%, estabelecido pelo Decreto nº 88.101/83 (Tabela 19).

As aprovações de novas operações pelo BNDES somaram, em 1986, Cz\$ 28,2 bilhões, dos quais 67% para realização direta, 32% através da rede de agentes financeiros e 1% referente a repasses às subsidiárias. Os desembolsos realizados pelo BNDES no mesmo ano totalizaram Cz\$ 37,4 bilhões, dos quais 64% correspondem a operações diretas, 18% às operações através dos agentes e 18% às subsidiárias (Tabela 20).

TABELA 19

BNDES — Relação entre a Despesa Administrativa e os Recursos Administrados

Cz\$ milhões correntes

ANO	DESPESAS DE PESSOAL E ADMINISTRAÇÃO ¹ A	MÉDIA DOS RECURSOS ADMINISTRADOS B	RELAÇÃO % ² A/B
1981	5,4	1.494,0	0,36
1982	11,5	3.559,9	0,32
1983	25,3	10.085,6	0,25
1984	67,0	37.837,6	0,18
1985	263,6	138.221,1	0,19
1986	615,9	299.499,7	0,21

1) Não inclui Complementação de Reservas Técnicas — FAPES.

2) O Decreto nº 88.101, de 10.02.83, fixa em 1% o limite máximo para tal relação.

TABELA 20

BNDES — Aprovações e Desembolsos

Cz\$ milhões correntes

BNDES	1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%
Aprovações¹	14.474,4	100	28.271,6	100
Diretas	9.629,0	66	18.931,4	67
Indiretas	2.014,2	14	9.130,8	32
Às Subsidiárias	2.831,2	20	209,4	1
Desembolsos²	15.893,6	100	37.477,6	100
Diretos	11.853,5	75	23.917,4	64
Indiretos	2.049,5	13	6.600,2	18
Às Subsidiárias	1.990,6	12	6.960,0	18

1) Exclui, em 1986, a operação escritural da Caraíba (Cz\$ 5.177,7 milhões).

2) Exclui, em 1986, as operações escriturais da Caraíba (Cz\$ 5.921,2 milhões) e da Usimec (Cz\$ 736,0 milhões).

Desempenho das Subsidiárias

FINAME

O Plano de Estabilização Econômica posto em prática em 1986 gerou forte aumento da demanda por equipamentos, que se acentuou a partir do segundo trimestre. Este fato, que atingiu a totalidade das empresas privadas, mas sobretudo as pequenas e médias, refletiu-se no desempenho da FINAME, traduzindo-se no crescimento real de 34,9% das aprovações de operações e de 39,1% nas liberações de recursos, considerada a variação das OTN. Os valores absolutos foram, respectivamente, Cz\$ 26,4 bilhões e Cz\$ 16,5 bilhões (Tabela 21).

O Programa Pequena e Média Empresa, exclusivamente utilizado pelo setor privado, foi o que apresentou maiores índices de crescimento real em relação ao ano anterior: 221,1% nos desembolsos e 366,9% nas aprovações. Sua participação, no conjunto das aprovações, elevou-se de 8%, em 1985, para 27%, em 1986; e, no de desembolsos, de 9%, em 1985, para 22%, em 1986.

O Programa Longo Prazo, quase totalmente utilizado pelo setor privado, apresentou também

crescimentos reais significativos, de 35,6% nas liberações de recursos e 44,3% nas aprovações de operações. Em termos relativos, manteve sua liderança, com 50% dos desembolsos e 48% das aprovações.

O Programa Especial é utilizado para financiamento de equipamentos a grandes projetos, especialmente do setor público. Seu desempenho foi contido pelo atraso na aprovação dos orçamentos das empresas estatais, o que se confirma pela ligeira recuperação registrada nos meses de novembro e dezembro. De qualquer forma, a política de contenção dos gastos públicos tem levado à participação decrescente desse programa no conjunto das operações da FINAME: ele decaiu de 48%, das aprovações, em 1985, para 25%, em 1986; e de 38%, dos desembolsos, em 1985, para 28% em 1986. Comparados os valores absolutos dos dois anos, com a aplicação dos índices de variação das OTN, constata-se acréscimo real de 1,5% nos desembolsos e decréscimo real de 27,3% nas aprovações.

O setor privado foi responsável por 78% do montante liberado pela FINAME em 1986, cabendo ao setor público os 22% restantes. A intensidade da demanda por financiamentos, neste ano,

principalmente por pequenas e médias empresas do setor privado, fica bem caracterizada pela elevação do número de operações aprovadas, que atingiu 45.135 — isto é, 132,3% a mais que as 19.432 operações aprovadas em 1985 e 105,6% acima do recorde histórico anterior, de 21.948 operações, registrado em 1979. O número de aprovações do Programa Pequena e Média Empresa cresceu 364% em relação ao ano anterior.

O setor de transportes absorveu Cz\$ 2,1 bilhões, correspondentes a 13,2% dos recursos desembolsados pela FINAME, contra 19,4% em 1985. Os serviços industriais de utilidade pública (principalmente energia elétrica) absorveram Cz\$ 1,7 bilhão, ou seja, 10,4% das liberações, contra 14% em 1985. O setor de metalurgia foi responsável por Cz\$ 1,6 bilhão, ou 9,8% das liberações, contra 9,5% em 1985. No conjunto, estes três setores responderam por 33,4% dos desembolsos em 1986, contra 42,9% em 1985.

Em termos regionais, o Sudeste recebeu 56,3% dos recursos liberados em 1986, contra 57,6% em 1985; o Sul, 20,1%, a mesma participação do ano anterior; o Nordeste, 16,7%, contra 13,4% em

TABELA 21

FINAME — Aprovações e Desembolsos

Cz\$ milhões correntes

PROGRAMA	1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%
Aprovações	9.288,5	100	26.407,7	100
Peq. e Média Empresa	736,2	8	7.086,4	27
Longo Prazo	4.048,1	44	12.657,6	48
Especial	4.470,6	48	6.646,2	25
Conserve	33,6	0	17,5	—
Desembolsos	5.531,6	100	16.550,5	100
Peq. e Média Empresa	528,0	9	3.586,1	22
Longo Prazo	2.857,7	52	8.356,0	50
Especial	2.113,1	38	4.594,7	28
Conserve	32,8	1	13,7	—

1985; o Centro-Oeste, 3,5%, contra 2,7% em 1985; e o Norte, 3,4%, contra 6% em 1985.

No ano de 1986, registrou-se a entrada em operação da Unidade 6 de geração de energia da Hidrelétrica de Tucuruí, da Eletronorte, e da Unidade 4 de geração de energia da Hidrelétrica de Itaipu, da Itaipu Binacional, ambos empreendimentos apoiados pela FINAME.

Na mesma condição estão a Companhia Alcoolquímica Nacional, que começou a funcionar, e a Açominas, onde iniciarão suas operações o pátio de recebimento de matérias-primas, a unidade de sinterização, a unidade de calcinação, o alto-forno, a fábrica de oxigênio, a aciaria e o gasômetro. Outro evento digno de registro é a entrega de 43 carros do metrô à Companhia do Metropolitano de São Paulo.

BNDESPAR

A BNDESPAR busca prover capital de risco para empreendimentos controlados por grupos privados nacionais. Contempla, assim, o esforço de grupos empresariais brasileiros que reúnam condições de eficiência para implantação de projetos de investimento considerados relevantes para o desenvolvimento do País.

O mecanismo de apoio financeiro predominante é a participação societária, com caráter transitório e minoritário, objeto de desinvestimento, preferentemente em bolsa de valores, sempre que maturam os empreendimentos apoiados. A atividade de fomento é orientada pelo Plano de Ação da BNDESPAR, que dá ênfase ao desenvolvimento tecnológico, produtivo e gerencial das empresas

nacionais, bem como ao fortalecimento do mercado de capitais.

Em 1986, a BNDESPAR buscou maior contato com empresas emergentes de tecnologia de ponta, objetivando apoiar este segmento industrial de maneira diferenciada, em função de seu modelo empresarial incipiente e de seu risco elevado.

No final do ano, o valor da carteira de participações societárias da BNDESPAR atingiu Cz\$ 32 bilhões: dos 191 títulos que compõem esta carteira, 185 são de empresas privadas e os demais de seis companhias controladas. Quanto a estas, cabe destacar o processo de privatização, em fase final, da Nova América e, em curso, das Máquinas Piratininga e da Sibra.

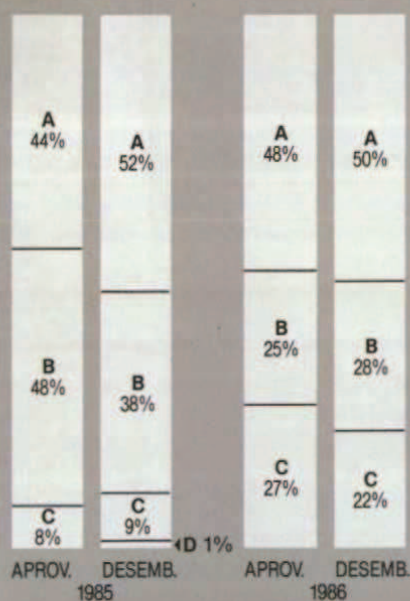
A Caraíba Metais apresentou, ao longo de 1986, expressiva melhoria em seu desempenho. Diversas medidas foram adotadas com esse objetivo: com o respaldo de amplo diagnóstico organizacional e tecnológico de consultores externos, a diretoria renovada da empresa cuidou de ajustes de caráter operacional e financeiro. Tais providências foram possíveis graças à operação de capitalização de créditos realizada pelo Sistema BNDES.

O orçamento de investimentos da BNDESPAR atingiu, em 1986, o montante de Cz\$ 8,2 bilhões, dos quais Cz\$ 6,5 bilhões referem-se à operação escritural de capitalização da Caraíba Metais. Dos Cz\$ 1,7 bilhão efetivamente desembolsados, 25% foram alocados às controladas Cosinor, Máquinas Piratininga e Celulose da Bahia. Isto significa redução sensível na participação dessas empresas no total de recursos liberados. A totalidade das operações aprovadas, de Cz\$ 2,2 bilhões, refere-se à participação acionária (Tabela 22).

Na análise setorial dos investimentos realizados, destaca-se o setor de papel e celulose, que absorveu 44% dos recursos. O setor eletroeletrônico é igualmente notável porque, embora tenha ficado com apenas 10% dos desembolsos, foi responsável pelo maior número de operações com novas empresas.

FINAME
APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL



A - LONGO PRAZO
B - ESPECIAL
C - PEQUENA E MÉDIA EMPRESA
D - CONSERVE

TABELA 22

BNDESPAR — Aprovações e Desembolsos

Cz\$ milhões correntes

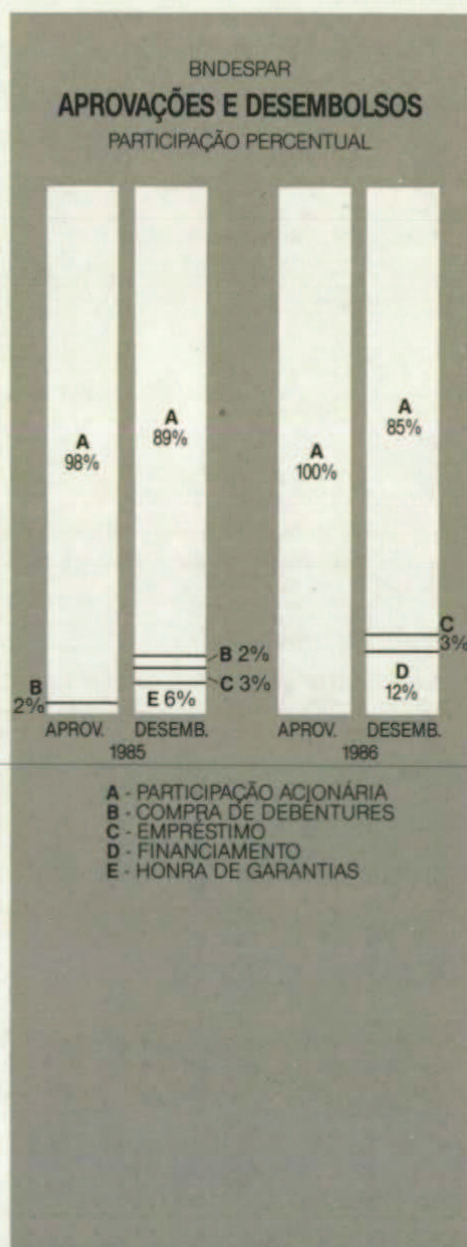
MODALIDADE	1985		1986	
	VALOR	%	VALOR	%
Aprovações¹	907,7	100	2.206,5	100
Participação Acionária	892,3	98	2.206,5	100
Compra de Debêntures	15,4	2	—	—
Empréstimo	—	—	—	—
Financiamento	—	—	—	—
Desembolsos²	1.009,3	100	1.706,4	100
Participação Acionária	893,0	89	1.443,2	85
Compra de Debêntures	20,7	2	10,3	—
Empréstimo	29,8	3	52,1	3
Financiamento	0,6	0	200,8	12
Honra de Garantias	65,2	6	—	—
Outras	—	—	—	—

1) Exclui, em 1986, a operação escritural da Caraíba (Cz\$ 5.721,9 milhões).

2) Exclui, em 1986, a operação da Caraíba (Cz\$ 6.543,5 milhões).

Dentro de sua política de reciclar recursos — suas participações têm caráter transitório —, a BNDESPAR vendeu ações que totalizaram cerca de Cz\$ 610 milhões, sobretudo no período em que, pelo estímulo das medidas de estabilização econômica, o mercado de ações mostrou-se aquecido. Nos meses finais do ano, quando ocorreu fenômeno inverso, as operações de desinvestimento em bolsa foram praticamente paralisadas.

O BNDES efetuou o aumento de capital na BNDESPAR, transferindo-lhe títulos que detinha em seu imobilizado financeiro, no valor de Cz\$ 9,6 bilhões.



5

Demonstrações Financeiras

**EM 31 DE DEZEMBRO E 28 DE FEVEREIRO DE 1986
E EM 31 DE DEZEMBRO DE 1985**

Balanço patrimonial
Demonstração do resultado
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Demonstração das origens e aplicações de recursos
Notas explicativas às demonstrações financeiras

Anexo
Demonstração dos investimentos em,
e das operações com,
empresas controladas e coligadas

Parecer dos auditores independentes

Balanço Patrimonial

ATIVO	MILHARES DE CRUZADOS		MILHÕES DE CRUZEIROS	
	1º/MARÇO/1986	31/DEZEMBRO/1986	31/DEZEMBRO/1985	
Circulante e Realizável a Longo Prazo				
Disponibilidades				
• Depósitos em bancos	13.995	928.415	21.635	
• Títulos mobiliários federais	6.203.580	10.873.887	4.066.528	
Créditos por empréstimos e financiamentos, líquido da provisão para créditos de realização duvidosa (Cz\$ 854.500; Cz\$ 1.258.316; Cr\$ 610.630)	170.099.773	228.731.583	126.919.858	
Crédito perante o Tesouro Nacional	14.552.273	14.196.205	10.685.478	
Títulos mobiliários federais	4.321.801	4.897.781	3.223.803	
Outros ativos realizáveis	6.961.845	4.890.903	3.767.765	
	<u>202.153.267</u>	<u>264.518.774</u>	<u>148.685.067</u>	
Permanente				
Investimentos	57.510.791	64.974.086	35.662.492	
Imobilizado	1.004.938	1.247.795	753.323	
	<u>58.515.729</u>	<u>66.221.881</u>	<u>36.415.815</u>	
	<u><u>260.668.996</u></u>	<u><u>330.740.655</u></u>	<u><u>185.100.882</u></u>	
André Franco Montoro Filho PRESIDENTE	Romulo Almeida DIRETOR	José A. Amaral de Souza DIRETOR	Cláudio de Araújo Peçanha DIRETOR	Carlos Lessa DIRETOR

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	MILHARES DE CRUZADOS		MILHÕES DE CRUZEIROS
	1º/MARÇO/1986	31/DEZEMBRO/1986	31/DEZEMBRO/1985
			(Reclassificado)
Circulante e Exigível a Longo Prazo			
Depósitos			
• A vista	510.491	689.696	312.489
• A prazo	52.913	20.091	36.906
• Vinculados ao Fundo da Marinha Mercante	115.839	196.451	108.227
• Outros	14.217	65.755	32.497
Obrigações por empréstimos e financiamentos			
• Em moeda nacional, de instituições financeiras governamentais	8.305.924	10.979.582	7.345.328
• Em moedas estrangeiras	43.198.298	45.048.646	30.219.365
Recursos repassados para aplicação			
• Fundo de Participação PIS/Pasep	129.771.803	187.182.268	95.704.200
• Fundo da Marinha Mercante	3.559.143	7.699.176	2.189.307
• Fundo de Investimento Social (Finsocial)	1.024.045	1.602.940	929.959
• Outros	827.526	1.415.039	789.936
Obrigações por debêntures em moedas estrangeiras	3.498.855	4.025.339	3.371.760
Contas e despesas a pagar ou provisionados, e outras exigibilidades	7.621.077	4.578.110	4.568.185
Provisão para contingências	2.000.000		2.000.000
	<u>200.500.131</u>	<u>263.503.093</u>	<u>147.608.159</u>
Patrimônio Líquido			
Capital integralizado	10.084.021	32.192.139	10.084.021
Reservas de			
• Capital	37.326.135	25.017.181	23.368.519
• Reavaliação (de ativos de empresas investidas)	4.484.445	3.910.252	3.182.544
• Lucros	1.200.592	306.486	857.639
Lucros acumulados		5.811.504	
Prejuízo do período de dois meses findo em 28 de fevereiro de 1986	(5.192)		
Ajustes do Programa de Estabilização Econômica — D.-L. 2.284/86	7.078.864		
	<u>60.168.865</u>	<u>67.237.562</u>	<u>37.492.723</u>
	<u>260.668.996</u>	<u>330.740.655</u>	<u>185.100.882</u>

Francisco R. André Gros
DIRETORIvandro M. Cunha Lima
DIRETORRonaldo T. Mascarenhas
DIRETORSérgio Barcala Baptista
SUPERINTENDENTE
DA ÁREA FINANCEIRA
E INTERNACIONALAntônio Carlos Soares
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE
CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-RJ-023108-0
CPF: 153 896 187/34

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 1986 e 1985

	MILHÕES DE CRUZEIROS	MILHARES DE CRUZADOS		MILHÕES DE CRUZEIROS
	1º/JAN a 28/FEV/1986	1º/MAR a 31/DEZ/1986	1º/JAN a 31/DEZ/1986	1º/JAN a 31/DEZ/1985
(Reclassificado)				
Receitas				
Operacionais				
• De empréstimos, financiamentos, avais e fianças	972.859	5.368.946	6.341.805	3.395.632
• Juros e comissões	5.146.614	2.837.200	7.983.814	11.336.042
• Correção monetária	8.399.919	3.200.349	11.600.268	16.606.259
• Variações cambiais	1.331.183	1.803.765	3.134.948	3.645.220
• De aplicações financeiras e outros títulos mobiliários	15.850.575	13.210.260	29.060.835	34.983.153
Não-operacionais	167.540	(149.189)	18.351	95.294
	16.018.115	13.061.071	29.079.186	35.078.447
Despesas				
Operacionais				
• Financeiras				
• Juros e comissões	1.149.298	4.220.222	5.369.520	2.781.822
• Correção monetária	1.391.612	986.002	2.377.614	3.259.272
• Variações cambiais	13.468.897	7.506.423	20.975.320	25.188.956
• Outras	2.908	514.675	517.583	353.842
• Administrativas e gerais				
• Remuneração de diretores e conselheiros	735	5.207	5.942	2.087
• Pessoal				
• Remuneração	42.006	291.826	333.832	142.840
• Encargos sociais	14.485	116.438	130.923	224.063
• Contribuições ao Pasep e ao Finsocial	149.477	194.454	343.931	338.672
• Outros	17.453	127.747	145.200	71.781
• Depreciação	56.805	(4.117)	52.688	22.611
• Créditos de realização duvidosa	211.828	403.817	615.645	461.255
• Apoio financeiro não-reembolsável	1.505	4.201	5.706	4.099
	494.294	1.139.573	1.633.867	1.267.408
	16.507.009	14.366.895	30.873.904	32.851.300
Não-operacionais	246	7.584	7.830	8.896
	16.507.255	14.374.479	30.881.734	32.860.196
Resultado de Participações Societárias				
Mutações patrimoniais em empresas investidas, por equivalência patrimonial		(6.562.885)	(6.562.885)	1.971.034
Dividendos		302.246	302.246	306.762
Compensação de deságios		1.815.449	1.815.449	1.462.008
Amortização de ágios		(367.393)	(367.393)	
Provisões para desvalorização permanente e para contingências				
• Constituição		(2.000.000)	(2.000.000)	(2.012.738)
• Reversão		4.646.704	4.646.704	
Ganho em alienação	24.974	794.333	819.307	177.184
	24.974	(1.371.546)	(1.346.572)	1.904.160
	(464.116)	(2.684.954)	(3.149.120)	4.122.411
Correção Monetária				
Patrimônio líquido	(11.935.139)	(11.202.614)	(23.137.753)	(25.327.491)
Ativo permanente	12.394.113	10.599.728	22.993.841	21.944.913
	458.974	(602.886)	(143.912)	(3.382.578)
Lucro (prejuízo) antes dos ajustes do Programa de Estabilização Econômica — D.-L. 2.284/86 e da correção monetária do lucro do primeiro semestre	(5.192)	(3.287.840)	(3.293.032)	739.833
Ajustes do Programa de Estabilização Econômica — D.-L. 2.284/86		7.078.864	7.078.864	
	(5.192)	3.791.024	3.785.832	739.833
Correção Monetária do Lucro do Primeiro Semestre*		893.318	893.318	
Lucro (prejuízo) líquido	(5.192)	4.684.342	4.679.150	739.833

* Ajuste extracontábil para conciliar o regime anual de apuração de resultado com o regime semestral praticado para fins tributáveis.

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS		CONTAS ESPECIAIS			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	CAPITAL INTEGRALIZADO ATUALIZADO*		PROVENIENTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO	OUTRAS	RESERVA DE REAVALIAÇÃO (DE ATIVOS DE EMPRESAS INVESTIDAS)	LEGAL	LUCROS A REALIZAR	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	PREJUÍZO DO PERÍODO DE DOIS MESES FINDOS EM 28/FEV/86		AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA — D.L. 2.284/86
	CAPITAL	CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL									
Exercício findo em 31 de dezembro de 1985											
Em milhões de cruzeiros											
Em 1º de janeiro	3.243.878	6.815.143	112.200	192.870	1.142.155	1.838	34.924			11.543.008	
Ajustes de exercícios anteriores											
• Provisão para imposto sobre a renda — exercício financeiro de 1985								126		126	
Aumentos de capital											
• Capitalização de reserva	6.815.143	(6.815.143)									
• Integralização em dinheiro	25.000									25.000	
Correspondência de utilização da reserva para compensação de prejuízos acumulados ou para aumento de capital nas empresas investidas			13.755		(13.755)						
Incentivo fiscal referente ao imposto sobre a renda				63.574						63.574	
Adiantamento para aumento de capital				90.676						90.676	
Correção monetária		22.108.118	276.304	511.022	2.349.712	4.032	76.610	276		25.325.074	
Reversão de parcelas da reserva em decorrência de sua realização por empresas investidas					(295.568)					(295.568)	
Reversão da reserva de lucros a realizar						(111.534)		111.534			
Lucro líquido do exercício								739.833		739.833	
Apropriações					36.992	814.777	(851.769)				
Em 31 de dezembro	10.084.021	22.108.118	402.259	858.142	3.182.544	42.862	814.777			37.492.723	
Exercício findo em 31 de dezembro de 1986											
Em milhares de cruzados											
Dividendo referente ao exercício de 1984 pago ao Fundo de Participação Social (FPS)**						(5.596)				(5.596)	
Adiantamento para aumento de capital				229.147						229.147	
Correção monetária		10.223.689	127.751	302.381	1.010.723	13.612	256.982			11.935.138	
Prejuízo líquido do período								(5.192)		(5.192)	
Em 28 de fevereiro	10.084.021	32.331.807	530.010	1.389.670	4.193.267	56.474	1.066.163	(5.192)		49.646.220	
Conversão de cruzeiros para cruzados segundo a correspondência de Cr\$ 1.000,00 = Cz\$ 1,00	10.084.021	32.331.807	530.010	1.389.670	4.193.267	56.474	1.066.163	(5.192)		49.646.220	
Correção monetária		2.945.329	36.803	92.516	291.178	3.922	74.033			3.443.781	
Ajustes decorrentes da conversão de cruzeiros para cruzados consoante o Programa de Estabilização Econômica									7.078.864	7.078.864	
Em 1º de março	10.084.021	35.277.136	566.813	1.482.186	4.484.445	60.396	1.140.196	(5.192)	7.078.864	60.168.865	
Ajustes de exercícios anteriores				(57.368)				(2.956)		(60.324)	
Aumento de capital											
• Capitalização de reserva	22.108.118	(22.108.118)									
Correspondência de reavaliações de bens procedidas por empresas investidas, líquido de realização de bens reavaliados					1.323.728					1.323.728	
Reversão em decorrência de alienação de participações societárias em empresas investidas					(2.450.926)					(2.450.926)	
Adiantamento para aumento de capital				306.426						306.426	
Correção monetária		9.113.263	113.876	322.967	553.005	12.133	229.071	893.318		11.237.633	
Reversão da reserva de lucros a realizar						(1.369.267)	1.369.267				
Transferência para apuração do resultado do exercício									5.192	(7.078.864)	
Lucro líquido do exercício								3.785.832		3.785.832	
Destinação do lucro líquido do exercício					233.957		(233.957)				
		22.282.281	680.689	2.054.211		306.486					
Em 31 de dezembro	32.192.139		25.017.181		3.910.252	306.486	5.811.504			67.237.562	

* Há uma parcela de Cz\$ 70 milhões pendente de integralização.

** 5% do lucro líquido de cada exercício são atribuídos ao Fundo de Participação Social (FPS).

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Exercício findo em 31 de dezembro de 1986 e 1985

	MILHÕES DE CRUZEIROS	MILHARES DE CRUZADOS		MILHÕES DE CRUZEIROS
	1º/JAN a 28/FEV/1986	1º/MAR a 31/DEZ/1986	1º/JAN a 31/DEZ/1986	1º/JAN a 31/DEZ/1985
Origens dos Recursos				
Das operações				
• Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.192)	4.684.342	4.679.150	739.833
• Despesas (receitas) que não afetam os depósitos em bancos				
•• Mutações patrimoniais líquidas em empresas investidas, por equivalência patrimonial		873.171	873.171	(1.971.034)
•• Amortização de ágios e compensação de deságios, líquido		(1.472.762)	(1.472.762)	(1.462.008)
•• Correção monetária líquida do ativo permanente e do patrimônio líquido	(458.974)	322.512	(136.462)	3.382.578
•• Correção monetária do lucro do primeiro semestre		893.318	893.318	
•• Depreciação	56.805	(4.117)	52.688	22.611
•• Provisões para desvalorização permanente de participações societárias e para contingências, líquido		(2.646.704)	(2.646.704)	2.012.738
	(407.361)	2.649.760	2.242.399	2.724.718
Do acionista				
• Aumento do capital em dinheiro				25.000
• Adiantamentos para aumento de capital	229.147	306.426	535.573	90.676
	229.147	306.426	535.573	115.676
De terceiros				
• Aumento líquido em obrigações por empréstimos e financiamentos e por debêntures	13.808.623	5.308.491	19.117.114	30.298.921
• Repasses para aplicação (incluem rendimentos reaplicados)	35.585.174	62.700.847	98.286.021	70.425.941
• Aumento líquido nas demais contas de passivo	3.062.711	(2.570.912)	491.799	5.698.122
• Outras origens				19.127
	52.456.508	65.438.426	117.894.934	106.442.111
	52.278.294	68.394.612	120.672.906	109.282.505
Aplicações dos Recursos				
No aumento líquido em títulos mobiliários federais	3.235.050	5.246.327	8.481.377	5.039.874
No aumento líquido em créditos por empréstimos e financiamentos	42.166.114	59.645.611	101.811.725	90.588.219
No aumento líquido no crédito perante o Tesouro Nacional	3.462.469	48.258	3.510.727	7.379.892
No aumento líquido do ativo permanente	232.353	4.606.806	4.839.159	3.258.424
No aumento líquido nas demais contas de ativo	3.189.948	(2.066.810)	1.123.138	3.000.720
	52.285.934	67.480.192	119.766.126	109.267.129
Aumento (Redução) de Depósitos em Bancos	(7.640)	914.420	906.780	15.376
Depósitos em Bancos				
• No início do exercício ou período	21.635	13.995	21.635	6.259
• No fim do exercício ou período	<u>13.995</u>	<u>928.415</u>	<u>928.415</u>	<u>21.635</u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro e 28 de fevereiro de 1986 e em 31 de dezembro de 1985

1. OPERAÇÕES

O banco é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado vinculada administrativamente à Secretaria de Planejamento da Presidência da República e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis, às decisões e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional. As ações representativas de seu capital são de propriedade da União.

O banco se constitui no principal veículo de execução da política de investimentos do Governo Federal e tem por finalidade apoiar programas e projetos relacionados com o desenvolvimento da economia nacional (ampliação da capacidade produtiva, melhoria da produtividade e da ordenação setorial, e outras formas de iniciativa); as suas atividades estimuladoras da iniciativa privada são exercidas em harmonia com o apoio a empreendimentos de interesse nacional a cargo do setor público.

O banco opera diretamente ou através de agentes financeiros: bancos ou agências estaduais de desenvolvimento e instituições financeiras privadas. A sua ação se dá também através de duas empresas subsidiárias integrais, a Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME e a BNDES Participações S. A. — BNDESPAR, aquela com a atividade de concessão de refinanciamentos a agentes financeiros implementadores dos programas de financiamento para a compra de máquinas, equipamentos e conjuntos industriais de produção nacional e/ou com índices relevantes de nacionalização, e esta voltada para o apoio à dinamização e ao fortalecimento de empresas nacionais, principalmente mediante participação societária, de caráter minoritário e transitório.

Complementarmente a essas atividades, desde 1983 o banco está investido na função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM) — destinado a apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de marinha mercante nacional — para fins de assessoramento ao Ministério dos Transportes, o órgão administrador do fundo. Face a essa investidora assumida efetivamente a partir de janeiro de 1984, cabe ao banco: (i) analisar os estudos de viabilidade técnico-econômica destinados à obtenção de apoio financeiro do fundo para a construção de embarcações ou para outras finalidades contempladas em lei ou regulamento; (ii) conceder financiamentos a armadores, empresas de pesca e construtores de embarcações, ou auxílios financeiros a fundo perdido, segundo prioridades estabelecidas; (iii) acompanhar e supervisionar a construção naval financiada pelo fundo; (iv) captar os recursos financeiros necessários às suas atividades; e (v) manter a contabilidade do fundo. A remuneração do banco pela prestação desses serviços, fixada pelo Conselho Monetário Nacional, corresponde a 2% sobre a arrecadação mensal do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

O banco também é o administrador do Fundo de Investimento Social (Finsocial) criado pelo Governo Federal em 1982 para apoiar

financeiramente os programas e projetos de caráter assistencial — elaborados segundo diretrizes da Presidência da República — relacionados com alimentação, habitação popular, saúde e amparo ao pequeno agricultor. O Finsocial é alimentado por contribuições das empresas e por dotações orçamentárias da União. Atualmente, os recursos do fundo são canalizados para aplicação, preponderantemente, através dos órgãos dos ministérios relacionados com os programas sociais.

As diretrizes operacionais do Sistema BNDES, considerada a sua função de fomento, contemplam: (i) a conversão de créditos, por operações de empréstimos e financiamentos, em participações societárias; e (ii) a alienação das participações societárias em outras empresas quando alcançada a consolidação dos empreendimentos apoiados, considerados os objetivos governamentais de manutenção de controle nacional, de concentração ou desconcentração de controle, de privatização etc. O Programa de Privatização recentemente formulado pelo Governo Federal não contempla desinvestimentos significativos para a BNDESPAR; quanto ao banco, as participações societárias arroladas para privatização têm um valor contábil da ordem de Cz\$ 2 bilhões ao final do exercício de 1986. A rentabilidade das participações societárias do Sistema reflete-se no patrimônio líquido do banco via equivalência patrimonial; o risco imanente a investimentos em capital de risco é avaliado considerando a função de fomento do Sistema e as condições conjunturais da economia.

2. DIRETRIZES CONTÁBEIS

As diretrizes adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam das normas gerais baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, das normas reguladoras do Banco Central aplicáveis a instituições financeiras e das disposições da lei das sociedades por ações. Os princípios e procedimentos contábeis mais significativos adotados nos exercícios de 1986 e de 1985 podem ser resumidos como segue:

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 1986 estão sendo apresentadas juntamente com as do exercício de 1985, mas qualquer comparação precisará levar em conta os efeitos decorrentes do Programa de Estabilização Econômica (Plano Cruzado) instituído pelo governo em 28 de fevereiro de 1986 (ver nota explicativa 7). Em virtude desses mesmos efeitos, as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 1986 estão sendo apresentadas com a segregação (determinada extracontabilmente) das operações realizadas até e após a data de 28 de fevereiro.

(b) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios, e ajustado pelos efeitos decorrentes da correção monetária do ativo

permanente e do patrimônio líquido com base na variação mensal dos índices oficiais; as parcelas da correção monetária são agregadas às rubricas a que se referem, exceto a referente ao capital, que é demonstrada por uma reserva de capital, destinada à capitalização.

(c) Créditos e obrigações por empréstimos e financiamentos

Esses ativos e passivos incorporam as correções monetárias e as variações cambiais a que estão sujeitos — calculadas em conformidade com índices e taxas cambiais oficiais e fórmulas contratuais — e os demais encargos financeiros acumulados.

(d) Provisão para créditos de realização duvidosa

Essa provisão corresponde a 1% dos créditos cujo risco corre à conta do banco; a provisão existente é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas que possam resultar da realização final dos empréstimos e financiamentos em mora, considerados caso a caso. Os créditos em liquidação são assim registrados quando os correspondentes empréstimos e financiamentos em mora são objeto de cobrança judicial; a receita referente a esses créditos deixa de ser imputada ao resultado a partir desse registro.

(e) Títulos mobiliários federais

Esses títulos (OTN/ORTN), inclusive os correspondentes a aplicações financeiras, são demonstrados ao custo acrescido das correções monetárias auferidas; os juros auferidos são demonstrados sob a rubrica de outros ativos realizáveis.

(f) Investimentos

Os investimentos representados por participações societárias em empresas controladas, e em empresas coligadas quando equivalentes ou excedentes a 10% do capital das empresas investidas, são valorizados por equivalência patrimonial. As demais participações societárias são valorizadas ao custo corrigido monetariamente; os lucros delas decorrentes são incorporados ao resultado quando da declaração de dividendos pelas empresas investidas.

A valorização por equivalência patrimonial está calcada em demonstrações financeiras auditadas (na forma de exame) e outros dados fornecidos pelas empresas investidas relativamente aos seus exercícios findos em 31 de dezembro; quando requerido, os patrimônios líquidos das empresas investidas são ajustados extracontabilmente com base em: (i) dados por elas fornecidos; ou (ii) relatórios de seus auditores independentes.

Os dividendos declarados são registrados dedutivamente das respectivas participações societárias quando antes agregados ao valor dos investimentos via equivalência patrimonial. Os dividendos intermediários são creditados diretamente ao resultado.

Os ágios e os deságios não têm as suas razões econômicas passíveis de determinação, considerada a função de fomento do banco; os ágios são amortizados e os deságios são compensados proporcionalmente à relação

existente entre o valor contábil do investimento no encerramento do exercício e o montante correspondente às mutações patrimoniais determinadas por equivalência patrimonial.

Os efeitos das reavaliações — mais-valias — de bens procedidas por empresas investidas, e de sua realização via realização dos bens reavaliados, são correspondidos por equivalência patrimonial.

(g) Recursos repassados para aplicação

Os recursos do Fundo de Participação PIS/Pasep são acrescidos dos rendimentos resultantes das correspondentes aplicações em empréstimos e financiamentos e em carteira de investimentos em ações negociadas em bolsas de valores; enquanto não aplicados, esses recursos são remunerados segundo a rentabilidade mínima estabelecida (ver nota explicativa 6(c)). Os recursos do Fundo de Investimento Social (Finsocial) são também acrescidos dos rendimentos resultantes das correspondentes aplicações em empréstimos e financiamentos.

(h) Reserva de reavaliação

Essa reserva espelha as reservas integrantes dos patrimônios líquidos das empresas investidas, provenientes da reavaliação de bens; portanto, reflete também a realização dessas reservas através da realização dos bens a que correspondem, e quaisquer transferências havidas para outras rubricas de patrimônio líquido.

(i) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída mediante a apropriação da parcela do lucro equivalente ao aumento do valor dos investimentos em coligadas e controladas, por equivalência patrimonial (lucros economicamente existentes porém financeiramente indisponíveis); a realização da reserva se materializa em função do recebimento dos dividendos correspondentes ou da realização dos investimentos.

(j) Ajustes do Programa de Estabilização Econômica — D.L. 2.284/86

O ganho líquido proveniente dos ajustamentos contábeis que se fizeram necessários em conexão com a implantação do Programa de Estabilização Econômica (ver nota explicativa 7) foi absorvido no resultado do exercício, como um item extraordinário.

3. CRÉDITOS POR EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As operações de crédito são contratadas consoante as condições (período de carência, prazo de amortização, garantias, encargos financeiros e periodicidade de seu pagamento) estabelecidas nos correspondentes programas setoriais ou projetos específicos de desenvolvimento de atividades econômicas e de pesquisa ou exploração. Os créditos perante os mutuários em mora são passíveis de renegociação e reescalonamento, consideradas as funções e os objetivos do banco.

O risco de crédito referente às operações realizadas com a aplicação de recursos do Fundo de Participação PIS/Pasep correria à conta do fundo até 1982; o risco relativo às operações contratadas

a partir de 1983 corre normativamente à conta do banco, que, para esse fim, passou a ser remunerado com uma comissão de "del-credere" equivalente a 1,5% sobre os montantes referentes às operações contratadas.

Certas operações de crédito contratadas entre 1975 e 1978 têm a correção monetária limitada a 20% ao ano; outras, contratadas em 1979, têm esse benefício limitado a 70% da variação das OTN; o benefício concedido é ressarcido pelo Tesouro Nacional com a entrega de OTN negociáveis (as entregues até 1985 têm um prazo de resgate de cinco anos, e são intransferíveis); as OTN por resgatar importam em Cz\$ 4,9 bilhões (1985 — Cr\$ 3,2 trilhões) e o crédito pendente de conversão em OTN em Cz\$ 14,1 bilhões (1985 — Cr\$ 10,6 trilhões), sujeitos a juros de 6% ao ano; o ressarcimento recebido em 1986 importou em Cz\$ 4,7 bilhões (1985 — Cr\$ 1,1 trilhão).

Os créditos inscritos como em liquidação somam Cz\$ 139 milhões (1985 — Cr\$ 124 bilhões); os créditos em liquidação não cobertos por garantias reais totalizam somente Cz\$ 158 mil (1985 — Cr\$ 87 milhões).

4. FUNDO DA MARINHA MERCANTE (FMM)

O banco pratica atos e operações relacionados com o objeto do fundo, na qualidade de seu agente financeiro. O montante de Cz\$ 7,7 bilhões demonstrado sob a rubrica de recursos repassados para aplicação corresponde às disponibilidades do fundo em poder do banco, como seu banqueiro.

5. INVESTIMENTOS

	MILHARES DE CRUZADOS		MILHÕES DE CRUZEIROS
	1º/MAR/ 1986	31/DEZ/ 1986	31/DEZ/ 1985
Participações societárias permanentes			
• Em empresas controladas e coligadas			
• • Valor patrimonial	46.428.970	35.766.384	28.892.768
• • Adiantamentos para utilização em aumento de capital	3.976.754	16.807.312	1.949.438
• Em outras empresas	7.393.517	12.672.844	5.046.112
Outros investimentos	62.535	178.314	46.998
Provisão para perdas	(350.985)	(450.768)	(272.824)
	57.510.791	64.974.086	35.662.492

O valor contábil das participações societárias em empresas controladas e coligadas inclui Cz\$ 3,9 bilhões (1985 — Cr\$ 3,2 trilhões) correspondentes a reavaliações de bens procedidas pelas empresas investidas e refletidas (em contrapartida) sob reserva de reavaliação.

Os ágios e os deságios que integram o valor contábil das participações societárias em empresas controladas e coligadas somam respectivamente Cz\$ 141,5 milhões (1985 — Cr\$ 300,7 bilhões) e Cz\$ 33,5 bilhões (1985 — Cr\$ 25,8 trilhões).

As mutações havidas no valor das participações societárias em empresas controladas e coligadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 1986 — globalmente e individualmente quanto às mais relevantes — são demonstradas no Anexo. As principais participações societárias mantidas em outras empresas são as seguintes:

EMPRESA INVESTIDA	MILHARES DE CRUZADOS			
	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL NO FIM DO EXERCÍCIO		VALOR CONTÁBIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1986	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA EMPRESA INVESTIDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1986
	%			
	GLOBAL	VOTANTE		
Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás	6,36	1,91	4.443.078	123.868.092
Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás	7,74	7,74	3.232.915	25.947.964
Companhia Florestal Monte Dourado (Projeto Jari)	18,40*		1.400.540	7.819.719
Outras			3.596.311	
			12.672.844	

* Esse investimento foi feito com compromisso de recompra pelos acionistas controladores.

Em fins de 1985 o banco assumiu o compromisso de vender 5 bilhões de ações preferenciais da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, de sua propriedade, e cujo valor contábil à época era de Cr\$ 2,5 trilhões. Essa distribuição secundária foi feita no mercado de balcão e através de instituições financeiras. O preço unitário de Cr\$ 760 foi pago em 3 parcelas, vencíveis em dezembro, fevereiro e março. A contabilização da venda definitiva se deu em 1986 e resultou num ganho da ordem de Cz\$ 156 milhões, demonstrados sob a rubrica de ganho em alienação de participações societárias.

Em setembro de 1986 o banco transferiu para a BNDESPAR um grupo de ações representativas de participações societárias (ver Anexo), pelo valor contábil em 30 de junho, de Cz\$ 9,6 bilhões, sob a condição resolutória de que o resultante crédito do banco seja utilizado, até julho de 1987, no aumento do capital da BNDESPAR; a transferência de propriedade dessas ações está sendo formalizada, e em janeiro de 1987 o Presidente da República concedeu autorização para o aumento de capital, cuja efetivação depende apenas de uma deliberação da diretoria do banco.

Em 1986 foram iniciadas as providências para o saneamento financeiro e a reestruturação de capital da Caraiíba Metais S.A. — Indústria e Comércio (CM), uma subsidiária da BNDESPAR, com base no plano aprovado pela diretoria do banco. Tais providências podem ser resumidas como segue:

(a) transferência para a BNDESPAR de créditos do banco perante a CM, da ordem de Cz\$ 5,2 bilhões, provenientes de financiamentos concedidos e de garantias honradas, e utilização desses créditos em 1986 para aumentar o capital da CM; destinação do correspondente direito do banco, perante a BNDESPAR, para compensar prejuízos oriundos da implementação do plano, após ter sido agregado a uma reserva (especial) de capital;

(b) assunção pelo banco de dívidas da CM por financiamentos nacionais e estrangeiros, da ordem de Cz\$ 2,1 bilhões, com a promessa de transferência dos créditos para a BNDESPAR à medida que sejam amortizadas as dívidas ou seja recebida a anuência dos credores para a transferência, e utilização dos créditos transferidos para aumentar o capital da CM; destinação dos correspondentes direitos do banco para complementar a antes mencionada compensação de prejuízos, ou para aumentar o capital da BNDESPAR;

(c) decisão de adequar o valor dos ativos da CM à rentabilidade projetada para o período estimado de exaustão de suas reservas de minério de cobre, de 10 anos, com base em estudo procedido pelos setores técnicos do Sistema BNDES finalizado em dezembro de 1986; essa decisão envolverá (i) a cisão parcial da CM a ser processada a partir de 1987, com a incorporação de parte de seu patrimônio por outra empresa controlada pela BNDESPAR, e (ii) a subsequente realização/ajuste de valor dos ativos transferidos (a resultante perda estimada, de Cz\$ 10,5 bilhões, está coberta por provisão constituída pela BNDESPAR em dezembro de 1986); como o plano original, de fevereiro de 1986, contemplava a absorção de qualquer perda diretamente pelo banco, em 1986 o banco estornou a provisão para contingências que havia constituído, de Cz\$ 4,6 bilhões; e

(d) reescalonamento dos créditos do banco perante a CM, e assunção pelo banco, a partir de setembro de 1985, dos encargos financeiros incidentes sobre as dívidas transferidas pela CM.

6. COMPROMISSOS E PASSIVOS CONTINGENTES

(a) O banco está contratualmente comprometido a liberar recursos financeiros adicionais quanto aos empreendimentos que deliberou apoiar, diretamente ou através de agentes financeiros.

(b) O banco é co-patrocinador e contribuinte da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES — Fapes, uma entidade de previdência privada destinada aos funcionários do Sistema BNDES. Essa entidade (i) assegura e complementa os benefícios previdenciários e assistenciais concedidos pelo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social — INAMPS e (ii) assegura a execução de programas assistenciais promovidos pelas empresas patrocinadoras. O banco concede contribuições mensais à Fapes (Cz\$ 32,6 milhões; 1985 — Cr\$ 12,5 bilhões) em complementação às dos contribuintes-beneficiários; as contribuições são calculadas atuarialmente em função da remuneração dos funcionários e diretores; em 1985 o banco fez uma contribuição adicional especial de Cr\$ 172,8 bilhões para complementação das reservas técnicas da fundação; como requerido pela legislação, o plano de benefícios está sujeito a avaliação anual por atuário independente.

(c) O banco está obrigado a remunerar os recursos repassados pelo Fundo de Participação PIS/Pasep em função dos índices de correção monetária das OTN/ORTN mais juros de 3,5% ao ano (ver nota explicativa 2(g)).

(d) O banco concede garantias — em nome próprio ou do Tesouro Nacional — a empresas nacionais, inclusive empresas controladas, em conexão com operações de crédito contratadas com instituições financeiras ou fornecedores estrangeiros; essas garantias são amparadas por contragarantias reais e/ou pessoais. As garantias em vigor ascendem a Cz\$ 13,6 bilhões (1985 — Cr\$ 15,6 bilhões) mais correspondentes encargos financeiros.

Os créditos decorrentes de garantias honradas totalizam Cz\$ 1 bilhão (1985 — Cr\$ 4,7 bilhões) e constam da rubrica de créditos por empréstimos e financiamentos; os de responsabilidade do Tesouro Nacional (Cz\$ 465 milhões; 1985 — Cr\$ 320 bilhões) estão incluídos na rubrica de outros ativos realizáveis; os créditos vencem encargos financeiros contratuais.

7. PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA

Esse programa governamental objetivou o combate à inflação e aos seus efeitos sobre a economia do País, e envolveu, em síntese, a adoção das seguintes medidas:

- instituição do cruzado como nova unidade do sistema monetário, em substituição ao cruzeiro, com a correspondência de um milésimo;
- substituição da ORTN pela OTN, com valor inalterado até 1.º de março de 1987 (o índice mensal da variação do valor da ORTN servia de base para a correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido, para a atualização de certos direitos e obrigações etc.);
- congelamento de preços, recálculo dos salários e instituição da anuidade para aumentos salariais, sujeita a exceções com base em escala móvel ou negociações;
- ajuste para o valor presente, em cruzados, dos direitos e obrigações, em cruzeiros, sem cláusula expressa de correção monetária, ou com correção monetária prefixada;
- atualização dos direitos e obrigações com cláusula de correção monetária mediante a utilização do critério *pro rata* dia;
- conversão para cruzados dos ativos e passivos existentes em 28 de fevereiro, assim como do resultado do período de dois meses findo nessa data, segundo a correspondência de Cr\$ 1.000,00 = Cz\$ 1,00; e
- elaboração de demonstrações financeiras extraordinárias referentes ao período findo naquela data, já incorporando os ajustes antes mencionados.

Os ajustamentos procedidos pelo banco, antes referidos, podem ser resumidos como segue:

	MILHARES DE CRUZADOS
Ganhos nas atualizações <i>pro rata temporis</i> de montantes a receber com cláusula de correção monetária	1.726.583
Ganhos na conversão de montantes a pagar com cláusula de correção monetária prefixada	35.932
Perdas nas atualizações <i>pro rata temporis</i> de montantes a pagar com cláusula de correção monetária	(486.822)
Perdas na conversão dos montantes a receber com cláusula de correção monetária prefixada	(159.604)
Resíduo da transformação de cruzeiros para cruzados	23
Ajuste da provisão para risco de crédito	(32.042)
Participação por equivalência patrimonial nos Ajustes do Programa de Estabilização Econômica das empresas investidas	5.689.714
Compensação de deságio	24.706
Correção monetária especial	
• Ativo permanente	3.724.154
• Patrimônio líquido	(3.443.780)
	<u>280.374</u>
Ganho líquido	<u>7.078.864</u>

O recrudescimento do processo inflacionário ao final do exercício, entretanto, resultou na reintrodução da sistemática de correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido retroativamente a partir de março, no ajuste *pro rata temporis* dos direitos e obrigações indexados com base nas OTN e, de modo geral, na reindexação da economia.

Anexo

Demonstração dos Investimentos em, e das Operações com, Empresas Controladas e Coligadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 1986

Cz\$ milhares

							PARTICIPAÇÃO
EMPRESAS INVESTIDAS	INFORMAÇÕES DE RODAPÉ	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL NO FIM DO EXERCÍCIO %		NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	NOVOS INVESTIMENTOS	(a) ALIENAÇÃO (b) DIVIDENDO (c) TRANSFERÊNCIA PARA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM OUTRAS EMPRESAS (d) TRANSFERÊNCIA PARA EMPRESA CONTROLADA	CORREÇÃO MONETÁRIA
		GLOBAL	VOTANTE				
Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME	(a)	100,00	100,00	5.975.462			4.251.269
Aracruz Celulose S.A.				649.454		(27.842)(b)	
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	(b)	38,25	21,75	443.897		(984.625)(d)	315.027
BNDES Participações S.A. — BNDESPAR	(a)	100,00	100,00	4.442.776	5.199.452	(24.959)(b)	310.374
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás	(b)	31,55	31,87	5.877.573		(232.361)(b)	2.229.496
Companhia Incentivadora de Atividades Agrícolas e Industriais		100,00	100,00	8.916			4.979.433
Companhia Nacional de Tecidos Nova América	(a)	54,94	51,55	363.603			6.171
Material Ferroviário S.A. — Mafersa	(a)	99,16	97,67	676.955	56	(39.096)(b)	251.675
Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás	(a)			9.025.344		(2.962.093)(a)	449.280
						(278.499)(b)	4.328.572
						(3.956.343)(c)	
						(6.797.560)(d)	
Usiminas Mecânica S.A. — Usimec	**	92,58	90,80				
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. — Usiminas	(a)	13,02	7,91	848.496			595.899
Villares Indústrias de Base S.A. — Vibasa				209.121		(309.554)(d)	105.981
Outras				371.171	29.613	(266.822)(d)	228.679
				28.892.768	5.229.121	(15.879.754)	18.051.856

* As operações havidas até e após 28 de fevereiro não foram segregadas por razões de ordem prática; as equivalências patrimoniais para a data-base de 28 de fevereiro foram refletidas contabilmente em 30 de junho.

** Essa participação societária não foi avaliada por equivalência patrimonial em decorrência de indisponibilidade das informações requeridas.

A equivalência patrimonial foi determinada com base em demonstrações financeiras em 31 de dezembro. Essas demonstrações financeiras foram examinadas (auditoria completa): (a) pelos auditores independentes do Banco ou (b) por outros auditores independentes.

OCIETÁRIAS*

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS, POR EQUIVALÊNCIA PATRI- MONIAL, COM REFLEXO					INFORMAÇÕES SOBRE AS EMPRESAS INVESTI- DAS — LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO DO EXERCÍCIO OU PERÍODO	OUTRAS OPERAÇÕES		ADIAN- TAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL
NO RESULTADO	DIRETA- MENTE NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, PROVE- NIENTE DE REAVALIAÇÃO DE BENS	(AMORTIZAÇÃO DE AGIO) COMPENSAÇÃO DE DESAGIO	NO FIM DO EXERCÍCIO	ÁGIO A AMORTIZAR (DESAGIO A COMPENSAR)		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
						CRÉDITOS	OBRIGAÇÕES	
1.067.548			11.294.279		1.013.693	56.180.431	5.481.987	
47.986								
71.380			800.692	(651.856)	225.677			
(9.315.023)	1.126.360		3.683.061		(10.564.608)	27.024.133		13.819.001
4.097.575		1.743.707	16.465.927	(32.885.971)	14.285.963			2.281.456
(7.383)			7.704		(4.855)			
367.393		(367.393)	615.278	141.502	207.614			
82.435			1.169.630		48.466			
2.654.141	(2.110.010)	96.448				7.607.113		
						1.065.611		2.058.975
90.458	(97.720)		1.437.133		102.326	2.830.077		
(5.548)						1.377.148		1.246
(24.133)	(45.828)		292.680					
(873.171)	(1.127.198)	1.472.762	35.766.384					

Price Waterhouse
Auditores Independentes

Av. Nilo Pecanha, 119º
CEP 20000
Caixa Postal 949
20001 Rio de Janeiro RJ - Brasil

Telefone (021) 292-6112
Telex (021) 23283

Price Waterhouse



PARER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

7 de abril de 1987

Aos Senhores Diretores
Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de dezembro de 1986 e de 1985 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas. Efetuamos nossos exames consoante normas de auditoria geralmente aceitas, incluindo, por conseguinte, as provas nos registros e documentos contábeis e a aplicação de outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias. A auditoria das demonstrações financeiras das empresas controladas e coligadas, cujas participações societárias da companhia são valorizadas por equivalência patrimonial, foi efetuada em parte por nós e em parte por outros auditores independentes, conforme mencionado na nota explicativa 2(f) e explicitado no Anexo A. O nosso parecer quanto a uma parcela dos investimentos em participações societárias está portanto baseado nos pareceres e relatórios de responsabilidade de outros auditores independentes.
- 2 Em razão das mudanças introduzidas pelo Decreto-lei 2.284/86, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos estão expressas nos padrões monetários vigentes à época em que ocorreram as transações. O nosso exame foi efetuado com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício consideradas em seu conjunto, e não sobre os períodos considerados separadamente.
- 3 Somos de parecer, com base em nossos exames e nos pareceres e relatórios de responsabilidade de outros auditores independentes, como mencionado no parágrafo 1, que as demonstrações financeiras referidas no mesmo parágrafo, consideradas em seu conjunto, apresentam adequadamente a posição financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de dezembro de 1986 e de 1985 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos desses exercícios, de conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos, aplicados de maneira uniforme.
- 4 As demonstrações financeiras extraordinárias em 28 de fevereiro de 1986 não foram por nós examinadas e, por conseguinte, não expressamos parecer sobre essas demonstrações financeiras.

PRICE WATERHOUSE
Auditores Independentes
CRC-SP-160-S-RJ

Osmar Schwacke
Contador
CRC-RJ-3.663-9

6

Balanço das Subsidiárias

Cz\$ mil

	FINAME		BNDESPAR	
	1986	1985	1986	1985
I — BALANÇOS EM 31.12.85 e 31.12.86				
ATIVO				
Circulante e Realizável a Longo Prazo	68.826.997	36.244.064	13.791.796	9.387.803
• Caixa e Bancos	63.397	41.247	9.628	5.773
• Empréstimos e Financiamentos	65.689.496	34.390.863	12.068.960	8.502.781
• Títulos Mobiliários	—	—	1.137.301	846.056
• Outros	3.074.104	1.811.954	575.907	33.193
Permanente	7.153	5.888	31.336.743	11.555.259
• Investimentos	4.641	4.608	31.333.541	11.553.523
• Imobilizado	2.512	1.280	3.031	1.594
• Diferido	—	—	171	142
Total do Ativo	68.834.150	36.249.952	45.128.539	20.943.062
PASSIVO				
Circulante e Exigível a Longo Prazo	57.539.871	30.274.490	27.626.477	15.917.911
• Financiamentos	1.203.738	1.302.898	—	—
• Créditos de Controladora — BNDES	55.826.274	28.507.682	27.597.974	15.901.971
• Outros	509.859	463.910	28.503	15.940
Patrimônio Líquido	11.294.279	5.975.462	17.502.062	5.025.151
• Capital	5.493.386	1.720.082	5.221.638	1.634.992
• Reservas	5.800.893	4.255.380	12.280.424	3.390.159
Total do Passivo	68.834.150	36.249.952	45.128.539	20.943.062
II — DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
1985/1986				
RECEITAS	24.745.060	25.048.320	10.193.991	6.468.638
Ajuste de Investimentos	—	—	4.202.221	112.140
Receitas Financeiras	24.745.046	25.048.315	5.984.708	6.352.702
Outras Receitas	14	5	7.062	3.796
DESPESAS	(21.587.413)	(20.873.890)	(25.816.536)	(11.430.159)
Ajuste de Investimentos	—	—	14.461.167	486.042
Despesas Financeiras	20.002.962	20.168.831	11.192.081	10.864.685
Despesas Administrativas	334.358	236.412	157.559	70.061
Outras Despesas	1.250.093	468.647	5.729	9.371
CORREÇÃO MONETÁRIA	(3.132.746)	(3.938.130)	4.203.261	4.415.815
AJUSTE DL 2284/86	873.534	—	847.995	—
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	898.435	236.300	(10.571.289)	(545.706)

Anexos

1 - Sistema BNDES
Prioridades Concedidas - 1985/1986

2 - Sistema BNDES
Operações Aprovadas - Distribuição Setorial - 1985/1986

3 - Sistema BNDES
Operações Aprovadas - Distribuição Regional - 1985/1986

4 - Sistema BNDES
Desembolsos - Distribuição Setorial - 1985/1986

5 - Sistema BNDES
Desembolsos - Distribuição Regional - 1985/1986

6 - Sistema BNDES
Pessoal Existente - 31.12.85/31.12.86

7 - Sistema BNDES
Principais Operações Aprovadas - 1986

8 - Sistema BNDES
Principais Operações Aprovadas - Prestação de
Garantia - 1986

9 - BNDES
Carteira de Participações Societárias - 31.12.86

10 - BNDESPAR
Carteira de Participações Societárias - 31.12.86

Sistema BNDES
Prioridades Concedidas¹ — 1985/1986
 Cz\$ mil correntes

1

CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA	BNDES	FINAME	BNDESPAR	TOTAL 1986 A	TOTAL 1985 B	CRESCIMENTO A/B (%)	
						NOMINAL	REAL ²
Setor	28.952.902	25.150.123	1.789.238	55.892.263	13.962.592	300	65
Indústria	14.600.917	14.082.700	1.754.988	30.438.605	7.163.463	325	76
Agricultura	5.121.237	4.724.427	34.250	9.879.914	2.263.211	337	81
Energia	1.793.963	2.099.953	—	3.893.916	1.323.555	194	22
Infra-Estrutura	5.682.015	2.749.317	—	8.431.332	2.349.727	259	48
Outros Programas Setoriais	1.754.770	1.493.726	—	3.248.496	862.636	277	56
Região Geográfica	28.952.902	25.150.123	1.789.238	55.892.263	13.962.592	300	65
Norte	656.961	1.161.240	—	1.818.201	520.798	249	44
Nordeste	4.731.747	3.566.317	536.515	8.834.579	2.309.930	282	58
Sudeste	17.038.231	13.448.496	1.233.167	31.719.894	7.110.704	346	84
Sul	5.679.692	5.517.810	19.556	11.217.058	3.174.052	254	46
Centro-Oeste	846.271	1.456.260	—	2.302.531	847.108	172	12
Inter-Regional	—	—	—	—	—	—	—
Objetivos	28.952.902	25.150.123	1.789.238	55.892.263	13.962.592	300	65
Ampliação ou Adequação da Capac. Empreend.	24.100.321	—	658.839	24.759.160	5.920.228	318	73
Ordenação de Setores	—	—	—	—	27.780	—	—
Fortalecimento e Saneam. Financeiro	3.984.819	—	1.076.087	5.060.906	1.709.810	196	22
Desenvolvimento Tecnológico	4.254	—	54.312	58.566	153.558	(62)	(84)
Substituição de Fontes Energéticas	30.767	—	—	30.767	40.017	(23)	(68)
Aproveitamento de Recursos Naturais	14.203	—	—	14.203	113.687	(88)	(95)
Comercialização de Equipam. Nacionais	—	25.150.123	—	25.150.123	5.914.403	325	76
Outros Objetivos Relevantes	818.538	—	—	818.538	83.109	885	307

1) Exclusive operações de garantia, Finsocial e aporte de capital para repasse específico.

2) Valores atualizados para preços de 1986, com base no IGP médio anual (Coluna 2, Conjuntura Econômica, FGV).

Sistema BNDES

Operações Aprovadas — Distribuição Setorial — 1985/1986

Cz\$ mil correntes

2

SETORES E SUBSETORES	BNDES E AGENTES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1986 ¹ C = A + B	TOTAL 1985 D	CRESCIMENTO C/D (%)	
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR			NOMINAL	REAL ²
INDÚSTRIA	10.409.320	4.233.747	14.370.583	2.096.697	31.110.347	9.477.876	228	36
Insumos Básicos	8.759.394	1.137.452	5.153.338	1.217.717	16.267.901	6.028.207	170	12
Mineração	64.214	29.039	915.113	—	1.008.366	1.211.046	(17)	(66)
Siderurgia	5.694.646	461.375	1.612.804	331.040	8.099.865	2.588.236	213	29
Metalurgia de Não-Ferrosos	798.469	70.552	326.251	2.750	1.198.022	636.774	88	(23)
Química e Petroquímica	1.267.251	374.076	1.906.546	17.811	3.565.684	788.660	352	87
Papel e Celulose	878.575	188.771	344.809	866.116	2.278.271	784.443	190	20
Cimento	56.239	1.360	46.712	—	104.311	19.048	448	126
Outros	—	12.279	1.103	—	13.382	—	—	—
Bens de Capital	1.596.410	731.290	2.297.952	792.160	5.417.812	1.491.711	263	50
Mecânica	255.727	190.563	1.092.647	631.503	2.170.440	897.955	142	—
Eletroeletrônica	895.314	303.466	295.675	160.657	1.655.112	338.406	389	102
Transportes	426.250	180.271	766.835	—	1.373.356	218.698	528	160
Outros	19.119	56.990	142.795	—	218.904	36.652	497	147
Bens de Consumo	40.916	1.403.625	2.208.885	86.820	3.740.246	978.214	282	58
Essenciais	34.934	997.817	1.667.123	75.538	2.775.412	704.979	294	63
Duráveis	5.982	405.808	541.762	11.282	964.834	273.235	253	46
Construção Civil	—	496.466	3.083.241	—	3.579.707	596.923	500	148
Material	—	491.680	1.524.294	—	2.015.974	284.085	610	193
Empresas	—	4.786	1.558.947	—	1.563.733	312.838	400	107
Outras	12.600	464.914	1.627.167	—	2.104.681	382.821	450	127
AGRICULTURA	1.987.698	2.256.556	4.743.392	25.072	9.012.718	2.013.865	348	85
Fertilizantes	6.408	56.842	26.820	—	90.070	37.062	143	—
Produtos Agropecuários	49.707	44.681	503.806	—	598.194	174.076	244	42
Agroindústria	150.461	1.937.317	3.963.651	13.366	6.064.795	1.138.635	433	120
Máquinas e Impl. Agrícolas	501.394	78.825	228.072	11.706	819.997	91.618	795	270
Infra-Estrutura Rural	1.266.992	133.892	—	—	1.400.884	560.576	150	3
Outros	12.736	4.999	21.043	—	38.778	11.898	226	35
ENERGIA	2.042.738	134.203	2.554.849	84.701	4.816.491	2.126.825	126	(7)
Petróleo e Gás Natural	15.555	3.989	8.004	—	27.548	5.754	379	98
Carvão/Rochas	—	350	12.541	46.906	59.797	8.580	597	188
Elétrica	1.884.379	110.052	2.287.216	—	4.281.647	1.983.724	116	(11)
Nuclear	—	—	—	—	—	—	—	—
Álcool	10.080	—	243.983	37.795	291.858	125.692	132	(4)
Outros	132.724	19.812	3.105	—	155.641	3.075	—	—
INFRA-ESTRUTURA	4.009.697	116.675	3.283.060	—	7.409.432	5.421.892	37	(43)
Urbana	2.039.219	12.248	2.200.914	—	4.252.381	2.128.125	100	(17)
Industrial	—	—	3.935	—	3.935	3.335	18	(51)
Comunicações	2.609	—	33.134	—	35.743	4.835	639	206
Transporte/Armazenagem	1.967.869	104.427	1.045.077	—	3.117.373	3.285.597	(5)	(61)
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—
SOCIAL	334.111	177.203	—	—	511.314	1.597.430	(68)	(87)
OUTROS PROGRAMAS	147.829	2.212.475	1.455.840	—	3.816.144	1.201.465	218	31
TOTAL	18.931.393	9.130.859	26.407.724	2.206.470	56.676.446	21.839.353	160	7

1) Exclusive operação escritural da Caraliba (Cz\$ 10.899,5 milhões).

2) Valores atualizados para preços de 1986, com base no IGP médio anual (Coluna 2, Conjuntura Econômica, FGV).

3

Sistema BNDES

Operações Aprovadas — Distribuição Regional¹ — 1985/1986

Cz\$ mil correntes

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	BNDES E AGENTES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1986 ² C=A+B	TOTAL 1985 D	CRESCIMENTO C/D (%)	
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR			NOMINAL	REAL ³
Norte	362.299	590.751	800.103	—	1.753.153	1.122.776	56	(46)
Rondônia	2.760	99.398	151.718	—	253.876	214.199	19	(51)
Acre	13.988	78.457	24.426	—	116.871	59.948	95	(19)
Amazonas	248.927	155.890	216.867	—	621.684	178.871	248	44
Roraima	3.471	39.108	7.716	—	50.295	23.334	116	(11)
Pará	89.381	212.442	394.467	—	696.290	638.416	9	(55)
Amapá	3.772	5.456	4.909	—	14.137	8.008	77	(27)
Nordeste	3.455.148	1.930.821	4.318.175	601.427	10.305.571	4.136.545	149	3
Maranhão	5.494	223.467	530.332	—	759.293	765.773	(1)	(59)
Piauí	87.074	113.068	95.987	—	296.129	196.998	50	(38)
Ceará	122.188	302.060	355.738	38.497	818.483	285.075	187	19
Rio Grande do Norte	311.645	208.879	129.630	—	650.154	178.392	264	50
Paraíba	6.196	113.471	311.698	—	431.365	412.418	5	(57)
Pernambuco	693.010	360.042	614.099	215.371	1.882.522	513.679	266	51
Alagoas	741.781	76.619	617.063	—	1.435.463	257.303	458	131
Fernando de Noronha	—	—	—	—	—	4	—	—
Sergipe	153.463	235.148	103.160	13.366	505.137	162.238	211	29
Bahia	1.334.297	298.067	1.560.468	334.193	3.527.025	1.364.665	158	7
Sudeste	11.884.716	2.840.289	13.990.434	256.001	28.971.440	12.142.911	139	(2)
Minas Gerais	3.425.648	801.177	2.453.067	38.176	6.718.068	2.984.647	125	(7)
Espírito Santo	5.369	286.125	262.810	—	554.304	304.702	82	(25)
Rio de Janeiro	3.768.675	168.082	1.424.358	10.563	5.371.678	3.045.487	76	(27)
São Paulo	4.685.024	1.584.905	9.850.199	207.262	16.327.390	5.808.075	181	16
Sul	2.387.798	3.191.314	6.224.386	1.349.042	13.152.540	3.613.559	264	50
Paraná	1.814.275	1.414.989	2.949.994	680.448	6.859.706	1.925.975	256	47
Santa Catarina	178.577	894.393	1.487.873	3.075	2.563.918	733.599	249	44
Rio Grande do Sul	394.946	881.932	1.786.519	665.519	3.728.916	953.985	291	62
Centro-Oeste	841.432	577.684	1.074.626	—	2.493.742	823.562	203	25
Mato Grosso	79.999	205.180	292.381	—	577.560	168.796	242	41
Mato Grosso do Sul	607.283	67.481	155.055	—	829.819	83.330	896	312
Goiás	147.821	253.267	554.818	—	955.906	202.740	371	95
Distrito Federal	6.329	51.756	72.372	—	130.457	368.696	(65)	(86)
TOTAL	18.931.393	9.130.859	26.407.724	2.206.470	56.676.446	21.839.353	160	7

1) As operações inter-regionais e interestaduais foram rateadas entre as Unidades da Federação, beneficiadas segundo critérios do BNDES.

2) Exclusiva operação escritural da Caraliba (Cz\$ 10.899,5 milhões).

3) Valores atualizados para preços de 1986, com base no IGP médio anual (Coluna 2, Conjuntura Econômica, FGV).

Sistema BNDES
Desembolsos — Distribuição Setorial — 1985/1986
 Cz\$ mil correntes

4

SETORES E SUBSETORES	BNDES E AGENTES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1986 ¹ C=A+B	TOTAL 1985 D	CRESCIMENTO C/D (%)	
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR			NOMINAL	REAL ²
INDÚSTRIA	11.162.505	3.085.700	8.811.082	1.559.671	24.618.958	8.399.154	193	21
Insumos Básicos	10.118.880	629.891	3.420.281	1.211.432	15.380.484	5.833.014	164	9
Mineração	565.082	23.348	935.105	—	1.523.535	685.892	122	(8)
Siderurgia	6.587.855	131.875	1.035.913	287.216	8.042.859	2.622.592	207	27
Metalurgia de Não-Ferrosos	1.093.055	40.530	261.828	2.750	1.398.163	1.168.542	20	(50)
Química e Petroquímica	645.755	312.298	1.007.501	164.632	2.130.186	663.545	221	33
Papel e Celulose	1.190.780	108.201	156.468	756.834	2.212.283	653.104	239	40
Cimento	36.353	1.360	22.639	—	60.352	39.339	53	(37)
Outros	—	12.279	827	—	13.106	—	—	—
Bens de Capital	806.827	575.049	1.265.013	225.985	2.872.874	971.994	196	22
Mecânica	374.771	159.932	638.575	63.441	1.236.719	478.124	159	7
Eletroeletrônica	293.404	215.533	148.131	162.544	819.612	298.383	175	14
Transportes	131.318	185.690	397.824	—	714.832	168.414	324	75
Outros	7.334	13.894	80.483	—	101.711	27.073	276	55
Bens de Consumo	197.743	1.124.517	1.366.761	122.254	2.811.275	744.160	278	56
Essenciais	58.013	796.902	1.096.660	69.558	2.021.133	545.515	270	53
Duráveis	139.730	327.615	270.101	52.696	790.142	198.645	298	64
Construção Civil	39.055	365.170	1.895.214	—	2.299.439	574.360	300	65
Material	575	360.374	738.933	—	1.099.882	231.212	376	97
Empresas	38.480	4.796	1.156.281	—	1.199.557	343.148	250	45
Outras	—	391.073	863.813	—	1.254.886	275.626	355	88
AGRICULTURA	1.646.440	1.626.881	2.500.122	52.738	5.826.181	2.222.180	162	8
Fertilizantes	1.898	53.071	32.823	15.992	103.784	26.874	286	60
Produtos Agropecuários	71.661	9.706	330.345	—	411.712	122.936	235	38
Agroindústria	37.041	1.438.018	2.020.926	25.041	3.521.026	894.816	293	62
Máquinas e Impl. Agrícolas	6.914	104.768	89.287	11.705	212.674	53.778	295	63
Infra-Estrutura Rural	1.518.553	16.319	10.868	—	1.545.740	1.112.111	39	(43)
Outros	10.373	4.999	15.873	—	31.245	11.665	168	11
ENERGIA	1.182.908	103.158	1.516.941	93.988	2.896.995	1.658.375	75	(28)
Petróleo e Gás Natural	7.823	3.000	2.589	—	13.412	1.155	—	—
Carvão/Rochas	—	1.718	2.697	56.194	60.609	16.609	264	50
Elétrica	1.046.631	34.555	1.340.595	—	2.421.781	1.242.457	95	(19)
Nuclear	—	—	—	—	—	1.309	—	—
Álcool	73.107	40.199	166.826	37.794	317.926	341.168	(7)	(62)
Outros	55.347	23.686	4.234	—	83.267	55.677	50	(38)
INFRA-ESTRUTURA	8.790.635	97.772	2.729.799	—	11.618.206	5.260.486	121	(8)
Urbana	3.421.834	2.341	1.906.640	—	5.330.815	2.032.568	162	8
Industrial	20.907	—	3.618	—	24.525	6.481	278	56
Comunicações	193.475	—	19.723	—	213.198	3.876	—	—
Transporte/Armazenagem	5.110.134	95.431	799.818	—	6.005.383	3.204.112	87	(23)
Outros	44.285	—	—	—	44.285	13.449	229	36
SOCIAL	583.215	2.122	—	—	585.337	1.689.216	(65)	(86)
OUTROS PROGRAMAS	551.648	1.684.558	992.635	—	3.228.841	1.214.513	166	10
TOTAL	23.917.351	6.600.191	16.550.579	1.706.397	48.774.518	20.443.924	139	(2)

1) Exclusive operações escriturais da Caraíba (Cz\$ 12.464,8 milhões) e da Usimec (Cz\$ 736,0 milhões).

2) Valores atualizados para preços de 1986, com base no IGP médio anual (Coluna 2, Conjuntura Econômica, FGV).

Sistema BNDES
Desembolsos — Distribuição Regional¹ — 1985/1986
 Cz\$ mil correntes

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1986 ² C=A+B	TOTAL 1985 D	CRESCIMENTO C/D (%)	
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR			NOMINAL	REAL ³
Norte	1.628.664	474.581	554.137	—	2.657.382	1.348.095	97	(19)
Rondônia	91.954	85.444	94.447	—	271.845	113.995	138	(2)
Acre	51.329	76.424	14.693	—	142.446	30.648	365	92
Amazonas	76.835	111.425	114.989	—	303.249	199.228	52	(37)
Roraima	42.649	38.720	807	—	82.176	22.934	258	48
Pará	1.361.775	158.505	325.885	—	1.846.165	958.796	93	(20)
Amapá	4.122	4.063	3.316	—	11.501	22.494	(49)	(79)
Nordeste	3.172.729	1.405.895	2.759.499	669.157	8.007.280	4.155.229	93	(20)
Maranhão	246.415	176.464	619.840	—	1.042.719	277.276	276	55
Piauí	124.491	81.341	63.884	—	269.716	137.137	97	(19)
Ceará	127.136	190.279	159.415	10.220	487.050	284.864	71	(29)
Rio Grande do Norte	136.763	119.100	77.409	—	333.272	151.196	120	(9)
Paraíba	134.007	87.056	92.456	—	313.519	347.777	(10)	(63)
Pernambuco	251.903	315.809	370.295	257.374	1.195.381	608.861	96	(19)
Alagoas	280.792	40.669	252.231	10.017	583.709	153.532	280	57
Fernando de Noronha	4	—	—	—	4	15	(74)	(89)
Sergipe	237.928	178.297	45.218	13.367	474.810	127.843	271	53
Bahia	1.633.290	216.880	1.078.751	378.179	3.307.100	2.067.728	60	(34)
Sudeste	16.543.370	1.966.637	9.196.305	354.193	28.060.505	10.730.379	162	8
Minas Gerais	3.352.337	422.786	1.644.940	92.403	5.512.466	2.105.627	162	8
Espírito Santo	259.203	235.118	285.032	—	779.353	352.660	121	9
Rio de Janeiro	4.349.658	144.465	899.812	10.847	5.404.782	3.019.306	79	(26)
São Paulo	8.582.172	1.164.268	6.366.521	250.943	16.363.904	5.252.786	212	29
Sul	1.850.041	2.322.503	3.453.523	683.047	8.309.114	2.918.283	185	18
Paraná	1.082.214	998.092	1.541.215	623.138	4.244.659	1.706.438	149	3
Santa Catarina	98.566	634.440	852.343	3.075	1.588.424	490.033	224	34
Rio Grande do Sul	669.261	689.971	1.059.965	56.834	2.476.031	721.812	243	42
Centro-Oeste	722.547	430.575	587.115	—	1.740.237	1.291.938	35	(44)
Mato Grosso	211.103	142.173	174.974	—	528.250	401.158	32	(45)
Mato Grosso do Sul	395.910	43.265	99.785	—	538.960	118.650	354	88
Goiás	95.971	221.232	272.357	—	589.560	378.786	56	(36)
Distrito Federal	19.563	23.905	39.999	—	83.467	393.344	(79)	(92)
TOTAL	23.917.351	6.600.191	16.550.579	1.706.397	48.774.518	20.443.924	139	(2)

1) As operações inter-regionais e interestaduais foram rateadas entre as Unidades da Federação, beneficiadas segundo critérios do BNDES.

2) Exclusive operações escriturais da Caraíba (Cz\$ 12.464,8 milhões) e da Usimec (Cz\$ 736,0 milhões).

3) Deflator: IGP (Disponibilidade Interna) (Coluna 2, Conjuntura Econômica, FGV). Médias anuais.

Sistema BNDES
Pessoal Existente — 31.12.85/31.12.86

6

UNIDADE ADMINISTRATIVA	31.12.85					31.12.86				
	CHEFIA E ASSESSORAMENTO	TÉCNICOS	APOIO	ESTAGIÁRIO	TOTAL	CHEFIA E ASSESSORAMENTO	TÉCNICOS	APOIO	ESTAGIÁRIO	TOTAL
BNDES	324	513	949	—	1.786	326	508	959	—	1.793
PRESI	40	13	55	—	108	37	14	53	—	104
AP	44	84	115	—	243	46	81	119	—	246
AP-I	27	101	62	—	190	28	94	65	—	187
AP-II	30	83	71	—	184	30	86	71	—	187
AP-III	22	31	49	—	102	22	28	49	—	99
AP-IV	27	52	42	—	121	28	62	53	—	143
AP-V	7	27	18	—	52	9	29	18	—	56
AA	49	44	317	—	410	40	32	301	—	373
AFI	32	32	132	—	196	34	33	128	—	195
AJ	22	22	38	—	82	21	19	38	—	78
ARIN	24	24	50	—	98	31	30	64	—	125
SUBSIDIÁRIAS	74	227	225	1	527	68	203	321	1	593
FINAME	18	20	99	—	137	17	18	100	—	135
BNDESPAR	56	207	126	1	390	51	185	221	1	458
TOTAL	398	740	1.174	1	2.313	394	711	1.280	1	2.386

7

Sistema BNDES
Principais Operações Aprovadas — 1986
 Cz\$ mil correntes

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
1. BNDES			
A — Diretas			
Brasprensas S/A	SP	38.866	Bens de Capital/Transporte
Caiua Serviços de Eletricidade S/A	SP	20.910	Elétrico
Caraíba Metais S/A — Indústria e Comércio	BA	786.919	Metalurgia de Não-Ferrosos
Carbonatos do Nordeste S/A — Carbonor	BA	43.078	Química/Petroquímica
CBTU — Cia. Brasileira de Trens Urbanos	RJ	711.535	Infra-Estrutura Urbana
Centrais Elétricas de Goiás S/A	GO	144.916	Elétrico
Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A	SC	81.803	Elétrico
Centrais Elétricas Matogrossenses S/A	MT	55.323	Elétrico
Ceval Agroindustrial S/A	SC	15.000	Agroindústria
Cia. Cervejaria Brahma	RJ	15.000	Agroindústria
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia	BA	65.287	Elétrico
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia	BA	26.469	Infra-Estrutura Rural
Cia. Energética de Alagoas	AL	133.467	Elétrico
Cia. Energética do Amazonas	AM	245.684	Elétrico
Cia. Estadual de Gás do Rio de Janeiro	RJ	351.214	Infra-Estrutura Urbana
Cia. Iochpe de Participações	RS	20.000	Outros Programas
Cia. Melhoramentos de São Paulo — Indústria de Papel	SP	22.000	Papel e Celulose
Cia. Paulista de Força e Luz	SP	19.760	Elétrico
Cia. Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte	RN	237.265	Elétrico
Cia. Transp. Urbanos Reg. Metrop. Belo Horizonte	MG	264.472	Infra-Estrutura Urbana
Cimento Cauê S/A	MG	56.239	Cimento
Ciquine Cia. Petroquímica	BA	23.342	Química/Petroquímica
Ciquine Plasbate S/A	SP	15.243	Química/Petroquímica
Cobra — Computadores e Sistemas Brasileiros S/A	RJ	300.048	Eletroeletrônico
Cobrasma S/A	SP	25.200	Bens de Capital/Transporte
Cofap — Cia. Fabricadora de Peças	SP	31.456	Bens de Capital/Transporte
Confab Industrial S/A	SP	35.727	Mecânico
Copene Monômeros Especiais S/A	BA	74.249	Química/Petroquímica
Copener — Copene Energética S/A	BA	126.639	Outros Energia
Coperbo — Cia. Pernambucana de Borracha Sintética	PE	134.399	Química/Petroquímica
CPC — Cia. Petroquímica de Alagoas	AL	140.232	Química/Petroquímica
CQA — Cia. Química de Alagoas	AL	183.172	Química/Petroquímica
Dabi-Atlante S/A Ind. Médico-Odontológicas	SP	19.119	Outros Bens de Capital
Dedini S/A Administração e Participações	SP	34.140	Siderurgia
Depto. de Estradas de Rodagem de Mato Grosso do Sul	MS	276.252	Infra-Estrutura Rural
Depto. de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais	MG	18.387	Infra-Estrutura Rural
Digired Informática Ltda.	SP	276.411	Eletroeletrônico
Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe S/A	SE	29.624	Elétrico
Empresa de Portos do Brasil S/A	PR	526.576	Transporte/Armazenagem
Empresa de Portos do Brasil S/A	PE	295.901	Transporte/Armazenagem
Enersul — Emp. Energia Elétrica Mato Grosso do Sul S/A	MS	330.433	Elétrico
Enia Indústrias Químicas S/A	SP	44.281	Química/Petroquímica
Estado de Alagoas	AL	156.000	Elétrico
Estado de Alagoas	AL	121.198	Infra-Estrutura Rural
Estado de Minas Gerais	MG	239.212	Infra-Estrutura Rural
Estado do Paraná	PR	357.593	Infra-Estrutura Rural
Estado de Pernambuco	PE	59.878	Infra-Estrutura Rural
Estado de Pernambuco	PE	25.110	Prods. Agrícolas e Agropecuários
Estado de Pernambuco	PE	111.153	Transporte/Armazenagem
Estado de São Paulo	SP	106.400	Outros Programas
Estado de São Paulo	SP	472.161	Infra-Estrutura Urbana
Estado do Ceará	CE	82.419	Infra-Estrutura Rural
Estado de Sergipe	SE	77.276	Infra-Estrutura Rural

(Continua)

(Continuação)

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
Estado de Sergipe	SE	22.948	Infra-Estrutura Urbana
FCC — Fábrica Carioca de Catalisadores S/A	RJ	303.159	Química/Petroquímica
Fepasa — Ferrovia Paulista S/A	SP	399.777	Transporte/Armazenagem
Fepasa — Ferrovia Paulista S/A	SP	216.889	Infra-Estrutura Urbana
Freios Varga S/A	SP	17.884	Bens de Capital/Transporte
Global Transporte Oceânico S/A	RJ	203.725	Transporte/Armazenagem
Heliodinâmica S/A	SP	85.000	Eletroeletrônico
IKPC — Indústrias Klabin de Papel e Celulose S/A	IR	110.000	Papel e Celulose
IKPC — Indústrias Klabin de Papel e Celulose S/A	PR	440.000	Papel e Celulose
Indústria de Papel Simão S/A	SP	279.455	Papel e Celulose
IQT Nordeste S/A — Indústrias Químicas	BA	67.779	Química/Petroquímica
Itaipu Binacional	PR	335.085	Elétrico
Massey Perkins S/A	IR	500.394	Máq. e Implementos Agrícolas
Metais de Minas Gerais S/A — Metamig	MG	38.685	Mineração
Mineração Xapetuba Ltda.	RN	25.529	Mineração
Navegação Sion Ltda.	PA	56.673	Transporte/Armazenagem
Navegação Guarita Ltda.	RS	32.622	Transporte/Armazenagem
Nitriflex S/A Indústria e Comércio	RS	24.786	Química/Petroquímica
Nitrocarbono S/A	BA	16.567	Química/Petroquímica
Nitroclor Produtos Químicos S/A	BA	79.131	Química/Petroquímica
Pérsico Pizzamiglio S/A	SP	266.000	Siderurgia
Petroflex Indústria e Comércio S/A	IR	75.088	Química/Petroquímica
Petroflex Indústria e Comércio S/A	RJ	34.356	Química/Petroquímica
Petróleo Brasileiro S/A	RJ	15.555	Petróleo e Gás Natural
Petróleo Brasileiro S/A	RJ	58.513	Transporte/Armazenagem
PHT Sistemas Eletrônicos S/A	SP	100.258	Eletroeletrônico
Promon Tecnologia S/A	SP	21.000	Eletroeletrônico
Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S/A	PR	15.246	Transporte/Armazenagem
Riocell S/A	RS	20.620	Papel e Celulose
Roberto Wypych Agropecuária Ltda.	MT	24.597	Prods. Agrícolas e Agropecuários
Seamar — Serviços de Apoio Marítimo Ltda.	RJ	54.650	Transporte/Armazenagem
Sharp S/A Equipamentos Eletrônicos	SP	64.587	Eletroeletrônico
Sid Informática S/A	SP	20.000	Eletroeletrônico
Siderurgia Brasileira S/A	IR	5.301.176	Siderurgia
Siderúrgica J. L. Aliperti S/A	SP	74.234	Siderurgia
Sul América Cia. Agropastoril do Nordeste	PI	80.679	Agroindústria
Terminal Químico de Aratu S/A — Tequimar	PE	44.378	Transporte/Armazenagem
Ultratec Petróleo Com. e Serviços Ltda.	RJ	62.790	Transporte/Armazenagem
Usina Santa Elisa S/A	SP	220.000	Mecânico
Vale do Rio Doce Navegação S/A	RJ	76.862	Transporte/Armazenagem
Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S/A	RJ	300.974	Bens de Capital/Transporte
Outros (60 operações com valores inferiores a Cz\$ 15.000 mil)		305.193	
Subtotal		18.597.282	
B — Indiretas			
Acesita Energética S/A	MG	19.812	Outros Energia
Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A	PR	49.026	Infra-Estrutura Rural
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	PR	84.866	Infra-Estrutura Rural
Cia. Nacional de Energia Elétrica	SP	19.450	Elétrico
Cia. Paranaprint de Empreendimentos Florestais	PR	55.360	Papel e Celulose
Cimetal Siderurgia S/A	MG	275.648	Siderurgia
Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A	SP	63.100	Elétrico
Empresa Elétrica Bragantina S/A	SP	27.502	Elétrico
Indústrias Madeirit S/A	SP	46.493	Material
Subtotal		641.257	

(Continua)

(Continuação)

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
C — Indiretas (POC/PROMICRO/PROINFO/RURAL)			
Aços Anhangüera S/A	SP	15.960	Siderurgia
Agrícola Sperafico Sementes Transportes Ltda.	PR	14.992	Agroindústria
Algodoeira Krajés Ltda.	PR	14.881	Agroindústria
Algodoeira Limoeirense S/A	PR	14.211	Agroindústria
Arcal S/A Ind. do Vestuário e Agropecuária	RS	10.681	Bens de Consumo Essenciais
Armazéns Gerais Colúmbia S/A	BA	10.800	Transporte/Armazenagem
Artex S/A Fábrica de Artefatos Têxteis	SC	15.960	Bens de Consumo Essenciais
Arthur Lange S/A Ind. e Comércio	RS	13.950	Agroindústria
Berneck e Cia.	PR	13.864	Material
Borrachas Vipal Ltda.	RS	15.896	Química/Petroquímica
Brasholândia S/A Equipamentos Industriais	PR	15.900	Química/Petroquímica
Brasinca S/A Carrocerias	MG	10.890	Bens de Capital/Transporte
Braskalb Agropecuária Brasileira Ltda.	SP	14.843	Agroindústria
Brastubo Construções Metálicas S/A	SP	13.726	Siderurgia
Britânia S/A Ind. Comércio	PR	15.960	Bens de Consumo Duráveis
Caliver do Brasil Ind. Com. Repr. Máquinas Agrícolas	PR	14.300	Mecânico
Caramuru Alimentos de Milho S/A	PR	12.830	Agroindústria
Caramuru Óleos Vegetais Ltda.	GO	42.874	Agroindústria
Carvalho Armazéns Gerais Ltda.	GO	10.180	Agroindústria
Cassol S/A Ind. Comércio	SC	13.623	Material
CCE da Amazônia S/A	AM	24.611	Bens de Consumo Duráveis
Cellis Eletrocomponentes Ltda.	SP	18.300	Eletroeletrônico
Cerâmica Decorite S/A.	RS	13.598	Material
Cerâmica Stella Ind. Com. Ltda	RS	11.900	Material
Cerâmica Urussanga S/A.	SC	14.459	Material
Chapecó Paraná S/A Ind. Comércio	PR	10.930	Agroindústria
Chocolates Vitória S/A	ES	97.942	Agroindústria
Cia. Agro Industrial de Goiás	RS	10.955	Agroindústria
Cia. Brasileira de Fiação	RN	58.602	Bens de Consumo Essenciais
Cia. Campineira de Alimentos	SP	15.790	Agroindústria
Cia. Dende Norte Paraense	PA	15.288	Agroindústria
Cofap-Minas — Cia. Fabricadora de Peças	MG	15.000	Bens de Capital/Transporte
Com. Ind. Multifórmis Ltda.	SP	15.400	Outras Indústrias
Coop. Agrária dos Cafeicultores de Centenário do Sul Ltda.	PR	14.896	Agroindústria
Coop. Agropecuária Mista de Guarapuava Ltda.	PR	14.346	Agroindústria
Coop. Agropecuária Mista do Oeste Ltda. — Coopagro	PR	16.668	Bens de Consumo Essenciais
Coop. Agropecuária Goioze Ltda. — Coagel	PR	15.960	Bens de Consumo Essenciais
Coop. Agropecuária Mouradense Ltda. — Coamo	PR	15.960	Bens de Consumo Essenciais
Coop. Cafeicultores e Agropec. de Maringá	PR	15.960	Bens de Consumo Essenciais
Coop. Central Oeste Catarinense Ltda.	SC	65.851	Agroindústria
Coop. de Cafeicultores de Mandaguari Ltda.	PR	15.960	Bens de Consumo Essenciais
Coop. Regional Alfa Ltda.	SC	10.527	Agroindústria
Copacel S/A — Comercial Paranaense de Cereais	PR	15.959	Agroindústria
Copag da Amazônia S/A	AM	10.002	Outras Indústrias
Corbetta S/A Ind. e Comércio	RS	15.900	Agroindústria
Cotonifício Beltramo S/A	SP	53.592	Bens de Consumo Essenciais
Dalmar Confecções Ind. Com. Ltda.	SC	15.871	Bens de Consumo Essenciais
Destilaria de Aguardente Paracatu	MG	13.488	Agroindústria
Dozil Ind. e Com. Ltda.	SP	11.171	Bens de Consumo Duráveis
Empresa Brasileira de Hotelaria e Turismo Ltda.	PE	14.725	Outros Programas
Fábrica de Tecidos Santa Margarida S/A	MG	10.989	Bens de Consumo Essenciais
Fábrica de Celulose e Papel S/A	PR	11.989	Papel e Celulose
Fábrica de Papel Primo Tedesco S/A	SC	15.896	Papel e Celulose
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux	SC	12.100	Bens de Consumo Essenciais
Fabrimar S/A Ind. Comércio	RJ	10.000	Outras Indústrias
Fertiza Cia. Nacional de Fertilizantes	SP	14.431	Fertilizantes
Fiação Alpina Ltda.	SP	14.282	Bens de Consumo Essenciais

(Continua)

(Continuação)

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
Filobel S/A Inds. Têxteis do Brasil	SP	14.990	Bens de Consumo Essenciais
Fisalplast Fiação de Sisal e Plast. Nordeste S/A	BA	12.817	Agroindústria
Fischer Fraiburgo Agrícola Ltda.	SC	13.259	Agroindústria
Frutop Produtora de Alimentos S/A	CE	11.935	Agroindústria
Frutos do Vale S/A	PE	11.057	Agroindústria
Frutos Tropicais S/A	SE	13.000	Agroindústria
Furtado S/A Ind. Comércio	SC	14.494	Agroindústria
Giannini S/A	SP	13.322	Bens de Consumo Duráveis
Hemisfério Agroindustrial Ltda.	BA	12.271	Agroindústria
Hidroplas Ind. Com. Ltda.	SP	15.003	Química/Petroquímica
Hobjeto Ind. Com. de Móveis S/A	SP	25.000	Bens de Consumo Duráveis
Hotéis do Sol Maceió S/A	AL	13.900	Outros Programas
Hotéis Tivoli Ltda.	PE	10.100	Outros Programas
Hotel Parque dos Coqueiros S/A	SE	15.960	Outros Programas
I. Riedi Cia. Ltda.	PR	15.000	Agroindústria
Ind. José Alves Com. Import. Export. Ltda.	GO	15.960	Agroindústria
Ind. Têxtil Carambei S/A	SP	10.592	Bens de Consumo Essenciais
Ind. Balas Boavistense Ltda.	RS	15.897	Agroindústria
Ind. Com. Irmãos Zugman S/A	SC	15.958	Agroindústria
Ind. de Calças Herói Ltda.	PR	12.513	Bens de Consumo Essenciais
Ind. de Móveis Guelmann do Paraná S/A	PR	11.717	Bens de Consumo Duráveis
Inds. Químicas Melyane Ltda.	PR	10.000	Química/Petroquímica
Industrial Conventos S/A	SC	10.259	Mecânico
Inonibrás Inoculantes Ferro Ligas Nipo-Bras. S/A	MG	11.383	Siderurgia
Irmãos Conte Ltda.	SP	10.860	Agroindústria
Irmãos Gravia Ltda.	GO	12.000	Outras Indústrias
Isdralit S/A Ind. Comércio	PR	15.500	Material
J. X. Armazéns Gerais Ltda.	MT	12.922	Transporte/Armazenagem
Lorenzetti Porcelana Industrial do Paraná S/A	PR	15.143	Eletroeletrônico
Madenorte S/A Laminados Eco	PA	11.662	Material
Maeda S/A Ind. Comércio	GO	23.051	Agroindústria
Maisa Ind. Comércio S/A	RN	13.391	Agroindústria
Malharia N. S. Conceição	SP	15.960	Bens de Consumo Essenciais
Máquinas Vitória S/A	RS	15.960	Bens de Capital/Transporte
Mari Forja S/A Frojaria e Metalurgia	RS	15.897	Metalurgia de Não-Ferrosos
Marisol S/A Ind. Vestuário	SC	12.430	Bens de Consumo Essenciais
Marpisa Marisco Piauí Ltda.	CE	11.518	Agroindústria
Menegaz S/A Ind. Comércio	RS	12.155	Máq. e Implementos Agrícolas
Metalac S/A Ind. Comércio	SP	14.300	Mecânico
Metalúrgica Paulista Ind. Com. Ltda.	PR	11.000	Bens de Capital/Transporte
Moinho da Lapa S/A	PR	13.536	Agroindústria
Moinhos Unidos Brasil-Malte S/A	PR	15.724	Agroindústria
Olma Bebedouro S/A — Óleos Vegetais	SP	15.960	Agroindústria
Olvebra Industrial S/A	RS	13.509	Agroindústria
Orion S/A	SP	31.344	Outros Bens de Capital
Parplan Ind. Carnes e Derivados S/A	PR	10.000	Agroindústria
Pedreiras Valéria Ltda. — Peval	BA	31.673	Material
Perdigão Agroindustrial S/A	SC	14.242	Agroindústria
Pincéis Tigre S/A	SP	10.000	Outras Indústrias
Plascar S/A Ind. e Comércio	SP	15.960	Química/Petroquímica
Pomar Casa Verde Indl. Alimentos Ltda.	RS	11.032	Agroindústria
Praia Mar Hotel Ltda.	MA	15.960	Outros Programas
Q. T. Engenharia e Equipamentos Ltda.	SP	11.050	Bens de Capital/Transporte
RC Armazéns Gerais Ltda.	GO	13.261	Outros Programas
Resana S/A Inds. Químicas	SP	11.933	Química/Petroquímica
Roberto Wypych Agropecuária Ltda.	MT	10.540	Prods. Agrícolas e Agropecuários
S/A Inds. Zillo	SP	12.106	Agroindústria
Sanson Ind. Mecânica S/A	RJ	15.960	Mecânico
Sérgio Coelho de Souza Liberato Hotel San Remo	SC	10.291	Outros Programas

(Continua)

(Continuação)

EMPRESA	*	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
Simesc S/A — Servicentro Inds. Metalúrgicas de SC		SC	10.982	Siderurgia
Sincol S/A Ind. Comércio		SC	19.172	Material
Sodima Com. Ind. de Produtos Siderúrgicos Ltda.		MG	11.715	Outros Programas
Sul Fabril S/A		SC	15.960	Bens de Consumo Essenciais
Takenaka S/A Ind. Comércio		SP	10.001	Fertilizantes
Termolar S/A		RS	14.894	Outras Indústrias
Tessin Minas Ind. e Com. Ltda.		MG	12.522	Outros Bens de Capital
Têxtil Machado Marques Ltda.		SP	15.960	Bens de Consumo Essenciais
Tilibra S/A Com. Ind. Gráfica		SP	14.000	Outras Indústrias
Tip Top Alimentos Ltda.		PR	12.069	Agroindústria
Tozzo Agropecuária Ltda.		MT	11.638	Agroindústria
Troian Ind. Com. Café Cereais Ltda.		PR	10.490	Agroindústria
Trol S/A Ind. Comércio		SP	11.031	Química/Petroquímica
Vila Romana do Nordeste S/A		SE	12.768	Bens de Consumo Essenciais
Weg Acionamentos S/A		SC	15.900	Eletroeletrônico
Weg Motores S/A		SC	15.900	Eletroeletrônico
Outros (3.383 operações com valores inferiores a Cz\$ 10.000 mil)			4.754.736	
Promicro (11.660 operações)			1.073.673	
Proinfo (234 operações)			356.000	
Rural (8 operações)			23.152	
Subtotal			8.312.399	
Total			27.550.938	
2. BNDES/FINSOCIAL				
A — Diretas				
Associação Comunitária de São Bernardo do Campo		SP	3.500	Alimentação
Cia. Brasileira de Armazenamento		IR	17.000	Amparo ao Pequeno Agricultor
Cia. de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte		RN	42.000	Saúde
Estado de Santa Catarina		SC	9.000	Amparo ao Pequeno Agricultor
Estado de Santa Catarina		SC	1.680	Educação
Estado do Acre		AC	5.000	Habitação
Estado do Acre		AC	6.000	Amparo ao Pequeno Agricultor
Estado do Espírito Santo		ES	2.000	Amparo ao Pequeno Agricultor
Estado do Pará		PA	300	Educação
Estado do Pará		PA	22.679	Amparo ao Pequeno Agricultor
Estado do Pará		PA	1.088	Saúde
Estado do Paraná		PR	8.000	Amparo ao Pequeno Agricultor
Estado do Paraná		PR	3.623	Alimentação
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará		CE	2.116	Educação
Ministério da Agricultura		IR	20.800	Amparo ao Pequeno Agricultor
Ministério da Saúde		IR	10.000	Saúde
Município de Bauru		SP	4.548	Habitação
Município de Bauru		SP	3.820	Saúde
Município de Curitiba		PR	20.000	Alimentação
Município de Joinville		SC	1.100	Educação
Município de Maringá		PR	2.594	Educação
Município de Olinda		PE	5.892	Saúde
Município de Palmares do Sul		RS	4.000	Amparo ao Pequeno Agricultor
Município de Recife		PE	10.000	Saúde
Município de São João de Meriti		RJ	1.571	Educação
Município de Uberlândia		MG	6.089	Educação
Município do Rio de Janeiro		RJ	9.225	Educação
Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária		SC	25.373	Outros Sociais
Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná		PR	2.200	Amparo ao Pequeno Agricultor
Sec. Esp. de Ação Comunitária da Presidência da República		IR	80.000	Educação
Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal		DF	2.913	Outros Sociais
Subtotal			334.111	

(Continua)

(Continuação)

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
B — Indiretas			
Cooperativa Agropecuária de Pedreiras Ltda.	MA	3.271	Amparo ao Pequeno Agricultor
Cooperativas de Produtores Rurais	IR	39.700	Amparo ao Pequeno Agricultor
Município de Curitiba	PR	5.000	Amparo ao Pequeno Agricultor
Pequenos Produtores Rurais	MT	12.680	Amparo ao Pequeno Agricultor
Pequenos Produtores Rurais	MG	10.000	Amparo ao Pequeno Agricultor
Pequenos Produtores Rurais	RS	9.045	Amparo ao Pequeno Agricultor
Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária	ES	10.409	Outros Sociais
Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária	PR	59.969	Outros Sociais
Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária	RS	24.129	Amparo ao Pequeno Agricultor
Secretaria de Estado de Ação Social	MG	3.000	Amparo ao Pequeno Agricultor
Subtotal		177.203	
Total		511.314	
Total BNDES		28.062.252	
3. FINAME			
A — Programa Especial			
Aço Minas Gerais S/A — Açominas	MG	25.734	Siderurgia
Albrás — Alumínio Brasileiro S/A	PA	19.884	Metalurgia de Não-Ferrosos
Alclor Química de Alagoas S/A	AL	70.071	Química/Petroquímica
Artex S/A Fábrica de Artefatos Têxteis	PR	57.788	Bens de Consumo Essenciais
Brasinca S/A Carrocerias	MG	38.231	Bens de Capital/Transporte
Cia. Química de Alagoas	AL	185.620	Química/Petroquímica
Carbonatos do Nordeste S/A — Carbonor	BA	28.622	Química/Petroquímica
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A — Eletrosul	SC	32.635	Elétrico
Centrais Elétricas Matogrossenses S/A — Cemat	MT	16.481	Elétrico
Cerâmica Urussanga S/A	SC	36.398	Material
Cesp — Cia. Energética de São Paulo	SP	199.999	Elétrico
Cia. de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu — Desenvale	BA	350.000	Infra-Estrutura Urbana
Cia. de Transportes Urbanos da Região Metrop. de BH	MG	130.112	Infra-Estrutura Urbana
Cia. do Metropolitano de São Paulo — Metrô-SP	SP	558.291	Infra-Estrutura Urbana
Cia. Hidroelétrica do São Francisco — Chesf	BA	115.003	Elétrico
Cia. Hidroelétrica do São Francisco — Chesf	PE	132.296	Elétrico
Cia. Municipal de Transportes Coletivos — CMTC	SP	52.075	Infra-Estrutura Urbana
Cia. Siderúrgica da Guanabara — Cosigua	RJ	24.042	Siderurgia
Cia. Siderúrgica Nacional — CSN	RJ	49.766	Siderurgia
Cia. Siderúrgica Paulista — Cosipa	SP	558.341	Siderurgia
Cia. Suzano de Papel e Celulose	SP	77.121	Papel e Celulose
Cia. Vale do Rio Doce — CVRD	MA	427.132	Mineração
CPC — Companhia Petroquímica de Alagoas	AL	149.326	Química/Petroquímica
Departamento de Estradas de Rodagem — DER/RO	RO	28.760	Infra-Estrutura Rural
Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina	SC	116.015	Infra-Estrutura Rural
Departamento Estadual de Água, Energia, Telecomunicações	GO	60.913	Elétrico
Destilaria de Aguardente Paracatu S/A	MG	16.078	Agroindústria
Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S/A	SP	32.658	Elétrico
EMTC — Empresa Manajara de Transportes Coletivos	AM	31.036	Infra-Estrutura Urbana
Furnas Centrais Elétricas S/A	PR	261.452	Elétrico
Furnas Centrais Elétricas S/A	RJ	47.117	Elétrico
IKPC — Indústrias Klabin de Papel e Celulose S/A	PR	113.983	Papel e Celulose
Itaipu Binacional	PR	1.290.965	Elétrico
Massey Perkins S/A	SP	24.553	Máq. e Implementos Agrícolas
Mendes Júnior Agrícola do Pará S/A	PA	37.095	Agroindústria
Metal Leve S/A Indústria e Comércio	SP	80.162	Bens de Capital/Transporte

(Continua)

(Continuação)

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
Mineração Rio Novo	MG	90.594	Mineração
Nitroclor Produtos Químicos S/A	BA	72.199	Bens de Consumo Essenciais
Odebrecht Perfurações Ltda.	BA	213.506	Construção Civil
Siderúrgica J. L. Aliperti S/A	SP	112.164	Siderurgia
São Bento Mineração S/A	MG	104.990	Mineração
Universidade de São Paulo — USP	SP	22.557	Outros Programas
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A — Usiminas	MG	262.958	Siderurgia
Outros (84 operações com valores inferiores a Cz\$ 15.000 mil)		291.540	
Subtotal		6.646.263	
B — Conserve			
Cia. Aços Especiais Itabira — Acesita	MG	10.571	Siderurgia
Cia. Siderúrgica Nacional — CSN	RJ	5.970	Siderurgia
Cia. Siderúrgica Paulista — Cosipa	SP	967	Siderurgia
Subtotal		17.508	
C — Programa Longo Prazo		12.657.584	
D — Programa Pequena e Média Empresa		7.086.369	
Total FINAME		26.407.724	
4. BNDESPAR			
Agro Fabril	PE	30.631	Bens de Consumo Essenciais
Agroindústrias do Vale do São Francisco S/A	BA	33.378	Álcool
Cia. de Celulose da Bahia	BA	133.000	Papel e Celulose
Cia. Paranaprint de Empreendimentos Florestais	PR	166.262	Papel e Celulose
Companhia Guataparã de Celulose e Papel — Celpag	SP	45.100	Papel e Celulose
Companhia Riograndense de Nitrogenados — CRN	RS	46.906	Carvão/Rochas Oleígenas
Companhia Siderúrgica do Nordeste — Cosinor	PE	175.643	Siderurgia
Heliodinâmica S/A	SP	40.000	Eletroeletrônico
Madef S/A Indústria e Comércio	RS	609.378	Mecânico
Máquinas Piratininga S/A	SP	22.125	Mecânico
Multitel Tecnologia S/A	SP	29.997	Eletroeletrônico
Pisa — Papel de Imprensa S/A	PR	503.112	Papel e Celulose
Sibra Eletrosiderúrgica Brasileira S/A	BA	146.300	Siderurgia
Sid Microeletrônica S/A	MG	38.176	Eletroeletrônico
Textilunião Franco Brasileira S/A	CE	26.145	Bens de Consumo Essenciais
Thomas Pompeu Fiação e Tecelagem S/A	SP	15.754	Bens de Consumo Essenciais
Outros (26 operações com valores inferiores a Cz\$ 15.000 mil)		144.563	
Total BNDESPAR		2.206.470	
Total Sistema		56.676.446	

Sistema BNDES

Principais Operações Aprovadas — Prestação de Garantia — 1986

Cz\$ mil correntes

8

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
1 — Em Moeda Nacional			
Máquinas Piratininga S/A	SP	30.806	Mecânico
2 — Em Moeda Estrangeira			
Aço Minas Gerais S/A	MG	1.039.635	Siderurgia
Global Transporte Oceânico S/A	RJ	15.240	Transporte/Armazenagem
Subtotal		1.054.875	
3 — Garantia Firme de Subscrição de Ações ou Debêntures e/ou Fiança			
ABC — Xtal Microeletrônica S/A	RJ	34.605	Eletroeletrônico
Aços Laminados Panatlantica S/A — Ind. e Comércio	RS	1.477	Siderurgia
Agroindústrias do Vale do São Francisco S/A	BA	16.161	Álcool
Aquatec Química S/A	SP	300	Química/Petroquímica
Brasinca S/A Carrocerias	SP	11.803	Bens de Capital/Transporte
Cambuci S/A Inds. Têxteis	SP	2.000	Bens de Consumo Essenciais
Ceará Máquinas Agrícolas	CE	9.000	Máq. e Implementos Agrícolas
Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina	MG	249	Elétrico
Cia. Londrimalthas Heringer Ind. Comércio	PR	5.880	Bens de Consumo Essenciais
CIF — Companhia Internacional Fiduciária	RJ	11.101	Outros Insumos Básicos
Companhia Brasileira de Antibióticos	RJ	1.360	Bens de Consumo Essenciais
Conforja S/A Conexões de Aço	SP	12.512	Siderurgia
Construtora Sultepa S/A	RS	19.575	Empresas
Conte S/A Máquinas Agrícolas	RS	2.000	Outros Programas
Czarina S/A (ex-Winter)	RS	3.850	Bens de Consumo Essenciais
Elebra S/A — Eletrônica Brasileira	SP	16.000	Eletroeletrônico
Electro Aço Altona S/A	SC	4.000	Siderurgia
FNV — Veículos e Equipamentos S/A	SP	6.055	Bens de Capital/Transporte
Gazola S/A — Ind. Metalúrgica	RS	2.700	Bens de Consumo Duráveis
Giannini S/A	SP	5.000	Bens de Consumo Duráveis
Ind. J. B. Duarte	SP	1.350	Agroindústria
Indústria de Óleos Pacaembu S/A	SP	750	Agroindústria
Indústrias Madeirit S/A	SP	4.500	Material
Inepar S/A Ind. Construções	PR	9.558	Mecânico
Manufatura de Artigos de Borracha Nogam S/A	SP	1.826	Bens de Consumo Essenciais
Menegaz S/A Ind. e Comércio	RS	7.000	Máq. e Implementos Agrícolas
Meridional S/A Com. Indústria	SP	2.520	Bens de Consumo Duráveis
Metalúrgica Douat S/A	SC	1.650	Siderurgia
Metisa — Metalúrgica Timboense S/A	SC	2.833	Siderurgia
Motorádio S/A Comercial e Industrial	SP	7.081	Bens de Consumo Duráveis
Multitêxtil S/A	MG	5.000	Bens de Consumo Essenciais
Nakata S/A Indústria e Comércio	SP	4.980	Mecânico
Perdigão Agroindustrial S/A	SC	11.000	Agroindústria
Pérsico Pizzamiglio S/A	SP	58.000	Siderurgia
Sade — Sul Americana de Engenharia	SP	1.800	Empresas
Sansuy S/A Ind. de Plásticos	SP	1.278	Química/Petroquímica
Sehbe Cia. de Participações	RS	14.000	Outros Programas
Trufana Têxtil S/A	SP	1.320	Bens de Consumo Duráveis
Subtotal		302.074	
Total Geral		1.387.755	

BNDES

Carteira de Participações Societárias — 31.12.86

Cz\$ mil correntes

9

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL	PARTICIPAÇÃO %	
		S/CAPITAL VOTANTE	S/CAPITAL TOTAL
Controladas			
Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME	5.493.386	100,00	100,00
BNDES Participações S/A — BNDESPAR	5.221.638	100,00	100,00
Cia. Incentivadora de Atividades Agrícolas e Industriais ¹	3.779	100,00	100,00
Maferasa S/A	320.000	97,67	99,16
Usiminas Mecânica S/A — Usimec	801.596	90,80	92,58
Cia. Nacional de Tecidos Nova América	630.625	51,55	54,95
Coligadas			
Abico — Cia. de Investimento Árabe e Brasileira	2.255	35,00	35,00
Banco do Nordeste do Brasil S/A	1.149.500	21,75	38,25
Centrais Elétricas Brasileiras S/A — Eletrobrás	53.646.777	31,87	31,55
Cimetal Siderurgia S/A	128.477	20,51	36,99
Ibirapitanga — Administração e Participação Ltda.	8 ²	48,99	48,99
Usiminas — Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A	5.232.529	7,91	13,02
Com Cláusula de Recompra ou Resgate			
Cia. Florestal Monte Dourado — Projeto Jari	5.904.531 ³	—	18,40
Engesa — Engenheiros Especializados S/A	297.898	—	31,21
Outras			
Acumuladores Moura S/A	82.191	—	1,60
Brasilinterpart Interm. e Participações S/A	54.956	1,04	0,50
Brasilinvest S/A — Invest. Participações e Negócios	361.221	0,38	0,19
Brasilinvest S/A — Integração Nacional	12.613.377	—	0,22
Cia. Alcoolquímica Nacional — Alcoolquímica	649.707	—	0,04
Cia. Carioca Industrial ⁴	—	—	—
Cia. Agro Industrial de Monte Alegre — Caima	—	—	—
Cia. Ferro e Aço de Vitória — Cofavi	661.026	—	5,39
Cia. Nacional de Alcalis	417.797	7,97	7,98
Cia. Vale do Rio Doce	7.458.840	4,29	3,11
Cia. Siderúrgica Paulista — Cosipa	9.744.618	0,48	1,37
Cia. de Tecidos Norte de Minas — Coteminas	500.000	—	0,49
Cia. Tropical de Hotéis da Amazônia	177.943	—	0,84
Copene — Petroquímica do Nordeste S/A	3.456.532	—	0,25
Deten — Detergentes do Nordeste S/A	213.789	—	2,12
Dover da Amazônia S/A	—	—	—
Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A	966.046	—	0,72
Embratel — Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A	1.953.280	0,20	0,20
Fiat Diesel do Brasil S/A (Ex-FNM)	2.278.909	—	—
Finobrasa — Fiação Nordeste do Brasil S/A	391.237	—	0,19
Guararapes Têxtil S/A	102.000	—	0,93
Hering do Nordeste S/A — Malhas	6.788.050	—	2,80
Indústria Cerâmica da Amazônia S/A — Inca	—	—	—
Italmagnésio Nordeste S/A	271.000	—	0,95
Liase — Ligas de Alumínio S/A	171.199	—	1,77
Light — Serviços de Eletricidade S/A	5.757.877	7,92	7,92
Metalgráfica da Amazônia S/A — Metalmazon	—	—	—
Oxiteno Nordeste S/A — Ind. e Comércio	752.430	—	0,12
Petróleo Brasileiro S/A — Petrobrás	32.203.430	1,91	6,36
Politeno — Indústria e Comércio S/A	264.951.505	—	1,46
Pronor Petroquímica S/A	102.075	—	0,68
Rede Ferroviária Federal S/A	55.044.601	—	2,42
Salgema Indústrias Químicas S/A	661.611	—	0,31
Siderurgia Brasileira S/A — Siderbrás	25.310.001	7,74	7,74
Sisa — Sergipe Industrial S/A	69.412	—	1,05
Sulfab — Cia. Sulfoquímica da Bahia	24.100	—	2,87
Sulfabril Nordeste S/A	30.081	—	0,49
Telebrás — Telecomunicações Brasileiras S/A	11.143.990	1,34	1,10
Telpe — Telecomunicações de Pernambuco S/A	963.243	—	—
Têxtil Bezerra de Menezes	—	—	—
Transit Semicondutores S/A ⁴	—	—	—
Vallée Nordeste S/A	193.788	—	3,85
Vicunha Nordeste	334.816	—	0,26
Certificados de Investimentos			
Finor	— ²	—	—
Finam	— ²	—	—
FRHB — Fundo Rotativo Habitacional de Brasília	1.390.303²	0,74	0,74

1) Empresa em liquidação.

2) Cotas.

3) Quantidade de ações do Banco sujeita a ser confirmada pela Monte Dourado.

4) Empresas em regime falimentar e sendo executadas pelo BNDES.

BNDESPAR

Carteira de Participações Societárias — 31.12.86

10

EMPRESA	PERCENTUAL	
	VOTANTE	TOTAL
ABC — Xtal Componentes e Materiais Eletrônicos S/A	21,47	33,1
Açoforja Indústria de Forjados S/A	16,84	28,79
Agrima S/A — Agrícola Industrial do Maranhão	—	27,46
Agroindustrial Fazendas Unidas S/A	—	26,79
Agroindustrial do Vale do São Francisco — Agrovale	—	2,90
AKZ Turbinas S/A	9,22	9,22
Alfar Matérias-Primas e Farmacêuticas	—	39,00
Alje Máquinas Operatrizes S/A	3,02	5,62
Alpina do Brasil S/A — Máquinas e Implementos Agrícolas	—	21,08
Aracruz Celulose S/A	0,63	12,23
Barueri Indústrias Químicas S/A	21,16	48,85
Barzenski S/A Indústria de Móveis	—	33,33
Baumer S/A	31,98	41,82
Biobrás Química do Brasil S/A	—	10,49
Bonato S/A Comércio e Indústria	—	38,25
Brafer Industrial S/A Produtos Siderúrgicos	—	9,38
Brasagro — Cia. Brasileira de Participação Agroindustrial	10,76	10,76
Braspérola Indústria e Comércio	—	5,00
Cabo Branco Participações S/A	—	28,20
Caraíba Metais S/A Indústria e Comércio	99,95	99,77
Carbonífera Criciúma	—	4,60
CBEI — Cia. Brasileira de Engenharia e Indústria	—	—
Celuzorzi S/A	—	21,53
Cemag — Ceará Máquinas Agrícolas S/A	—	13,38
Cerâmica Porto Bello S/A	—	9,90
Cia. Agro Fabril e Mercantil	—	44,49
Cia. Agro Industrial N. S. do Carmo	—	15,77
Cia. Alagoas Industrial — Cinal	—	10,43
Cia. Brasileira de Antibióticos — Cibran	—	19,72
Cia. Brasileira do Cobre — CBC	99,98	99,98
Cia. Brasileira de Estruturas Metálicas — Cibesme	—	3,66
Cia. Brasileira de Rações	—	32,49
Cia. Catarinense de Alcool	—	6,3
Cia. Celulose da Bahia	98,68	96,44
Cia. de Cimento Atol	—	1,30
Cia. De Zorzi de Papéis	22,13	12,25
Cia. Guataparã de Celulose e Papel — Celpag	50,86	65,71
Cia. Industrial e Mercantil Paolletti	—	22,86
Cia. Internacional Fiduciária — CIF	—	37,52
Cia. do Jari	1,24	1,24
Cia. Paranaprint de Empreendimentos Florestais	22,24	40,76
Cia. Petroquímica do Sul	32,86	31,80
Cia. de Pneus Tropical	—	7,86
Cia. Química Metacril	35,07	35,07
Cia. Siderúrgica Lanari	35,50	23,62
Cia. Siderúrgica do Nordeste — Cosinor	50,00	20,02
Cia. Valença Industrial	—	27,70
Cimetal Siderúrgica S/A	1,20	4,06
Ciplast — Interamericana de Plásticos S/A	—	35,24
Cloroetil Solventes Acéticos S/A	—	49,03
Cobrascom S/A — Cia. Brasileira de Corpos Moedores	—	50,00
Cocelpa — Cia. de Celulose e Papel do Paraná	—	20,17
Cofap-Minas S/A — Cia. Fabricadora de Peças	—	23,33
Coldex-Frigor S/A	—	10,37
Comércio e Indústria Induco S/A	—	10,57
Compart Indústria Eletrônica S/A	—	26,67
Compart Indústria Mecânica S/A	—	26,67
Condugel S/A	—	26,00
Copesul — Cia. Petroquímica do Sul S/A	32,86	30,72
Cortex — Cia. Brasileira de Esteróides	—	17,33
Corrêa Ribeiro S/A Comércio e Indústria	—	30,45

(Continua)

(Continuação)

EMPRESA	PERCENTUAL	
	VOTANTE	TOTAL
Coteminas — Cia. de Tecidos Norte de Minas	—	9,67
Cotene — Coteminas do Nordeste S/A	—	50,00
CPBA — Cia. de Participação Barretto de Araujo	—	33,33
CRN — Cia. Riograndense de Nitrogenados	45,32	45,32
Cridasa — Cristal Destilaria Autônoma de Álcool S/A	—	66,67
Daruma Telecomunicações S/A	—	30,65
Dedini S/A Administrações e Participações	—	33,47
Delp Engenharia Mecânica S/A	—	4,45
Destilaria Água Limpa S/A	—	12,27
Destilaria Tocantins Industrial S/A	—	5,44
Ecil S/A Produtos e Sistemas de Medição e Controle	16,24	5,41
Edisa — Eletrônica Digital S/A	—	1,73
Elekeiroz do Nordeste — Indústria Química S/A	—	18,80
Emaq — Engenharia e Máquinas S/A	—	26,83
Embaúba S/A Desenvolvimento Energético	—	16,44
Empresa Brasileira de Álcool — Brasálcool	11,21	17,34
Engematic — Engenharia Hidráulica e Instrumentação S/A	44,36	49,12
Equipamentos Villares S/A	—	35,80
Fábrica de Rendas Hoepcke S/A	—	8,65
Fermasa Máquinas e Equipamentos	—	3,30
Ferragens e Laminação Brasil — Ferbam	—	3,92
Fertilizantes Fosfatados S/A — Fosfértil	13,62	13,64
Fisiba — Fibras Sintéticas da Bahia S/A	—	47,13
Forjas Nordeste S/A	—	3,93
Frutos do Vale S/A	—	—
Frutos Tropicais S/A	—	1,66
Geovia Industrial S/A	—	6,33
Germani Cia. Paranaense de Alimentos	—	23,08
Goiás Fertilizantes — Goiasfértil	19,13	19,13
Granja Guanabara S/A	—	34,96
Gurgel Indústria e Comércio de Veículos	—	4,65
Hatsuta Industrial S/A	25,74	34,77
Haupt São Paulo S/A Industrial e Comercial	—	31,55
Heliodinâmica S/A	—	24,69
Hotéis Othon S/A	—	6,23
Indústrias Gradiente S/A	—	15,44
Imasa — Indústria de Máquinas Agrícolas Fuchs S/A	—	23,20
Impressora Paranaense S/A	—	21,09
Inbrac S/A Condutores Elétricos	—	12,41
Indelsul — Eletrônica do Sul	—	2,89
Indústrias Del Rio S/A	—	5,15
Indústria de Máquinas Agrícolas Ideal S/A	0,63	2,88
Indústria de Papéis Santo Amaro	—	14,05
Indústrias Químicas Carbomafra S/A	—	38,85
Inepar S/A Indústria e Construções	—	30,46
Itabrás S/A Máquinas e Ferramentas	22,68	43,08
Justino de Moraes Irmãos S/A — Jumil	—	8,73
Kauri Sigma S/A Tintas e Resinas	—	65,49
Kepler Weber Indústria Comércio Importação e Exportação S/A	—	13,01
Laticínios Mococa S/A	12,73	32,59
Lips do Brasil — Indústria e Comércio Naval S/A	—	3,80
Ligas de Alumínio S/A — Liasa	9,19	5,68
Luxor Hotéis	—	—
Macife S/A Materiais de Construção	25,27	35,05
Madal S/A Implementos Agrícolas e Rodoviários	—	32,20
Madef S/A Indústria e Comércio	—	22,11
Madeira Sintética S/A — Madetec	—	5,99
Madezorzi S/A	—	21,53
Magnessita S/A	—	0,33
Master S/A Tecidos Plásticos	—	6,67
Mangels Industrial S/A	—	6,99

(Continua)

(Continuação)

EMPRESA	PERCENTUAL	
	VOTANTE	TOTAL
Máquinas Piratininga S/A	—	98,27
Mecânica Bonfanti S/A	—	22,36
Menegaz S/A — Indústria e Comércio	—	18,77
Merinco S/A Importação Indústria e Comércio	—	36,85
Metalúrgica Douat S/A	—	18,81
Metanor S/A	89,19	71,24
Minasplac S/A Indústria e Reflorestamento	6,26	10,72
Módulo S/A Estruturas Metálicas	—	27,32
Monormicro Motores do Nordeste	—	5,70
Monte Belo S/A Indústria e Comércio	—	44,01
Montreal Bank Financeira	—	—
Motopeças Transmissões S/A	4,75	14,47
Motorádio S/A Comércio e Indústria	—	22,73
Mundial Artefatos de Couro S/A	—	17,57
Multitel Tecnologia S/A	—	5,45
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio	—	13,57
Nativa Transformadora	—	2,82
Nesber S/A	20,00	20,00
Nitronor S/A Indústrias Químicas	—	24,93
Norquisa — Nordeste Química S/A	—	9,16
Nutrial Agro-Indústrias Reunidas S/A	—	25,80
Orniex S/A	19,01	10,00
Papelok S/A Indústria e Comércio	31,35	25,50
Paulo Abib Engenharia S/A	—	58,94
Petroquímica da Bahia S/A	—	56,38
Pisa — Papel de Imprensa S/A	21,07	55,09
Polimix Concreto S/A	—	23,96
Polimetal Cia. Participações e Empreendimentos Ltda.	27,33	27,33
Polimetal Indústria e Comércio S/A	39,50	39,50
Ponderosa Administração Indústria e Comércio S/A	—	14,01
Papelão Ondulado do Nordeste S/A — PONSA	—	20,01
Porcelana Schmidt S/A	—	13,76
Procar S/A Indústria e Comércio	—	5,80
Profundir Produtos para Aciaria e Fundação	—	41,44
Pronor Produtos Orgânicos S/A	—	22,58
Química Geral do Nordeste S/A	—	5,15
R. Affonso Augustin S/A	—	13,00
Renk Zanini S/A Equipamentos Industriais	10,38	10,38
Riocell Administração S/A	31,05	31,01
Rusa R. L. Cavalcanti Comércio e Indústria	10,73	10,73
Sade — Sul Americana de Engenharia S/A	5,00	3,33
Semeato S/A Indústria e Comércio	—	32,23
S/A Brasileira de Indústria Ótica — SÁBIO	—	17,51
Soel — Soma Eletrônica	4,45	11,35
S/A Martuscello — Belprato	—	33,33
Santal Equipamentos S/A	—	7,45
Saronord S/A Roupas do Nordeste	—	29,19
Sharp S/A Equipamentos Eletrônicos	9,48	9,49
Sibra Eletrosiderúrgica Brasileira S/A	49,00	44,90
Siderúrgica N. S. Aparecida S/A	38,40	55,10
Sivat Indústria de Abrasivos S/A	—	24,47
Solorríco S/A Indústria e Comércio	—	13,84
Sulfab — Cia. Sulfoquímica da Bahia	—	21,21
Toster S/A Indústria do Vestuário	—	9,38
Trafo Equipamentos Eletrônicos S/A	—	10,24
Tricontinental Comércio e Participações	—	3,10
Trol S/A Indústria e Comércio	3,63	1,35
Ughini S/A Indústria e Comércio	—	21,05
Usina Costa Pinto S/A	—	1,61
Villares Indústria de Base S/A — Vibasa	—	44,07
Vigorelli do Brasil S/A Comércio e Indústria	—	1,95
Votec Serviços Aéreos Regionais S/A	—	5,49

Siglário

AÇOMINAS - Aço Minas Gerais S.A.
ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
BEA - Banco do Estado do Amazonas S.A.
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNA - Banco Nacional de Angola
BOVESPA - Bolsa de Valores do Estado de São Paulo
CARBONOR - Carbonatos do Nordeste S.A.
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CDB - Certificado de Depósito Bancário
CEAM - Companhia Energética do Amazonas
CEG - Companhia Estadual do Gás do Rio de Janeiro
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento
COMGÁS - Companhia de Gás de São Paulo
CONSERVE - Programa de Conservação de Energia no Setor Industrial
COPENE - Petroquímica do Nordeste S.A.
COPESUL - Companhia Petroquímica do Sul
COSINOR - Companhia Siderúrgica do Nordeste
COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista
CPS - Companhia Papeleira do Sul
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
ELEBRA - Eletrônica Brasileira S.A.
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES
FEPASA - Ferrovia Paulista S.A.
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial
FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social
FMM - Fundo da Marinha Mercante
FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPS - Fundo de Participação Social
GISA - Garanhuns Industrial S.A.
ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IGP - Índice Geral de Preços
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
KFW - Kreditanstalt für Wiederausbau
LIASA - Ligas de Alumínio S.A.
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
OTN - Obrigação do Tesouro Nacional
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A.
PIB - Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
POC - Programa de Operações Conjuntas
PORTOBRÁS - Empresa de Portos do Brasil S.A.
PROCERA - Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária
PROINFO - Programa Especial de Apoio ao Setor de Informática
PROINFOPEN - Programa de Informatização do Sistema Penitenciário
PROMICRO - Programa de Apoio à Microempresa
SEST - Secretaria de Controle de Empresas Estatais
SIBRA - Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.
SIDERBRÁS - Siderurgia Brasileira S.A.
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
USIMEC - Usiminas Mecânica S.A.
USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Endereços

Sistema BNDES

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Av. República do Chile, 100

CEP: 20139 — Rio de Janeiro — RJ

Telex: (021) 30447/33189 — Tel.: 277-7447

FINAME

Agência Especial de Financiamento Industrial

Av. República do Chile, 100 — 17º andar

CEP: 20139 — Rio de Janeiro — RJ

Telex: (021) 21857 — Tel.: 277-7447

BNDESPAR

BNDES Participações S.A.

Av. República do Chile, 100 — 20º andar

CEP: 20139 — Rio de Janeiro — RJ

Telex: (021) 30165 — Tel.: 277-7447

ESCRITÓRIOS

Brasília

Setor Bancário Sul — Conj. 1 — Bloco E — 4º andar

CEP: 70070 — Brasília — DF

Telex: (061) 1190 — Tel.: 225-4350

São Paulo

Av. São Luiz, 50 — 25º andar — Conj. 251 A/C

CEP: 01046 — São Paulo — SP

Telex: (011) 21045 — Tel.: 257-6122

Recife

Rua Riachuelo, 105 — 7º andar

CEP: 50000 — Recife — PE

Telex: (081) 2016 — Tel.: 231-0200

Subsidiárias

FINAME

DIRETOR EXECUTIVO

Irimá da Silveira

DIRETORES ADJUNTOS

Attilio Geraldo Vivacqua

Darlan José Dórea Santos

BNDESPAR

PRESIDENTE

André Franco Montoro Filho

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Francisco Roberto André Gros

DIRETORES

Bento Alvino Fonseca de Carvalho

Edgard Ferreira Tinoco de Lacerda

Francisco Augusto da Costa e Silva

Raimundo Nonato Castelo Cordeiro

Sérgio Zendron

EDITADO PELA

Área de Relações Institucionais do BNDES

FOTOCOMPOSIÇÃO:

Renart Fotografia Gráfica e Composição Ltda.

FOTOLITO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO:

Gráfica e Editora Danúbio S.A.

Rio de Janeiro — 1987

SISTEMA
BNDES
Relatório de
Atividades